

Apostilha de Investigação II.

(Des)Construindo o Processo de Investigação: Uma
Análise Crítica e Prática



Departamento de Enfermagem



Informação editorial

Título

Apostilha de Investigação II.

(Des)Construindo o Processo de Investigação: Uma Análise Crítica e Prática

Coordenação

Ana Filipa Poeira, Instituto Politécnico de Setúbal.

Edgar Canais, Instituto Politécnico de Setúbal.

Lucília Nunes, Instituto Politécnico de Setúbal.

Autorias

Ana Filipa Poeira, Instituto Politécnico de Setúbal.

Edgar Canais, Instituto Politécnico de Setúbal.

Lucília Nunes, Instituto Politécnico de Setúbal.

Data

Agosto 2025

Editor

Instituto Politécnico de Setúbal. Escola Superior de Saúde. Departamento de Enfermagem

Capa

Construção. (2024). [Imagem]. Banco de Imagens do PowerPoint. Microsoft.

ISBN: 978-989-36404-3-2

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17036460>

Índice

INTRODUÇÃO	5
1. CONDUZIR UMA INVESTIGAÇÃO	8
1.1. PERCURSO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO À PUBLICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO.....	8
1.2. E PORQUE INVESTIGAMOS?.....	11
1.3. COMISSÕES DE ÉTICA E INVESTIGAÇÃO	14
2. INVESTIGAR EM ENFERMAGEM	22
2.1. FUNDAMENTOS E IMPORTÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO NA PRÁTICA DE ENFERMAGEM	22
2.2. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INVESTIGAÇÃO EM ENFERMAGEM.....	28
2.3. PARADIGMAS DE INVESTIGAÇÃO	30
3. APRESENTAR O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	42
4. FASE CONCEPTUAL	47
4.1. DEFINIÇÃO DO TEMA DO ESTUDO, QUESTÃO PRELIMINAR/PERGUNTA DE PARTIDA	47
4.2. REVISÃO DA LITERATURA	52
4.3. QUADRO DE REFERÊNCIA: ESTRUTURA E IMPORTÂNCIA PARA A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	53
4.4. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	54
4.5. DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS, QUESTÕES, VARIÁVEIS E HIPÓTESES	55
4.6. PRINCÍPIOS ÉTICOS NA CONDUÇÃO DA FASE CONCEPTUAL.....	59
5. FASE METODOLÓGICA	61
5.1. DESENHO DE INVESTIGAÇÃO	61
5.2. DESENHO DE INVESTIGAÇÃO NÃO EXPERIMENTAL	66
5.3. DESENHO DE INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL.....	68
5.4. PRINCÍPIOS ÉTICOS ESPECÍFICOS DA FASE METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO.....	69
5.5. INVESTIGAÇÃO QUANTITATIVA.....	69
5.6. INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA	72
6. FASE EMPÍRICA	85
6.1. ANÁLISE DESCRITIVA E ANÁLISE INFERENCIAL.....	87

6.2. ANÁLISE DOS DADOS: MÉTODOS DE ANÁLISE DE DISCURSO E DE CONTEÚDO	91
6.2.1. Métodos de Análise de Discurso.....	91
6.2.2. Métodos de Análise de Conteúdo	98
7. FASE DE INTERPRETAÇÃO E DIFUSÃO	106
7.1. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	106
SINOPSE FINAL: Junte as Peças do Processo de Investigação	115

INTRODUÇÃO

Começamos pela *Apostilha de Investigação I. Da origem à disseminação do conhecimento*¹, na primeira Unidade Curricular (UC) do eixo de Investigação no Curso de Licenciatura em Enfermagem (CLE) da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal. Agora, damos continuidade a esta Apostilha, nome que preferimos a Sebenta, com os conteúdos programáticos da unidade curricular de **Investigação II – Processo de Investigação**, inserida no 1º semestre do 2º ano do Curso de Licenciatura em Enfermagem da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal.

Esta apostilha, intitulada **(Des)Construindo o Processo de Investigação: Uma Análise Crítica e Prática** encontra a sua génese na pedagogia, pois é dirigida aos estudantes. Contudo, poderá também ser impactante para o leitor interessado em aprofundar os seus conhecimentos sobre o processo de investigação e como o mesmo se traduz (ou não) em qualidade da evidência científica.

Abordaremos de forma sistemática as quatro fases do processo de investigação e, para tal, suportamo-nos na bibliografia de referência da Unidade Curricular, *Fundamentos e etapas do processo de investigação* (Fortin, 2019)².

Cada fase será explicada e descrita e por vezes analisada criticamente, com exemplos práticos e aplicações reais. Ao longo do e-book, será então possível encontrar uma combinação de aspetos teóricos e práticos, que visam não só descrever as etapas do processo de investigação, mas também questionar e desconstruir métodos tradicionais, incentivando uma abordagem crítica e inovadora. São apresentadas imagens ao longo do texto que constituem diapositivos utilizados em contexto de sala de aula e elaborados pela equipa docente. Esperamos que este material seja uma ferramenta valiosa para o percurso académico e profissional dos enfermeiros/as.

Ana Filipa Poeira, Edgar Canais & Lucília Nunes

¹ Nunes, L. & Poeira, A. *Apostilha de Investigação I. Da origem à disseminação do conhecimento*. Setúbal: Departamento de Enfermagem, 2021. Em <http://hdl.handle.net/10400.26/36172>.

² Fortin, M.F. *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta, 2009.

1. CONDUZIR UMA INVESTIGAÇÃO

1.1. PERCURSO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO À PUBLICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO:

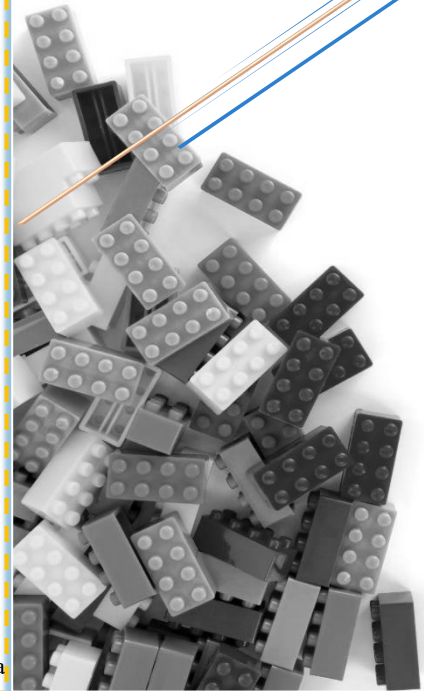
- Descrever o ciclo completo de uma investigação, desde a conceção do projeto até a publicação dos resultados.

1.2. E PORQUE INVESTIGAMOS?

1.3. COMISSÕES DE ÉTICA E INVESTIGAÇÃO:

- Explicar a importância das comissões de ética na pesquisa científica.

PARTE I - ENQUADRAMENTOS



Ana Filipa Poeira

1. CONDUZIR UMA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo, aborda conteúdos relacionados com o percurso de um processo de investigação, desde a sua génese com o projeto até ao momento da sua publicação e divulgação junto da comunidade científica. Aborda, ainda, as comissões de ética, apesar de ser temática que nos acompanhará ao longo de toda a Unidade Curricular.

Como resultados esperados, pretende-se que os estudantes sejam capazes de:

- Valorizar a importância da investigação para a Enfermagem;
- Identificar as etapas do projeto de investigação;
- Compreender os princípios éticos que devem guiar a Investigação;
- Compreender a finalidade das comissões de ética e investigação.

1.1. PERCURSO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO À PUBLICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Conduzir uma investigação científica é um processo complexo e detalhado que envolve várias fases críticas, desde a conceção inicial até à disseminação dos resultados. Este percurso é essencial para garantir a integridade científica, a validade e fidedignidade dos resultados, e sobretudo, que tenha um propósito e um contributo para a sociedade e comunidade científica.

Inevitavelmente, será relevante relembrar alguns dos conceitos principais em torno da origem do conhecimento, cuja explicação é baseada e fundamentada na obra principal³ da UC e na obra da Professora Lucília Nunes, intitulada para uma Epistemologia de Enfermagem⁴ (Figura 1).

³ Idem

⁴ Lucília Nunes. Para uma epistemologia de enfermagem. Loures: Lusodidacta, 2017. ISBN 978-989-8075-79-6

Investigação

‘A investigação é uma estratégia ou um processo racional visando a aquisição de conhecimentos’ (Fortin, 2009, p. 4)

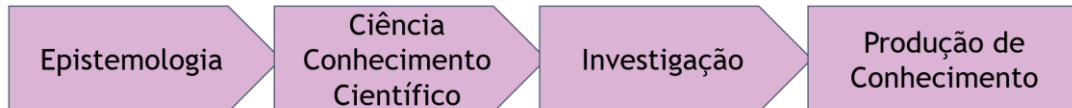
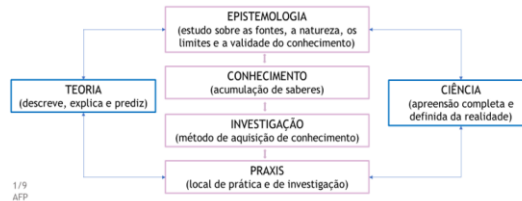


Figura 1 – Conceitos principais em torno do conhecimento

“Etimologicamente, a palavra “**epistemologia**” deriva de “episteme (conhecimento) e logos (teoria ou estudo)” (p. 39)³, sendo que, podemos considerar que esta palavra significa, “literalmente, teoria do conhecimento” (p. 39)⁵. “A palavra grega episteme pode ser traduzida por conhecimento estabelecido, conhecimento seguro. A palavra grega logos, dona de várias aceções, pode ser aqui traduzida por “teoria racional.” (p.6)⁶. Assim, podemos concluir que a epistemologia é um ramo da filosofia que se dedica ao estudo do conhecimento. (...) A Epistemologia “é um ramo da filosofia que se ocupa com as questões relativas à natureza, fontes, limites e validade do conhecimento.” (p.39)⁷. Desconstruindo os quatro focos que são alvo de estudo da epistemologia:

§ “quanto à natureza do conhecimento [o que é o conhecimento? o que queremos dizer ou que sentido atribuímos quando afirmamos que sabemos algo? o que é que conhecemos? sob que condições conhecemos algo?]

§ quanto às fontes do conhecimento [de onde vem ou como obtemos o conhecimento? como sabemos que é (com)fiável? quando estamos certos de algo? quando sabemos, justificadamente, que sabemos alguma coisa? quando tomamos algo como possível ou provável? como suportamos as nossas crenças (em evidências)?],

§ quanto aos limites do conhecimento [quais são? há algum limite primeiro? como poderemos identificar os limites?]

Apostilha de Investigação

I. Da origem à disseminação do conhecimento



Lucília Nunes e Ana Filipa Poeira

⁵ Idem

⁶ Gustavo Castañon. Introdução à Epistemologia. Edição: E. P. U. 2007.

⁷ Lucília Nunes. Para uma epistemologia de enfermagem. Loures: Lusodidacta, 2017

§ e quanto à possibilidade do conhecimento [qual a extensão do nosso conhecimento? podemos realmente conhecer? Como sabemos que apreendemos um objeto?].” (pp. 39-40)^{6” 8}

Segundo Fortin (2009) a **Ciência** “é um corpo de conhecimentos teóricos em que se encontram definidas as relações entre os factos, os princípios, as leis e as teorias.” (p. 14)⁹. Em geral, a ciência, que é muito ampla, comporta vários conjuntos de saberes nos quais são elaboradas as suas teorias baseadas nos seus próprios métodos e pesquisas científicas e que quando seguidos resultam em conhecimento certo e seguro. Assim, o **método científico** é essencial na ciência, assim como a ausência de preconceitos e juízos de valor.

De facto, provavelmente todos temos a ideia de que o conhecimento fornecido pela ciência é, de alguma forma, superior relativamente aos demais tipos de conhecimento, como por exemplo a sabedoria popular. Aliás, a *informação comprovado cientificamente* é frequente aparecer no nosso dia a dia e traz consigo a sensação de segurança e garantia de qualidade. Ou seja, teorias, métodos, técnicas, produtos contam com a aprovação geral quando são considerados científicos.

Ora, o que é que a ciência então traz consigo – respeito. Ou seja, entende-se que por detrás deste sucesso existe um método científico que gera conhecimento certo e seguro. Segundo Fortin (2009), o método científico é um conjunto de procedimentos sistemáticos, organizados e racionais que os cientistas utilizam para investigar fenómenos, adquirir novos conhecimentos ou corrigir e integrar conhecimentos pré-existentes.

E assim é necessário introduzir o conceito de **Investigação**, uma vez que o conhecimento científico é gerado pela investigação. Assim, o conhecimento científico é gerado pela investigação, decorrente de teorias e metodologias científicas. Uma teoria explica o que observamos, prediz eventos futuros, é útil, simples e passível de ser testada, de certa forma, as teorias “são redes utilizadas para capturar o que chamamos o mundo: para racionalizar, explicar e para gerir o mundo.” (p. 117)¹⁰.

⁸ Nunes, L. & Poeira, A.F. (2021). Apostilha de Investigação. I. Da origem à disseminação do conhecimento. Departamento de Enfermagem da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal. ISBN 978-989-54837-5-4

⁹ Fortin, M.F. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, 2009.

¹⁰ Lucília Nunes. Para uma epistemologia de enfermagem. Loures: Lusodidacta, 2017.

A investigação é necessária não somente para os investigadores de qualquer disciplina desejosos de fazer avançar os conhecimentos, mas igualmente para os profissionais porque necessitam do conhecimento proveniente da investigação para aplicá-lo na prática. A investigação é um método de aquisição de conhecimentos que permite encontrar respostas para questões precisas, segundo Fortin “a investigação é uma estratégia ou um processo racional visando a aquisição de conhecimentos” (p. 4)¹¹. Ela consiste em descrever, em explicar, em prever e em verificar factos, acontecimentos ou fenómenos¹².

1.2. E PORQUE INVESTIGAMOS?

Antes de iniciarmos o processo de investigação (Figura 2) é necessário que nasça primeiramente um **projeto de investigação**. Basicamente, é pensar em como se transforma um problema num Projeto de Investigação. Assim, o projeto é aquilo que se pensa fazer, numa linguagem mais vulgar, é o esboço realizado antes da investigação propriamente dita.

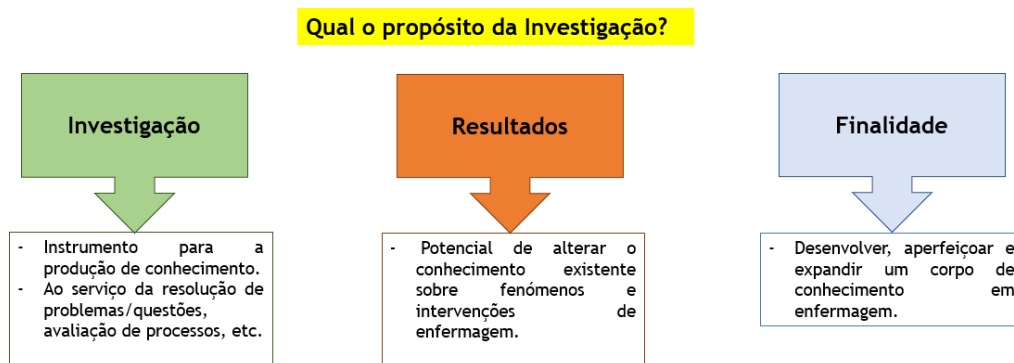


Figura 3 – O propósito da Investigação

Este é constituído por três fases distintas (Figura 3). A primeira fase, consiste na fase de preparação e que é norteadas pelas fases do processo de investigação, ou seja, existe um planeamento do pensamento, do que se pretende realizar. A segunda fase constitui a fase

¹¹ Fortin, M.F. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, 2009.

¹² Idem

de execução, ou seja, quando implementamos o projeto. E por fim, a fase de relatório que consiste na comunicação do que foi feito ou não em função do que foi planejado inicialmente.

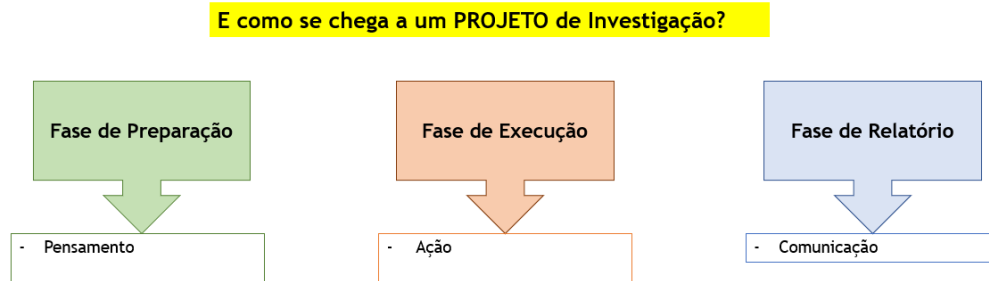


Figura 3 – Fases do Projeto de Investigação

Para que a investigação em si, seja bem-sucedida, é necessário que se sistematize o planeamento de todo o processo de investigação. Ou seja, é necessário que o investigador elabore “um plano escrito onde se define o modo como se irá proceder à investigação” (p.81)¹³, sendo um documento fundamental que orienta todo o processo de investigação, estabelecendo objetivos claros, métodos, cronogramas, e recursos necessários.

Um projeto de investigação geralmente inclui as seguintes seções:

- **Título:** O título deve ser claro, conciso e refletir o tema central da investigação. Deve indicar o problema a ser investigado e, se possível, o método ou o contexto em que o estudo será conduzido.
- **Introdução:** A introdução contextualiza o problema de investigação, apresentando o tema, a relevância da pesquisa, e o que já é conhecido sobre o assunto. Deve incluir uma justificativa que explique a importância do estudo para a área científica, para a prática clínica ou para a sociedade.
- **Revisão da Literatura:** Uma revisão da literatura é uma análise crítica das pesquisas existentes que estão relacionadas com o problema de investigação. Essa

¹³ Sousa, S. D. (2009). Metodologia da Investigação Científica. Lisboa: Edições Almedina.

seção ajuda a identificar lacunas no conhecimento que o estudo proposto pretende preencher, fundamentando a relevância do estudo.

- **Objetivo(s) de Investigação:** Os objetivos descrevem o que o estudo pretende alcançar. Eles devem ser claros, específicos, mensuráveis e realistas. Podem ser divididos em objetivo geral (o que se deseja alcançar com a investigação) e objetivos específicos (as etapas que serão seguidas de forma a atingir o objetivo geral).
- **Pergunta de Investigação e/ou Hipóteses:** A pergunta de investigação é a questão central que o estudo pretende responder. Em investigações quantitativas, essa pergunta é frequentemente formulada como uma hipótese – uma declaração testável sobre a relação entre variáveis.
- **Metodologia:** A metodologia descreve o plano de investigação, incluindo: a) Desenho do Estudo: Tipo de estudo que será realizado (por exemplo, experimental, descritivo, correlacional, qualitativo); b) População e Amostra: Definição de quem será estudado, como a amostra será selecionada e o cálculo do tamanho da amostra; c) Instrumentos de Colheita de Dados: Ferramentas e métodos que serão utilizados para colher os dados (questionários, entrevistas, observações, etc.); d) Procedimentos de Colheita de Dados: Descrição detalhada de como os dados serão colhidos; e) Métodos de Análise de Dados: Técnicas estatísticas ou qualitativas que serão usadas para analisar os dados colhidos.
- **Considerações Éticas:** Explicação de como os princípios éticos serão respeitados durante o estudo, incluindo a obtenção de consentimento informado, livre e esclarecido, se o projeto será submetido a alguma comissão de ética, etc.
- **Cronograma:** Um cronograma detalhado que define as etapas do projeto e o tempo previsto para cada uma delas.

- **Recursos e Orçamento:** Descrição dos recursos necessários (humanos, materiais, tecnológicos) e o orçamento detalhado, incluindo os custos estimados de cada fase da investigação.
- **Resultados Esperados e Impacto:** Discussão dos resultados esperados e de como esses resultados podem impactar o campo de estudo, influenciar políticas públicas ou melhorar práticas.
- **Referências:** identificação de todas as referências utilizadas ao longo do documento e que inevitavelmente suportam e fundamentam o projeto.

APROFUNDAR CONHECIMENTO...

- Consultar a Apostilha de Investigação. I. Da origem à disseminação do conhecimento (Nunes, L. & Poeira, A.F., 2021). [comun.rcaap.pt/bitstream/10400.26/36172/1/Apostilha de Investigacao_2021.pdf](https://comun.rcaap.pt/bitstream/10400.26/36172/1/Apostilha_de_Investigacao_2021.pdf)
- Pesquisar na internet exemplos de projetos de investigação e concursos de financiamento em curso ou anteriores.

1.3. COMISSÕES DE ÉTICA E INVESTIGAÇÃO

“As comissões de ética da investigação são comissões de profissionais encarregados de avaliar se os projetos de investigação que lhe são submetidos respeitam os direitos humanos. São geralmente constituídas por equipas multidisciplinares que têm a competência e a independência necessárias para avaliar a ética dos projetos de investigação.” (p. 199)¹⁴.

¹⁴Fortin, M.F. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, 2009.

Segundo o Artigo 2º. do Decreto-Lei n.º 80/2018 de 15 de outubro ¹⁵ “as comissões de ética têm por missão contribuir para a observância de princípios da ética e da bioética na atividade da instituição, na prestação de cuidados de saúde e na realização de investigação clínica, em especial no exercício das ciências da saúde, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, como garante do exercício dos seus direitos fundamentais, bem como a integridade, confiança e segurança dos procedimentos em vigor na respetiva instituição.”

É assim notória a importância das comissões de ética (CE) na garantia que todos os projetos de investigação respeitem os direitos e o bem-estar dos participantes. E para tal, as CE avaliam os riscos e benefícios da investigação para assegurar que qualquer risco potencial seja minimizado e que os benefícios sejam maximizados.

Para tal, existem princípios éticos que devem ser assegurados¹⁶:

- **O respeito pelo consentimento informado, livre e esclarecido:** Em Portugal, o conceito de consentimento informado, livre e esclarecido está previsto em vários documentos legais, incluindo o Decreto-Lei n.º 21/2014 ¹⁷, que regula a investigação clínica. O consentimento informado é o processo pelo qual um participante é plenamente informado sobre os aspetos importantes de um estudo ou procedimento, incluindo seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos, e suas implicações, antes de decidir se deseja participar. O consentimento deve ser dado de forma clara e documentada, geralmente por escrito, para que o participante compreenda integralmente o que será realizado. O consentimento deve ser dado de forma voluntária, sem qualquer tipo de coação, pressão ou indução. O participante deve ter a liberdade de recusar ou retirar o consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer consequência negativa ou prejuízo, quer isto dizer, que a pessoa é livre de desistir de participar no estudo em qualquer momento. Para ser considerado esclarecido, o consentimento deve ser baseado em informações completas e compreensíveis fornecidas ao participante, permitindo que ele tome uma decisão consciente. As informações devem ser transmitidas de forma acessível, adaptada ao nível de compreensão do participante.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 80/2018 de 15 de outubro - Decreto-lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis às comissões de ética que funcionam nas instituições de saúde, nas instituições de ensino superior e em centros de investigação biomédica que desenvolvam investigação clínica

¹⁶ Idem

¹⁷ Lei n.º 21/2014, de 16 de Abril, Lei da Investigação Clínica

- **O respeito pelos grupos vulneráveis**^{18, 19, 20}: É um princípio fundamental em ética e investigação científica. A proteção desses grupos decorre da necessidade de garantir que as suas necessidades e direitos sejam respeitados, considerando as suas possíveis limitações em autonomia, capacidade de consentir ou em defender os seus próprios interesses. Em investigação, grupos vulneráveis incluem indivíduos cujas condições de vida ou saúde os tornam particularmente suscetíveis a coerção ou exploração, como crianças, idosos, pessoas com deficiência, indivíduos privados de liberdade, populações com baixos rendimentos ou minorias étnicas.
- **O respeito pela vida privada e pela confidencialidade das informações pessoais**^{19, 20}: A confidencialidade refere-se à obrigação ética e legal de proteger as informações pessoais dos participantes de uma investigação. Isso implica que qualquer dado colhido durante a investigação, como dados de saúde, opiniões ou informações socioeconómicas, seja mantido em sigilo e utilizado apenas para os fins declarados e consentidos. Privacidade é o direito do participante controlar o acesso às suas informações pessoais e decidir quem pode ter acesso às mesmas, em que contexto e com que finalidade. A proteção da privacidade e a confidencialidade das informações pessoais são direitos protegidos por lei. Na União Europeia, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)²¹ impõe regras rigorosas sobre como as informações pessoais devem ser colhidas, armazenadas, processadas e compartilhadas. Em consequência, a “proteção de dados deve ser rigorosamente aplicada pela comunidade de investigação”²².

¹⁸ **Associação Médica Mundial (2013)**. *Declaração de Helsínquia: Princípios Éticos para a Pesquisa Médica Envolvendo Seres Humanos*.

<https://www.uc.pt/site/assets/files/932301/5consentimentoinformado.pdf>

¹⁹ “Permissible Medical Experiments.” *Trials of War Criminals before the Nuremberg Military Tribunals under Control Council Law No. 10. Nuremberg October 1946 – April 1949*, Washington. U.S. Government Printing Office (n.d.), vol. 2., pp. 181-182. [Código de Nuremberg - U.S. Government](#)

²⁰ Council for International Organizations of Medical Sciences (CIOMS) & World Health Organization (WHO). (2016). *International ethical guidelines for health-related research involving humans*. CIOMS. <https://cioms.ch/wp-content/uploads/2017/01/WEB-CIOMS-EthicalGuidelines.pdf>

²¹ Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto. Assegura a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD).

²² European Commission (2021). *Ethics and data Protection*. https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/docs/2021-2027/horizon/guidance/ethics-and-data-protection_he_en.pdf

- **O respeito pela justiça e pela equidade²³**: Justiça refere-se ao tratamento justo e imparcial de todos os participantes. Em termos de pesquisa, a justiça exige que, nenhum grupo ou indivíduo seja, indevidamente incluído ou excluído da pesquisa, especialmente quando os benefícios do estudo são claros. Equidade é a prática de garantir que todas as pessoas recebam tratamento justo e igual, considerando as suas necessidades específicas e contextos sociais. Esta implica em assegurar que os participantes de diferentes origens sociais, culturais ou económicas tenham igualdade de oportunidades para participar em investigações que possam beneficiá-los.
- **O equilíbrio entre as vantagens e os inconvenientes²⁴**: Este princípio exige que os investigadores avaliem cuidadosamente se os potenciais benefícios de uma pesquisa superam os possíveis riscos ou inconvenientes para os participantes, garantindo que o estudo seja justificado e eticamente aceitável. Assim, a equipa de investigadores deve atender à **redução dos inconvenientes**, ou seja, deve tomar todas as medidas possíveis para minimizar os riscos e inconvenientes para os participantes de um estudo, como por exemplo a escolha de métodos de colheita de dados menos invasivo. E atender à **otimização das vantagens**, em que existe um esforço consciente de maximizar os benefícios que os participantes e a sociedade podem obter a partir da investigação, incluindo a disseminação eficaz do conhecimento produzido.

O respeito por estes princípios é uma exigência ética central em qualquer investigação científica. E que, encontram a sua génese em princípios éticos universais como **beneficência, não-maleficência, autonomia, justiça, veracidade e confidencialidade** e apoiado por diretrizes internacionais e regulamentos nacionais^{25, 26}.

- **Beneficência**: O princípio da beneficência exige que a investigação promova o bem-estar dos participantes, minimizando os riscos e maximizando os benefícios.

²³ Council for International Organizations of Medical Sciences (CIOMS) & World Health Organization (WHO). (2016). International ethical guidelines for health-related research involving humans. CIOMS. <https://cioms.ch/wp-content/uploads/2017/01/WEB-CIOMS-EthicalGuidelines.pdf>

²⁴ Fortin, M.F. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, 2009

²⁵ Idem.

²⁶ Nunes, L. (2013). História das Comissões de Ética. <http://hdl.handle.net/10400.26/4803>

Qualquer risco para os participantes deve ser justificado em termos de potencial ganho científico ou benefício social.

- **Não-Maleficência:** Este princípio obriga os investigadores a evitar causar danos aos participantes. Ele requer que todos os possíveis riscos sejam avaliados e mitigados antes do início do estudo. E em caso de potencial risco, este deve ser especificado claramente, bem como o plano de ação em caso de o mesmo ocorrer.
- **Autonomia:** Refere-se ao respeito pela capacidade dos participantes de tomar decisões informadas sobre a sua participação na investigação. O consentimento informado, livre e esclarecido é um elemento central deste princípio, garantindo que todos os participantes compreendam os detalhes do estudo e concordem voluntariamente em participar.
- **Justiça:** A justiça requer que os benefícios e riscos da investigação sejam distribuídos de forma equitativa entre todos os grupos de participantes. Isso implica que nenhuma população específica seja indevidamente favorecida ou prejudicada.
- **Veracidade e Confidencialidade:** Assegura que todas as informações fornecidas aos participantes sejam verdadeiras e compreensíveis, e que a privacidade e confidencialidade dos dados pessoais dos participantes sejam rigorosamente mantidas.

Assim, as comissões de ética asseguram que os projetos de investigação estejam em conformidade com normas éticas internacionais, nacionais e locais. Em Portugal, as comissões de ética são reguladas pela Decreto-Lei n.º 80/2018, de 15 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis às comissões de ética.

“Apoiada nos documentos internacionais consensuais, aprovados e aceites pela generalidade dos cidadãos e dos estados é **possível definir um conjunto de princípios base para que qualquer investigação clínica possa ser considerada ética:**

1) o **valor social e científico da investigação**, no sentido de que é necessário que haja uma utilização responsável dos recursos para investigação que são finitos e dispendiosos;

- 2) a **validade científica da investigação**, que deve ser rigorosa e escrupulosa;
- 3) a **correta seleção de sujeitos para estudo**, na medida em que são os objetivos do estudo que determinam os grupos e os indivíduos a serem recrutados (e não os privilégios, vantagens económicas) e a sua exclusão só pode ser atendida por razões técnico-científicas (e não por género, sexo, classe social);
- 4) o **rácio risco-benefício favorável**, na medida em que deve existir um equilíbrio entre os riscos (que devem ser mínimos) e os benefícios (que devem ser maximizados), com a distribuição equitativa dos benefícios;
- 5) uma **revisão independente do protocolo de investigação**, por peritos externos e multidisciplinares, com poderes vinculativos relativamente à investigação sob escrutínio;
- 6) a **garantia do consentimento informado**;
- 7) o **respeito pelos sujeitos do estudo**. Assim, para que uma investigação possa ser considerada eticamente aceitável e, consequentemente, permitida, tem de ter um valor simultaneamente científico e social.²⁷

EXERCÍCIO EM CONTEXTO DE SALA DE AULA

- Pesquisar na internet o exemplo da Comissão de Ética do Instituto Politécnico de Setúbal.
- Explorar e analisar o exemplo em causa.

²⁷ Martinho da Silva, P. (Coord). Estudo comparativo: práticas internacionais e desafios legislativos. BERC-LUSO Building Ethics and Regulatory Capacity in Portuguese Speaking Countries. 2019. P.3. Estudo Legislativo Comparativo, 1ª parte.pdf

APROFUNDAR CONHECIMENTO...



- Nunes, L. (2020). Aspetos éticos na investigação em Enfermagem. <http://hdl.handle.net/10400.26/32782>
- Nunes, L. (2013). História das Comissões de Ética. <http://hdl.handle.net/10400.26/4803>
- Nunes, L, et. all (2019). Revisão ética como processo de qualidade: o caso da Comissão de Ética Especializada em Investigação da ESS-IPS. X Encontro de investigadores da qualidade. Livro de atas. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/30882>
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto. Assegura a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD).

2. INVESTIGAR EM ENFERMAGEM

2.1. FUNDAMENTOS E IMPORTÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO NA PRÁTICA DE ENFERMAGEM:

- Destacar a importância da investigação para o desenvolvimento da prática de enfermagem baseada em evidências.
- Explorar como a investigação contribui para melhorar a qualidade dos cuidados e otimizar os resultados em saúde.

2.2. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INVESTIGAÇÃO EM ENFERMAGEM:

- Identificar as áreas-chave de investigação, como qualidade dos cuidados, segurança dos doentes, promoção da saúde e cuidados na comunidade.

2.3. PARADIGMAS DE INVESTIGAÇÃO:

- Introduzir diferentes paradigmas.
- Explicar como cada paradigma orienta a escolha de métodos de investigação e análise.

Lucília Nunes

PARTE I - ENQUADRAMENTOS



2. INVESTIGAR EM ENFERMAGEM

Este capítulo, aborda conteúdos relacionados com os fundamentos e importância da investigação na prática de Enfermagem, as áreas prioritárias de investigação em enfermagem e paradigmas de investigação.

Como resultados esperados, pretende-se que os estudantes sejam capazes de:

- Destacar a importância da investigação para o desenvolvimento da prática de enfermagem baseada em evidências.
- Explorar como a investigação contribui para melhorar a qualidade dos cuidados e otimizar os resultados em saúde.
- Identificar as áreas-chave de investigação, como qualidade dos cuidados, segurança dos doentes, promoção da saúde e cuidados na comunidade
- Introduzir diferentes paradigmas.
- Explicar como cada paradigma orienta a escolha de métodos de investigação e análise.

2.1. FUNDAMENTOS E IMPORTÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO NA PRÁTICA DE ENFERMAGEM

“Podemos afirmar que a **investigação visa proporcionar nova informação, conhecimento e compreensão**. Um conhecimento científico que possa ser extensível a todos, que possa servir de base à melhoria da saúde e à compreensão das doenças no ser humano. Pode ser conduzida num diversificado número de campos desde as ciências sociais, ensaios clínicos e ciências biomédicas em geral, entre outros.

A investigação é muito importante e pode trazer valiosos benefícios ao ser humano e, conseqüentemente, deve ser encorajada. No campo da investigação biomédica os benefícios para a saúde e bem-estar do ser humano são de um valor inquestionável. Desde logo, pela melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da pessoa em particular e das populações em geral, com repercussões visíveis nos cuidados de saúde, na sua eficiência e qualidade, refletindo-se, ainda, na forma como são administrados, no maior número de pessoas beneficiadas e numa economia mais eficaz.

Por outro lado, os resultados da investigação repercutem-se não só na possibilidade de salvar vidas, curar doenças ou tratá-las de forma mais eficiente,

no diagnóstico melhor e mais precoce, mas também no melhor conhecimento da própria doença, aumentando a qualidade e a esperança de vida de cada um.

Por vezes, ainda, a investigação pode não trazer benefícios imediatos ou pode não beneficiar diretamente o próprio participante, mas uma investigação poderá trazer, nestes casos, benefícios a médio prazo beneficiando as gerações mais jovens ou as futuras gerações. Há ainda que tomar em consideração os interesses dos investigadores, que podem ser relevantes e legítimos. E que necessitam, por sua vez, de produzir resultados, obter financiamentos para a sua investigação e atividade profissional, progredir nas suas carreiras e encontrar apoio e estímulo para o seu trabalho.

Mas para produzir mais conhecimento ou melhores resultados na investigação, para se produzir boa ciência, é preciso fazer boa investigação.

O conhecimento gerado pela boa ciência tem um valor intrínseco pelo benefício que esse conhecimento traz à sociedade.”²⁸

A **investigação** é importante porque:

- 1 - Visa melhorar a qualidade de vida das pessoas
- 2 - Fornece conhecimento científico e o desenvolvimento de teorias
- 3 - Subsidiar a solução de problemas
- 4 - Melhora a sociedade como um todo

A **investigação em Enfermagem** é fundamental porque permite:

- 1 - Descrver as características de uma situação especial de enfermagem, acerca da qual pouco se conheça.
- 2 - Explicar os fenómenos a ter em conta no planeamento dos cuidados de saúde.
- 3 - Prever os prováveis resultados de determinadas decisões de enfermagem, tomadas em relação ao atendimento do utente.
- 4 - Iniciar, com bom grau de confiança, as atividades que irão levar à obtenção de um resultado desejado.

²⁸ Martinho da Silva, P. (Coord). *Estudo comparativo: práticas internacionais e desafios legislativos*. BERC-LUSO Building Ethics and Regulatory Capacity in Portuguese Speaking Countries. 2019. P.1. [Estudo Legislativo Comparativo, 1ª parte.pdf](#)

Citações para treinar comentários

- a) “Nursing research is systematic inquiry designed to develop knowledge about issues of importance to nurses, including nursing practice, nursing education, and nursing administration. “ (Polit & Beck, 2006, p. 4).
- b) “Nursing research is needed to generate new knowledge and advance nursing science, evaluate existing practice and services, and provide evidence that will inform nursing education, practice, research and management” (International Council of Nurses, 2007)
- c) “Assistimos com frequência a uma elevada variabilidade na tomada de decisões dos profissionais de saúde, dentro de um mesmo sistema de saúde e até de uma mesma unidade de saúde. Para prevenir estes e outros desvios, os processos de garantia e melhoria da qualidade reportam, entre outros aspetos, à necessidade de basear a prática em evidência. Ou seja, melhorar a qualidade dos cuidados e otimizar os resultados em saúde implica desenvolver uma prática sustentada na incorporação da melhor evidência científica disponível, conjugada com a experiência, a opinião de peritos e os valores e preferências dos utentes, no contexto dos recursos disponíveis. Para tal, a enfermagem, como qualquer outra área disciplinar, necessita de produção e de renovação do seu corpo de conhecimentos, o que apenas poderá ser assegurado pela investigação.”²⁹

No **Regulamento do perfil de competências do enfermeiro de cuidados gerais**³⁰ há referência direta à investigação em dois domínios de competências:

- (1) “No processo da tomada de decisões em Enfermagem e na fase de implementação das intervenções, o enfermeiro incorpora os resultados da investigação na sua prática” (Preâmbulo)
- (2) “Domínio da Prestação de cuidados.
Competência B1. Atua de acordo com os fundamentos da prestação e gestão de cuidados.

²⁹ Paulino Sousa. A Investigação em Enfermagem: um percurso Ibero-Americano. *Rev Cuid* 2014; 5(1): 583-4.

³⁰ Ordem dos Enfermeiros. Regulamento n.º 190/2015 Regulamento do Perfil de Competências do Enfermeiro de Cuidados Gerais. Diário da República, 2.ª série, N.º 79, 23 de abril de 2015.

Descritivo. O enfermeiro age de forma fundamentada, mobilizando e aplicando os conhecimentos e técnicas adequadas, procurando realizar as melhores práticas assentes em resultados de investigação e outras evidências.

Critérios de competência

(20) — Aplica os conhecimentos e as técnicas mais adequadas, na prática de Enfermagem.

(21) — Incorpora, na prática, os resultados da investigação válidos e relevantes, assim como outras evidências.”

(3) C — Domínio: Desenvolvimento Profissional.

Competência C1. Contribui para a valorização profissional.

Descritivo. O enfermeiro assume o seu papel imprescindível nos cuidados de saúde aos cidadãos, criando e dando visibilidade ao seu espaço no trabalho pluriprofissional, assumindo a liderança dos processos sempre que for o profissional melhor colocado para tal.

Critérios de competência

(83) — Promove e mantém a imagem profissional da Enfermagem.

(84) — Defende o direito de participar no desenvolvimento das políticas de saúde e no planeamento dos programas.

(85) — Contribui para o desenvolvimento da prática de Enfermagem.

(86) — Valoriza a investigação como contributo para o desenvolvimento da Enfermagem e como meio para o aperfeiçoamento dos padrões de qualidade dos cuidados.



Investigação em Enfermagem

Tomada de Posição

Tomada de posição da Ordem dos Enfermeiros sobre Investigação

“a Ordem dos Enfermeiros afirma que a **Investigação em Enfermagem** é um processo sistemático, científico e rigoroso que procura incrementar o conhecimento nesta disciplina, respondendo a questões ou resolvendo problemas para benefício dos utentes, famílias e comunidades. Engloba todos os aspetos da

saúde que são de interesse para a Enfermagem. Inclui, por isso, a promoção da saúde, a prevenção da doença, o cuidado à pessoa ao longo do ciclo vital, durante problemas de saúde e processos de vida, ou visando uma morte digna e serena.

- O conhecimento adquirido pela investigação em Enfermagem é utilizado para desenvolver uma prática baseada na evidência, melhorar a qualidade dos cuidados e otimizar os resultados em saúde.
- Considera-se uma **prática de Enfermagem baseada na evidência** como sendo a incorporação da melhor evidência científica existente (quantitativa e qualitativa), conjugada com a experiência, opinião de peritos e os valores e preferências dos utentes, no contexto dos recursos disponíveis”

A Ordem dos Enfermeiros **Recomenda**

- Que sejam canalizados mais recursos humanos, materiais e financeiros ao desenvolvimento da Investigação em Enfermagem;
- Que se promova o investimento contínuo na Investigação;
- Que se desenvolvam projectos que permitam maior sinergia entre os enfermeiros nas diferentes dimensões do exercício da profissão;
- Que se incentive a divulgação e se criem condições favorecedoras da aplicação dos resultados da investigação;
- Que sejam criados Sistemas de Informação para Apoio a uma Prática de Enfermagem científica;
- Que sejam criados ambientes favoráveis ao desenvolvimento de Culturas de Qualidade e Segurança onde se promova, incentive e valorize a investigação, com particular envolvimento dos gestores e líderes;
- Que todos os enfermeiros, nas diferentes áreas de atuação, se esforcem pela promoção do espírito investigador e do pensamento crítico e pela adoção de uma filosofia de aprendizagem ao longo da vida;
- Que em todas as etapas do processo de investigação sejam visivelmente garantidos os aspetos de natureza ética.

A Ordem dos Enfermeiros **Promove**

- A criação de um Centro de Recursos em Conhecimento de Enfermagem;

- A criação de um Centro de Estudos e Investigação em Enfermagem, a nível nacional;
- A criação de redes de projectos e processos de cooperação entre unidades ou grupos de investigação em Enfermagem, nacionais ou estrangeiros, assim como a partilha de experiências dos enfermeiros envolvidos no desenvolvimento de projectos de Investigação em Enfermagem;
- A criação de uma Base de Dados de Trabalhos de Investigação realizados por enfermeiros;
- A definição de um Conjunto Mínimo de Dados de Enfermagem;
- A Normalização dos Sistemas de Informação de Enfermagem (SIE);
- A instituição de Prémios para estudos ou trabalhos de investigação em Enfermagem.

A Ordem dos Enfermeiros **Apoia**

- A promoção de estudos sobre a Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem como a Terminologia de Referência para os SIE;
- A divulgação de estudos de investigação de reconhecido valor científico;
- A replicação de estudos de investigação e a validação científica de instrumentos de pesquisa.

Nesta tomada de posição foram identificados quatro eixos prioritários de investigação (Figura 4).

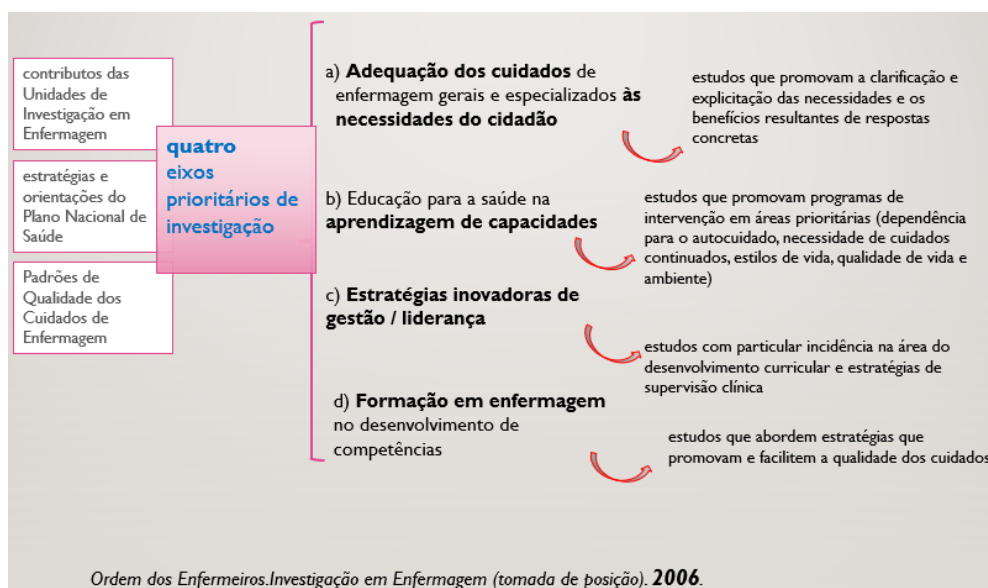
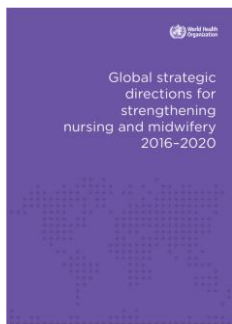


Figura 4 – Os quatro eixos prioritários de investigação

2.2. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INVESTIGAÇÃO EM ENFERMAGEM

Em 2010, a Comissão de Formação da Ordem dos Enfermeiros elencou 10 áreas prioritárias de investigação em Enfermagem

1. Qualidade dos cuidados de enfermagem - projectos, indicadores e critérios
2. A segurança dos clientes
3. Dimensão ético-deontológica do exercício
4. O impacto das intervenções de enfermagem nos resultados em saúde para o cliente
5. Intervenções de enfermagem: prestar e testar cuidados e avaliar resultados
6. Promoção da saúde
7. Cuidados de saúde na comunidade
8. Prática baseada na evidência
9. Viver com doença crónica e a promoção da qualidade de vida
10. Capacitação (empowerment) dos clientes



[9789241510455-eng.pdf](#)

O documento **Global Strategic Directions for Strengthening Nursing and Midwifery 2016–2020**, publicado pela Organização Mundial da Saúde, faz várias referências à investigação como componente essencial para o desenvolvimento das profissões de enfermagem e obstetrícia.

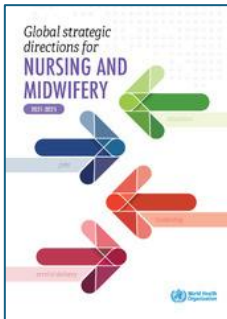
Papel da investigação

- Base para políticas informadas: A investigação é vista como fundamental para orientar políticas baseadas em evidências, especialmente no desenvolvimento de recursos humanos em saúde.
- Apoio à tomada de decisão: Dados e evidências científicas são essenciais para planeamento, gestão e avaliação de intervenções eficazes.
- Monitorização e avaliação: O documento destaca a importância de sistemas de monitorização que utilizem dados de

investigação para acompanhar o progresso dos países na implementação das estratégias.

Temas estratégicos com foco em investigação - o tema 4 do documento é especialmente dedicado à investigação:

- Mobilizar vontade política para investir em investigação: Incentiva os governos a alocar recursos para investigação em enfermagem e obstetrícia como forma de fortalecer os sistemas de saúde.
- Desenvolver capacidades locais: Promove o fortalecimento da capacidade de investigação nos países, incluindo formação de profissionais e criação de redes colaborativas.
- Produzir evidência relevante: Encoraja a produção de estudos que respondam às necessidades locais e globais, como cobertura universal de saúde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



[The WHO Global Strategic Directions for Nursing and Midwifery \(2021–2025\)](#)

O documento *Global Strategic Directions for Nursing and Midwifery 2021–2025* reforça ainda mais o papel da investigação como alicerce para políticas eficazes e práticas baseadas em evidência.

Investigação como eixo transversal

Embora o documento não tenha um capítulo exclusivo sobre investigação, ela está presente como elemento transversal nas quatro áreas estratégicas:

- Educação: Incentiva o uso de evidências para alinhar currículos às necessidades populacionais e às competências exigidas.
- Emprego: Propõe decisões baseadas em dados sobre criação de postos de trabalho, retenção e migração de profissionais.
- Liderança: Defende o fortalecimento da capacidade de liderança com base em evidências sobre impacto e eficácia.
- Prestação de serviços: Apoiar a implementação de modelos de cuidados sustentados por investigação sobre resultados em saúde.

Abordagem baseada em dados

- O documento promove uma abordagem chamada “data-dialogue-decision making”, ou seja, decisões políticas devem ser fundamentadas em dados robustos e diálogo intersetorial.
- A monitorização e responsabilização são feitas com base em indicadores e evidências recolhidas pelos Estados Membros, através de mecanismos como os *National Health Workforce Accounts*.

Produção e uso de evidência

- Encoraja a produção de evidência contextualizada, especialmente em países com escassez de profissionais.
- Destaca a importância de investir em investigação aplicada para melhorar a qualidade da formação, a segurança dos profissionais e a eficácia dos serviços.

Impacto esperado

A investigação é vista como essencial para:

- Alcançar a cobertura universal de saúde
- Gerir os efeitos das mudanças climáticas na saúde
- Responder a necessidades de saúde pública e emergências, como a pandemia COVID-19
- Garantir acesso em áreas remotas e vulneráveis

2.3. PARADIGMAS DE INVESTIGAÇÃO

A palavra paradigma deriva do grego *paradeigma*, que significa “exemplo” ou “modelo”.

Paradigma é "um conjunto de princípios, teorias, estratégias metódicas e resultados cruciais que servem de modelo ou quadro orientador às pesquisas produzidas na sua área" (Fernandes et al, 2002).

Segundo Thomas Kuhn, um paradigma é um conjunto de postulados, de valores conhecidos, de teorias comuns e de regras que são aceites por todos os elementos de uma comunidade científica num dado momento histórico. É “modelo para o ‘que’ e para o ‘como’ investigar num dado e definido contexto histórico/social”³¹.

Trata-se de uma visão geral, de um modelo, do “referencial filosófico”³² - concepções filosóficas presentes em toda a investigação.

Na atualidade defende-se a existência de três grandes paradigmas na investigação educativa: positivista ou quantitativo, interpretativo ou qualitativo e sociocrítico ou hermenêutico³³.

- (1) Positivista ou quantitativo - situa-se, filosófica e historicamente no positivismo de Comte; utiliza uma metodologia de cariz quantitativo que defende a primazia do estado positivo do conhecimento baseado na observação.
Utiliza como instrumento a metodologia experimental.
- (2) Interpretativo ou qualitativo – adota uma posição relativista no sentido em que defende que existem múltiplas realidades que existem sob a forma de representações mentais e experiencialmente localizadas.
Valoriza o subjetivo e o papel do investigador enquanto construtor de conhecimento.
Os pressupostos assentam na compreensão, significado e ação.
- (3) Socio crítico ou hermenêutico - introduz a ideologia no processo de produção de conhecimento científico.
Consiste num conhecimento emancipatório que para além de combinar formas de investigação qualitativas e quantitativas, tenta intervir de forma ativa para modificar ideologias.

Os paradigmas de investigação servem como referenciais para os investigadores selecionarem as metodologias adequadas que os *conduzirão às respostas aos problemas*.

³¹ Kuhn, T. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago. University of Chicago Press, 1962.

³² Creswell, J. W. *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches* (4th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

³³ Cf. Bisquerra, R. (1989). *Métodos de Investigación Educativa: Guía Práctica*. Barcelona: Ediciones CEAC, 1989; Morin, E. *O Paradigma Perdido. A Natureza Humana*. Lisboa: Publicações Europa América, 1983.

Por isso, adotar um paradigma não é neutro. Por um lado, é conhecido que paradigma e problema se condicionam mutuamente³⁴. Por outro lado, às escolhas subjacentes a essa adoção não é estranha a própria mundividência da investigadora, isto é, o seu modo de olhar o mundo, incluindo a sua experiência e prática profissional³⁵.

Mundividência que acaba sempre por ser influenciada pelo paradigma que o investigador adota³⁶. Alguns autores apontam paradigmas decorrentes de 4 visões do mundo (Creswell, 2014):

- (1) Póspositivista – centrada na determinação, no reducionismo, observação e medição empírica e verificação teórica;*
- (2) Construtivismo – centrado na compreensão, participantes desenvolvem vários significados, construção social e histórica, criação de teoria;*
- (3) Transformativo – dimensão política, orientado para o poder e a justiça, colaborativo e orientado para a mudança;*
- (4) Pragmático – consequências das ações, centrado nos problemas, pluralista, orientado para a prática no mundo real.*

Esta relação entre ontologia, epistemologia, metodologia e métodos pode ser representada de forma metafórica através da Árvore da Metodologia de Investigação, onde cada componente é visualizado como parte de um todo interdependente (Figura 5).

³⁴ Strauss, A. L., & Corbin, J. *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1990.

³⁵ N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*. Sage Publications, 1994.

³⁶ Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105–117). Sage Publications, Inc, 1994.



Figura 5 - A Árvore da Metodologia de Investigação (*The Research Methodology Tree*)

Yvonna Lincoln e Egon Guba³⁸ apresentaram as crenças básicas de cinco paradigmas alternativos de investigação na investigação em ciências sociais: positivismo, pós-positivismo, teoria crítica, construtivismo e participativo. Cada um é apresentado em termos de ontologia (i.e., natureza da realidade), epistemologia (i. como sabemos o que sabemos) e metodologia (i.e., o processo de investigação).

A tabela seguinte lista pressupostos filosóficos de cada um destes paradigmas³⁹.

³⁷ Fonte: Adaptado de Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2016).

³⁸ Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (2005). Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln, *The Sage handbook of qualitative research* (3^a ed., pp. 191-215). Thousand Oaks, CA: Sage

³⁹ Fushimi, K. Qualitative Research is not a Unified Paradigm: Implications for the Evaluation of Qualitative Research Studies. JICA Ogata Research Institute, 2021. Em https://www.jica.go.jp/english/jica_ri/publication/litreview/icsFiles/afieldfile/2023/12/27/JICA-RI_Literature_Review_No.15_02.pdf

Tabela 1 – Pressupostos filosóficos dos paradigmas

Table: Research paradigms and philosophical assumptions

Assump- tions Paradigm	Ontological assumption	Epistemologica l assumption	Axiological assumption	Methodological assumption
Post-positivism	A single reality exists 'out there', but researchers may not understand it.	Reality can only be approximated.	Researcher's biases need to be controlled and not expressed in a study.	Deductive methods are important.
Social constructivism	Multiple realities are constructed through our lived experiences.	Reality is co-constructed between the researcher and the researched.	Individual values are honoured.	Inductive method of emergent ideas is used.
Transformative/ postmodern	Researcher and communities/ individuals being studied participate.	Findings are co-created with multiple ways of knowing.	Indigenous values are respected.	Collaborative processes of research are used.
Pragmatism	Reality is what is useful, is practical, and works.	Reality is known through using many tools that reflect both deductive and inductive evidence.	Values are discussed.	The process involves both quantitative and qualitative approach to data collection and analysis.
Critical, race, feminist, queer, disabilities	Reality is based on power and identity struggles.	Reality is known through the study of social structures, freedom and oppression, power, and control.	Diversity of values is emphasized within the standpoint of various communities.	Start with assumptions of power and identity struggles, document them, and call for action and change.

Source: adapted from Creswell (2012, pp. 36-37)

Os métodos (Creswell, 2014) são (Figura 6):

Quantitativo

- Processo sistemático de recolha de dados observáveis e quantificáveis, baseado na observação de factos, acontecimentos e fenómenos objetivos, que existem independentemente do investigador;
- Estratégia para testar (ou provar) teorias através da verificação da relação entre variáveis;
- Uma estratégia que enfatiza a quantificação na recolha e análise de dados, pré-determinado, questões baseadas em instrumentos, dados de desempenho, de atitude, observacionais, recenseamento, análise estatística, interpretação estatística.

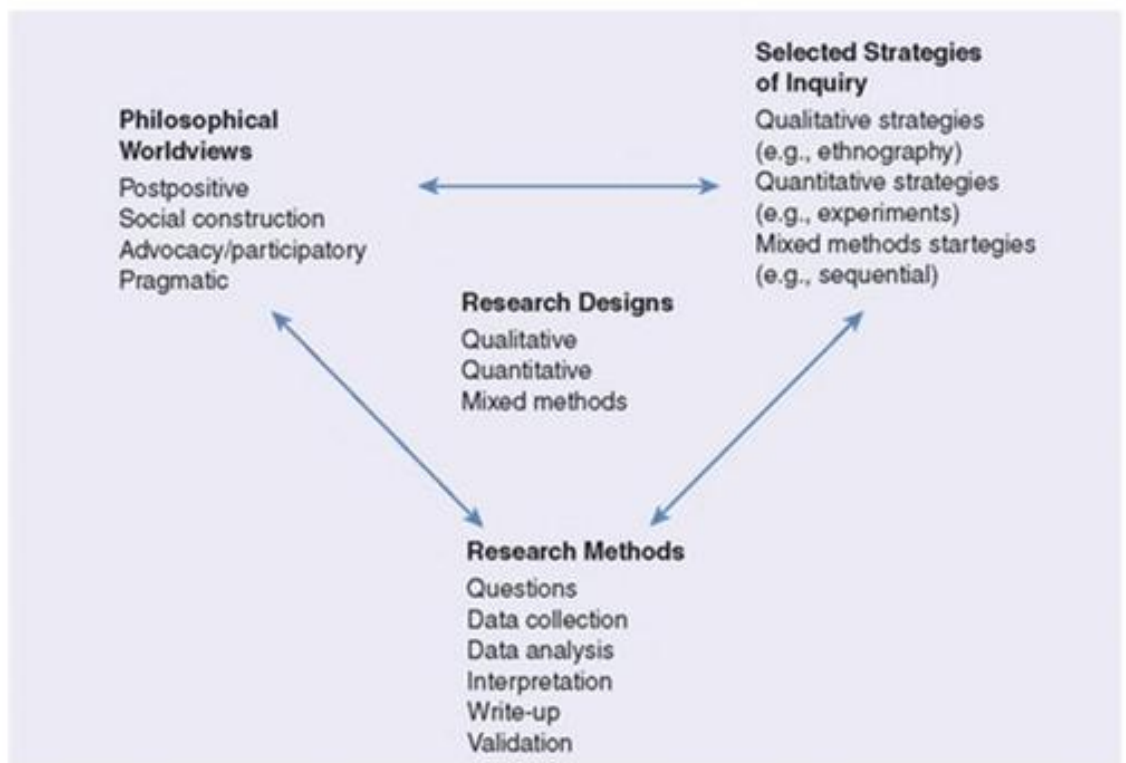
Qualitativo

- Tem em consideração que existe uma relação indissociável entre o mundo real e a subjetividade do sujeito, que não é passível de ser traduzida em números;
- Estratégia para explorar ou compreender o significado atribuído por um indivíduo ou por um grupo a um determinado problema;
- Estratégia que enfatiza as palavras [significados] em vez da quantificação na recolha e análise de dados.
- Métodos emergentes, questões abertas, dados de entrevistas, de observação, de documentos, audiovisuais; análise textual e de imagens; interpretação de temas e padrões.
- Bogdan e Biklen⁴⁰ enumeraram um conjunto de características da investigação qualitativa que vale a pena reter: (i) o seu carácter descritivo;
(ii) a valorização do ambiente natural dos fenómenos; (iii) a atitude indutiva ao partir de dados; (iv) a importância dada ao processo de investigação (por contraposição à valorização exclusiva dos resultados); e (v) a importância primordial do significado.

⁴⁰ Bogdan, C. & Biklen, S. *Investigação qualitativa em educação, : uma introdução à teoria e aos métodos*. 12. ed. Porto: Porto Editora, 2013.

Misto

- Métodos predeterminados e emergentes, questões abertas e fechadas, múltiplas formas e recorrer a vários dados, análise estatística e textual, interpretação entre várias bases de dados
- A premissa central da estratégia de investigação mista é a da complementaridade, onde será possível recolher, analisar e integrar ou relacionar dados quantitativos e qualitativos num único estudo, ou em diversas fases de uma mesma investigação;
- Refere-se a uma estratégia que combina características associadas com ambas as estratégias qualitativas e quantitativas.



41

Figura 6 – Relação entre Paradigma Filosófico, Desenho de Investigação e Métodos

⁴¹ Fonte: Creswell, J. Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 3rd ed., 2009, p. 24. A Framework for Design—The Interconnection of Worldviews, Strategies of Inquiry, and Research Methods

Denzin⁴² refere **quatro tipos de triangulação**:

- a triangulação **de dados** preconiza o uso de diversas fontes de dados de modo a obter uma descrição mais rica e completa dos fenómenos;
- a triangulação **de investigadores** sugere que a participação de diferentes investigadores no mesmo estudo permite obter múltiplas observações no campo e também discussões de pontos de vista, o que contribui para reduzir possíveis enviesamentos;
- a triangulação **de teoria** refere-se à possibilidade de o investigador recorrer a múltiplas teorias para interpretar um conjunto de dados e a
- triangulação **metodológica**, a mais estudada e aplicada, envolve a combinação de múltiplos métodos, geralmente observação e entrevista, de modo a compreender melhor os diferentes aspetos de uma realidade e a evitar os enviesamentos de uma metodologia única.

O uso de processos de dedução e de indução (do geral para o particular e do particular para o geral) também está associado às metodologias (Figura 7).



Figura 7 - Processos Dedutivo e Indutivo nas Metodologias Quantitativa e Qualitativa

⁴² Denzin, Norman; Lincoln, Yvonna. Handbook of Qualitative Research. Sage Publications, 2000

A compreensão dos processos de raciocínio dedutivo e indutivo está diretamente relacionada com os paradigmas de investigação. A tabela seguinte apresenta uma síntese comparativa entre os principais paradigmas (Tabela 2).

Tabela 2 - Principais paradigmas: positivista, interpretativo e crítico

Paradigma	POSITIVISTA Quantitativo / Empírico-analítico / Racionalista / Empirista	INTERPRETATIVO Qualitativo / Naturalista / Humanista / hermenêutico / ecológico / Fenomenológico / Etnográfico.	CRÍTICO Sociocrítico / Orientação a mudança / Investigação-ação / Emancipação / Ciência Crítica da Educação.
Fundamento Teórico	Positivismo; Pós-positivismo; Empirismo.	Fenomenologia; Interacionismo simbólico; Antropologia.	Teoria crítica; Praxeologia.
Tipo de Conhecimento	Generalizações; Leis nomotéticas; Técnico.	Explicação Ideográfica; Hipótese de trabalho; Prático, Indutivo.	Explicação ideográfica; Emancipador; Mudança, Prático.
Finalidade da Investigação	Descrever, Analisar, Explicar, Prever, Controlar Fenômenos, Verificar Teorias, Construir Teorias, Procurar Leis.	Compreender, Interpretar, Descobrir Significados, Hipóteses de Trabalho.	Libertar, Emancipar, Melhorar, Transformar, Criticar, Identificar mudanças.
Relação Teoria e Prática	Independentes; Teoria é norma para a prática.	Relacionadas, unidas; Retroalimentação mútua.	Indissociáveis; A prática é a teoria em ação; Relação dialética.
Papel da Teoria	Construção e verificação das teorias.	As construções teóricas emergem da situação.	As construções teóricas emergem de forma cooperativa.
Estilo do investigador	Determinado.	Selectivo.	Participativo.
Recolha de dados.	Controladas	Livres	Em co-gestão.

43

Um exemplo da relação entre o paradigma aos métodos e técnicas (Figura 8):

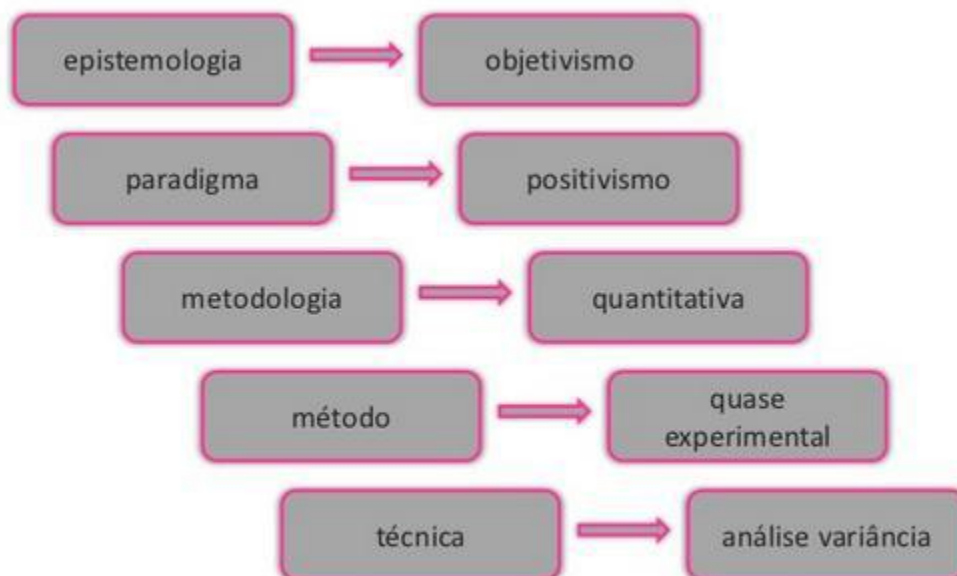
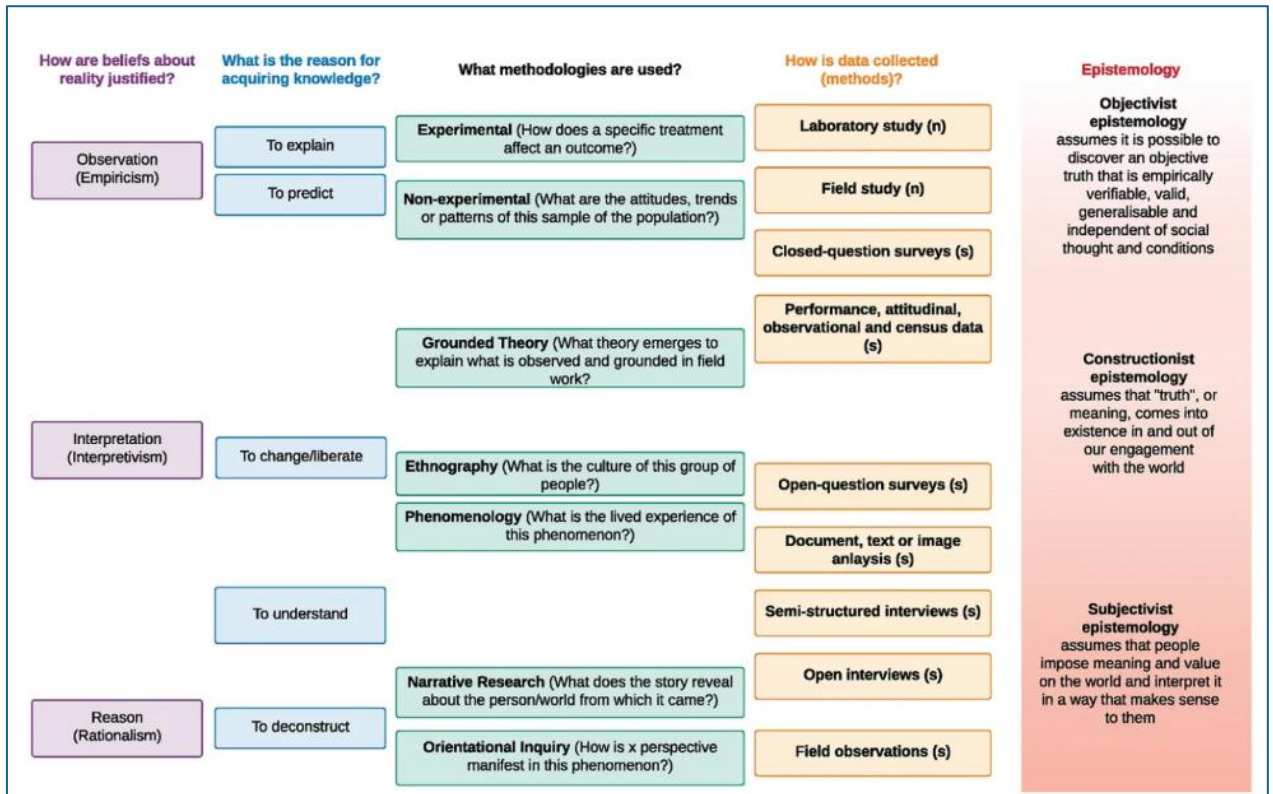


Figura 8 – Exemplo do percurso do pensamento investigativo

⁴³ Fonte: Adaptado de Coutinho, C. Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática. Coimbra: Almedina, 2011

Este percurso é frequentemente representado como um eixo de generalidade, que parte da epistemologia até às técnicas concretas de recolha e análise de dados. A imagem seguinte representa este movimento descendente, permitindo visualizar como cada nível de decisão metodológica se relaciona com o anterior (Figura 9).

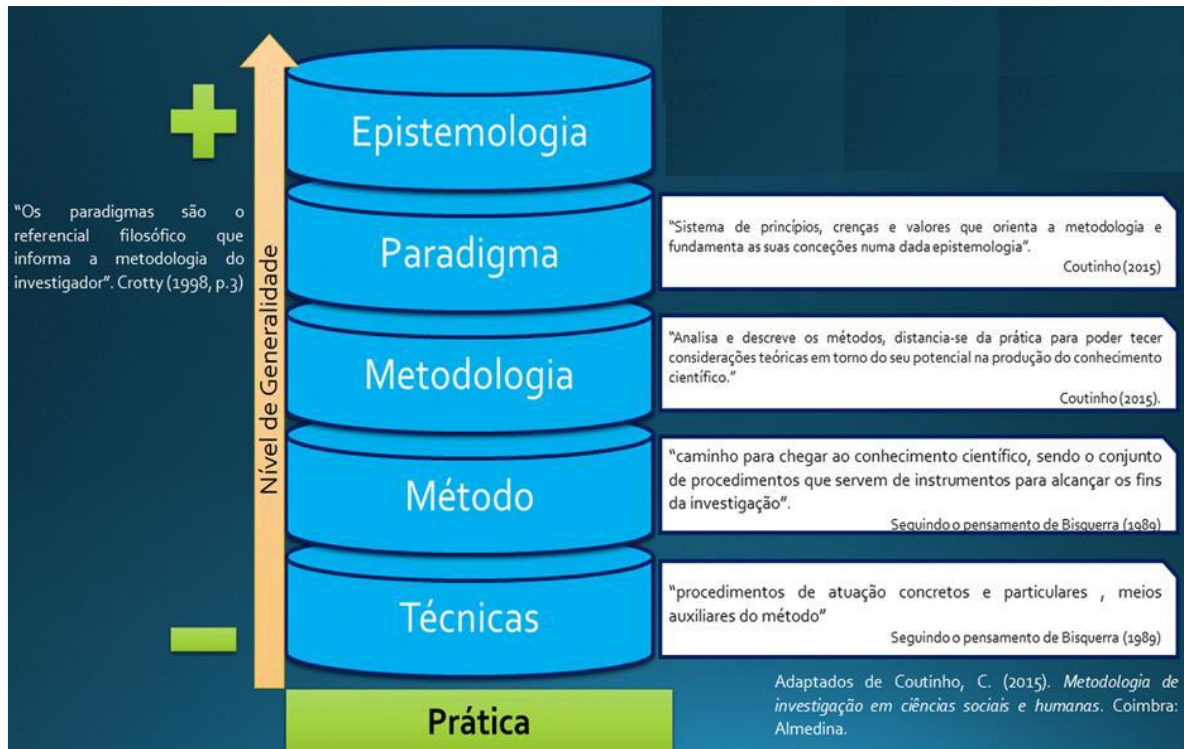


Esquema [aqui](#)⁴⁴

Figura 9 – Dispositivo Heurístico que mapeia os pressupostos epistemológicos dos investigadores

Finalmente, para compreender a relação entre epistemologia e a escolha das técnicas, percorre-se um eixo de mais generalidade para mais concretude (Figura 10).

⁴⁴ Fonte: Adaptado de Bammer, G. (2021). Epistemology and integrative research. [Five questions to understand epistemology and its influence on integrative research processes – Integration and Implementation Insights](#)



45

Figura 10 - Níveis de Generalidade entre Epistemologia, Paradigma, Metodologia, Método e Técnicas na Investigação Científica

APROFUNDAR CONHECIMENTO...

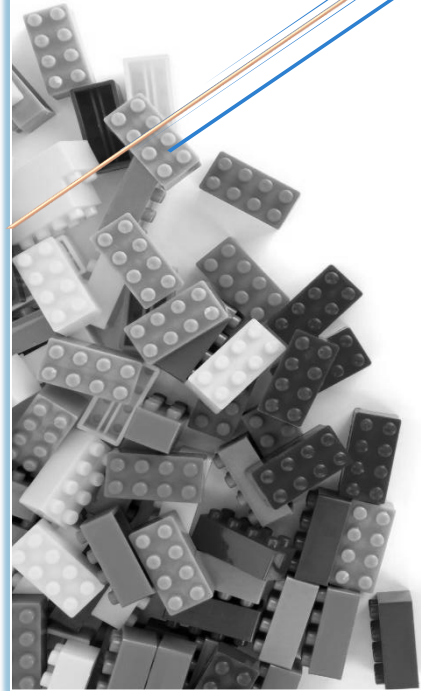
- Brown MEL, Dueñas AN. A Medical Science Educator's Guide to Selecting a Research Paradigm: Building a Basis for Better Research. *Med Sci Educ.* 2019, 30(1):545-553. <https://doi.org/10.1007/s40670-019-00898-9>
- Kivunja, C., & Kuyini, A. B. (2017). Understanding and Applying Research Paradigms in Educational Contexts. *International Journal of Higher Education*, 6, 26-41. <https://doi.org/10.5430/ijhe.v6n5p26>

⁴⁵ Fonte: Adaptado de Coutinho (2015). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Coimbra: Almedina.

3. APRESENTAR O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO:

- Apresentar uma visão geral do processo de investigação, desde a conceção até a disseminação dos resultados, explicando a relação entre as diferentes fases do processo.

PARTE II – O PROCESSO E AS FASES



Ana Filipa Poeira

3. APRESENTAR O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Existem diferentes formas de conceber o processo de investigação. No nosso curso e, especificamente nesta UC, acolhemos as fases propostas por Fortin (2009)⁴⁶, e cada uma delas engloba um certo número de etapas que serão aprofundadas nos capítulos seguintes (Figura 11).

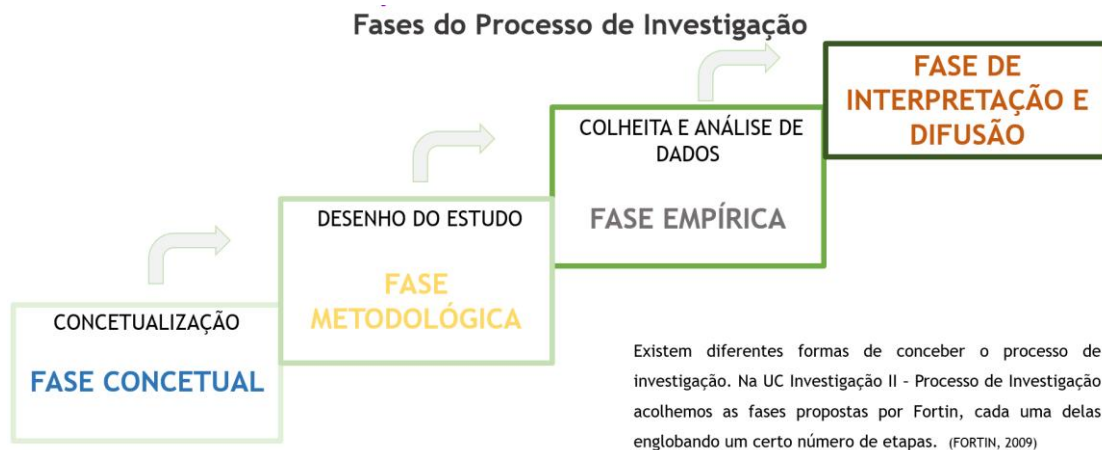


Figura 11 – Fases do Processo de Investigação

O processo de investigação é dividido em quatro fases principais: a fase conceptual, a fase metodológica, a fase empírica e a fase de interpretação e difusão. Neste capítulo, apresenta-se de forma sintética a descrição de cada uma delas.

Fase Conceptual

Esta fase é o ponto de partida da investigação (Figura 12). Nela, o investigador identifica um problema ou uma questão de investigação relevante e define os elementos que irão nortear o estudo. Escolha do Tema e Definição do Problema: O investigador escolhe uma problemática relevante e formula a pergunta de investigação. Esta fase requer uma reflexão aprofundada e uso de conhecimentos acumulados ao longo do tempo, bem como criatividade e inovação. Revisão da Literatura: O investigador realiza uma pesquisa exaustiva da literatura para compreender o que já foi publicado sobre a problemática e identificar lacunas no conhecimento e assim identificar os contributos que esta

⁴⁶ Fortin, M.F. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, 2009.

investigação pode trazer para a população alvo e sociedade. Formulação dos Objetivos e Hipóteses: São definidos os objetivos gerais e específicos da investigação, assim como as hipóteses que serão testadas. Elaboração do Quadro de Referência: O investigador desenvolve um quadro teórico que fundamenta o estudo e orienta o desenvolvimento das demais fases.



- A fase conceptual orienta a investigação. Nela, são definidos os elementos do problema.
- Uma investigação tem sempre origem numa situação considerada problemática.

- Escolher o tema de estudo e a questão preliminar
- Rever a Literatura
- Elaborar um quadro de referência
- Formular um problema de investigação
- Enunciar objetivos, questões ou hipóteses

Figura 12 – Fase Conceptual

Fase Metodológica

Nesta fase, o investigador define o plano de ação para realizar a investigação (Figura 13). Desenho da Investigação: É o momento de selecionar o tipo de estudo (por exemplo, experimental, descritivo, correlacional) e desenvolver um plano detalhado que permita responder às questões ou testar as hipóteses formuladas. Métodos de Colheita de Dados: Descrição das técnicas e instrumentos que serão utilizados para a colheita de dados (questionários, entrevistas, observações, etc.). Análise de Dados: Definição das técnicas de análise de dados, que podem incluir métodos estatísticos ou qualitativos, dependendo da natureza do estudo. Planificação da Investigação: Organização dos recursos, cronograma de execução, e consideração de aspetos éticos, como o consentimento informado, livre e esclarecido e o armazenamento e proteção de dados dos participantes.

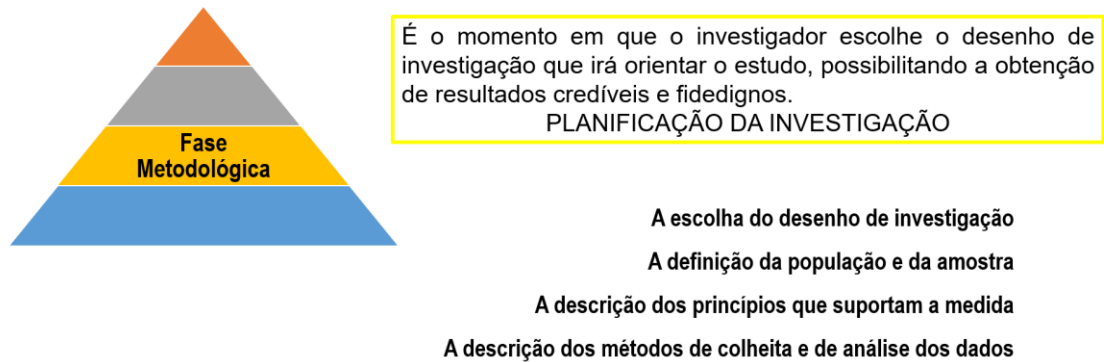


Figura 13 – Fase Metodológica

Fase Empírica

Esta fase envolve a execução prática do plano de investigação desenvolvido na fase metodológica (Figura 14). Colheita de Dados no Campo: Realização da colheita de dados conforme o plano estabelecido, garantindo que todos os procedimentos sejam conduzidos de forma ética e segura. Organização e Análise de Dados: Os dados colhidos são organizados e analisados utilizando as técnicas definidas previamente.

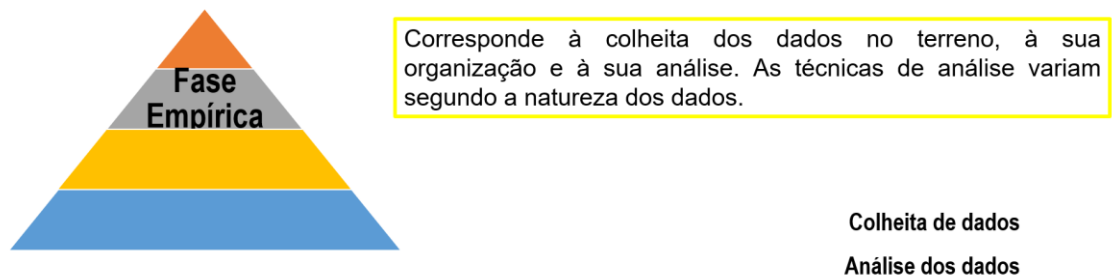


Figura 14 – Fase Empírica

Fase de Interpretação e Difusão

A fase final do processo de investigação é dedicada à interpretação dos resultados e à sua difusão (Figura 15). Interpretação dos Resultados: O investigador utiliza o quadro de referência e a revisão da literatura para interpretar os resultados obtidos e tirar conclusões sobre a investigação. Difusão do Estudo e seus Resultados: Os resultados são

comunicados de maneira adequada, seja por meio de conferências, artigos científicos, relatórios de investigação ou outras formas de divulgação, como comunicações orais. É também, um momento de reflexão sobre as contribuições da investigação para o conhecimento existente, práticas de saúde ou políticas públicas.

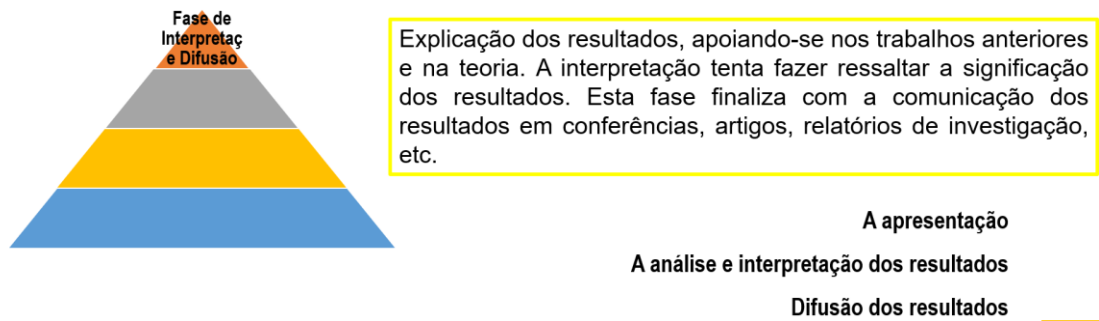


Figura 15 – Fase de Interpretação e Difusão

4. FASE CONCEPTUAL

4.1. DEFINIÇÃO DO TEMA DO ESTUDO, QUESTÃO PRELIMINAR/PERGUNTA DE PARTIDA:

- Discutir a importância de definir claramente o tema e a pergunta inicial da investigação.
- Métodos para formular uma questão de investigação relevante.

4.2. REVISÃO DA LITERATURA:

- Explicar como realizar uma revisão de literatura abrangente e sistemática.
- Importância da revisão para fundamentar o problema de investigação.

4.3. QUADRO DE REFERÊNCIA: ESTRUTURA E IMPORTÂNCIA PARA A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA:

- Apresentar a estrutura do quadro teórico/conceptual e sua função na formulação do problema de investigação.

4.4. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO:

- Descrever os elementos que compõem a formulação do problema de investigação.

4.5. DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS, QUESTÕES, VARIÁVEIS E HIPÓTESES:

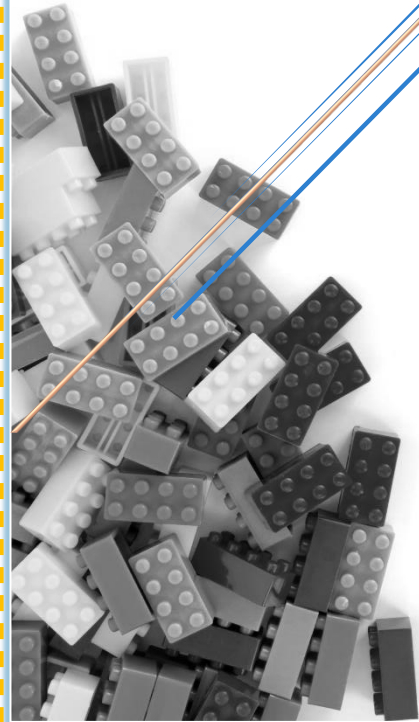
- Instruções para definir claramente os objetivos da investigação, formular hipóteses e identificar variáveis.

4.6. PRINCÍPIOS ÉTICOS NA CONDUÇÃO DA FASE CONCEPTUAL:

- Detalhar os princípios éticos específicos que devem ser observados durante a fase conceptual.

Ana Filipa Poeira

PARTE II – O PROCESSO E AS FASES



4. FASE CONCEPTUAL

Este capítulo é suportado em Fortin (2019)⁴⁷, sendo esta a fonte principal de toda a informação que se segue, não excluindo a necessidade de consultar a mesma de forma mais aprofundada.

Como resultados esperados, pretende-se que os estudantes sejam capazes de:

- Compreender as etapas da fase conceptual: a escolha do tema; a revisão da literatura; a elaboração do quadro de referência; a formulação do problema; o enunciado do objetivo, das questões de investigação e das hipóteses.
- Compreender os aspetos éticos inerentes à fase conceptual.

A Fase Conceptual é fundamental para o desenvolvimento de uma investigação científica, pois estabelece as bases teóricas e metodológicas do estudo. Esta fase envolve a definição do tema, a formulação da questão de investigação, a revisão da literatura, a construção de um quadro de referência, a formulação do problema de investigação, a definição de objetivos, questões, variáveis e hipóteses, e o cumprimento dos princípios éticos que regem a investigação.

4.1. DEFINIÇÃO DO TEMA DO ESTUDO, QUESTÃO PRELIMINAR/PERGUNTA DE PARTIDA

Uma investigação inicia-se sempre pela definição de um **problema**, e é esse problema que nos conduz à escolha de um tema de estudo, à revisão da literatura e, conseqüentemente, à elaboração de um quadro teórico ou conceptual. O investigador escolhe o tema do estudo relacionado com a sua disciplina e/ou profissão, e este deve pertencer a um domínio de conhecimentos que seja de interesse para o investigador. Além disso, é importante que o investigador já possua um conjunto de conhecimentos ou experiências nesse domínio, pois isso permitirá delimitar o problema e o escopo da pesquisa.

⁴⁷ Idem

O **tema** pode ter origem em várias fontes, como atitudes, comportamentos, crenças, incidências, problemas clínicos, observações, entre outros. Por isso, é fundamental atender a uma determinada população-alvo e definir, pelo menos, um conceito de estudo, pois isso ajuda a estabelecer prioridades e a direcionar a investigação (Figura 16).

População refere-se a um grupo de pessoas, animais ou objetos que partilham características comuns. A população-alvo é aquela de onde será recolhida a informação. A definição da população permite constituir grupos homogêneos e, assim, delimitar o tema de estudo. Por exemplo: se nós pretendemos estudar a taxa de utilização de contraceção, posso delimitar a faixa etária e a região do país. Isso permitirá restringir o tema de estudo e obter uma amostra representativa da população-alvo. É muito mais claro e viável realizar uma investigação, envolvendo menos recursos (tempo, dinheiro, etc.), ou seja, quando dizemos que pretendemos estudar a taxa de utilização de contraceção em adolescentes da região de Lisboa e Vale do Tejo, do que simplesmente afirmar que queremos estudar a taxa de utilização de contraceção.

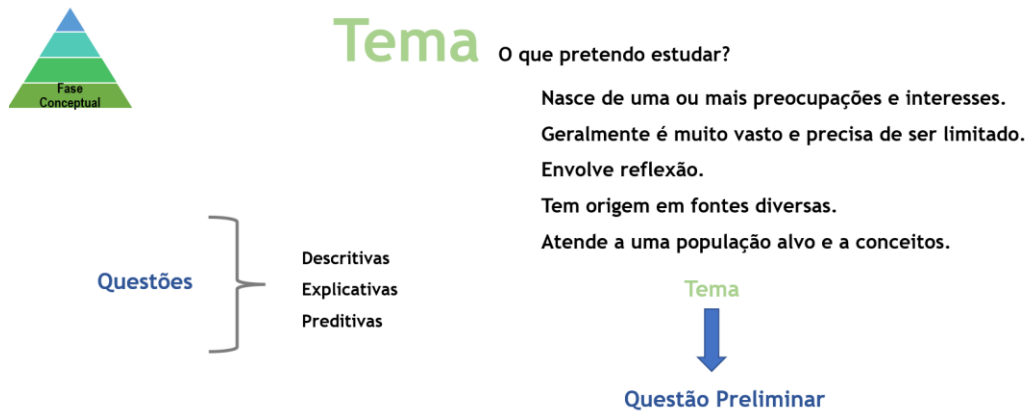
É importante também definir o **conceito** a ser estudado. O conceito é uma representação mental de factos observados e das ligações entre esses factos. Exemplos de conceitos incluem: doença, saúde, satisfação, dor, ansiedade.

A definição dos conceitos é fundamental porque, na verdade, quando investigamos, o que está a ser estudado é o conceito e não a própria população. No exemplo anterior, o elemento essencial do estudo é a "taxa de utilização de contraceção". Portanto, precisar o conceito ou os conceitos do estudo facilita a pesquisa documental sobre o tema e, conseqüentemente, as etapas de revisão da literatura e de elaboração do quadro de referência.

Após a escolha do tema, a definição dos conceitos a estudar e a determinação da população, deve-se formular a **questão preliminar**. A formulação da questão preliminar constitui uma parte importante da investigação, pois determina o ângulo sob o qual o problema será considerado, o tipo de dados a serem recolhidos e as análises de dados a serem realizadas.

A questão preliminar, também denominada questão de investigação, se mal formulada, pode comprometer toda a investigação. Assim, a questão deve ser enunciada de forma a obter uma resposta clara, e os conceitos utilizados devem ser bem definidos. Trata-se de

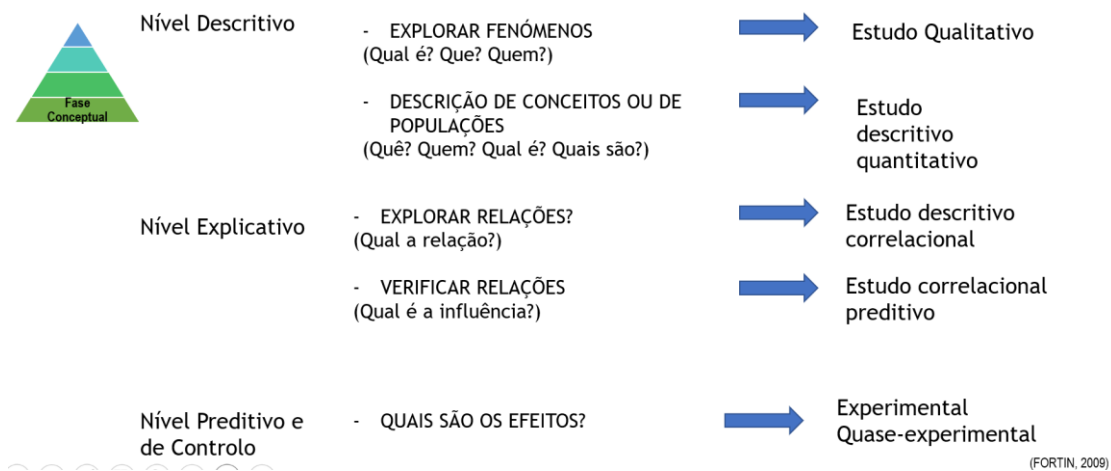
uma pergunta que visa desenvolver o conhecimento, sendo um enunciado claro e inequívoco que especifica os conceitos a serem examinados e a população-alvo.



(FORTIN, 2009)

Figura 16 – Tema enquanto estruturante da Fase Conceptual

Os tipos de questões colocadas determinam os métodos a utilizar (e notem, falou-se em métodos, o que quer dizer que isto determinará a fase metodológica). A questão de investigação pode ser **descritiva, explicativa ou preditiva**, e está relacionada com os três níveis de investigação existentes: **o nível descritivo, o nível explicativo e o nível preditivo e de controlo** (Figura 17).



(FORTIN, 2009)

Figura 17 - Níveis de Investigação

No nível descritivo, determinamos a natureza e as características de conceitos, populações ou fenómenos. Habitualmente, numa investigação descritiva, o investigador observa, descobre e caracteriza, respondendo a questões como, por exemplo: "Qual o significado para os pais de viverem com um filho com trissomia 21?" Aqui, queremos descrever o significado da experiência vivida. E, como pretendemos descrever fenómenos, é uma abordagem subjetiva que utiliza uma metodologia qualitativa (conteúdos que serão aprofundados na fase metodológica). Outro exemplo de uma questão descritiva seria: "Quais são as características dos estudantes que abandonam o ensino superior?". Neste caso, queremos caracterizar estes estudantes, o que nos levará a usar um método quantitativo, mas ainda ao nível descritivo, pois pretendemos apenas saber, por exemplo, a percentagem que pertence ao sexo feminino e ao sexo masculino, a faixa etária predominante, se são ou não estudantes do 1º ano do curso, etc.

Importa salientar que a descrição, enquanto nível de investigação, constitui a base para a investigação ao nível da explicação e/ou da predição. Ou seja, uma investigação de nível explicativo também é descritiva, mas o contrário já não é possível; uma investigação descritiva é apenas descritiva.

O nível explicativo determina a razão de ser das relações entre conceitos, ou seja, pretende-se verificar ou explorar como os fenómenos estão interligados. Por exemplo: "Existe uma relação entre a satisfação profissional dos enfermeiros e o tipo de horário praticado?" Esta pergunta implica que esse realize uma descrição, como o nível de satisfação profissional dos enfermeiros, mas isso, por si só, não é suficiente para responder à questão; é necessário relacionar esta satisfação com o tipo de horário praticado. Será que os enfermeiros com horário fixo são os mais satisfeitos? Para compreender se estes conceitos estão interligados, é necessário utilizar uma investigação descritiva correlacional.

Por outro lado, se pretender verificar também as relações entre conceitos, preciso realizar um estudo correlacional preditivo, pois quero perceber se os conceitos variam em função um do outro. Continuando com o exemplo anterior: num estudo descritivo correlacional, apenas posso afirmar que os enfermeiros mais satisfeitos são os que têm horário fixo. Com um estudo correlacional preditivo, já posso perceber, por exemplo, se a satisfação profissional dos enfermeiros aumenta ou diminui conforme o número de horas de trabalho por semana. Ou seja, independentemente do tipo de horário praticado, se houver um

aumento no número de horas — por exemplo, mais de 42 horas por semana — a satisfação diminui. Aqui, há necessariamente uma correlação entre conceitos.

As correlações podem ser positivas, isto é, os conceitos variam ao mesmo tempo e no mesmo sentido, ou negativas, isto é, os conceitos variam juntos, mas em sentidos opostos. Correlação positiva: à medida que o número de horas aumenta, a satisfação também aumenta. Correlação negativa: à medida que o número de horas aumenta, a satisfação diminui. Percebe-se, assim, que é necessário maior controlo sobre as variáveis e testes estatísticos (como o coeficiente de correlação de Pearson) para se conseguir responder a este tipo de questão de investigação.

Por último, a predição e o controlo estão sobretudo ligados à experimentação, que tem por objetivo avaliar a probabilidade de um determinado resultado ocorrer numa nova situação. Este é um estado mais avançado de investigação, e como tal comporta também o nível descritivo e explicativo. Contudo, vai mais além: não apenas descreve e explica, mas também prediz a relação entre conceitos. Estamos perante estudos experimentais ou quase-experimentais, que nos permitem prever o efeito de uma determinada variável numa população. Por exemplo, o efeito de um novo medicamento numa determinada doença, ou verificar se a vacina para a COVID-19 é eficaz ou não.

4.2. REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura é um **relato sistemático** da literatura existente/documentada por acadêmicos e investigadores, tendo relação com o tema de estudo (Figura 18).

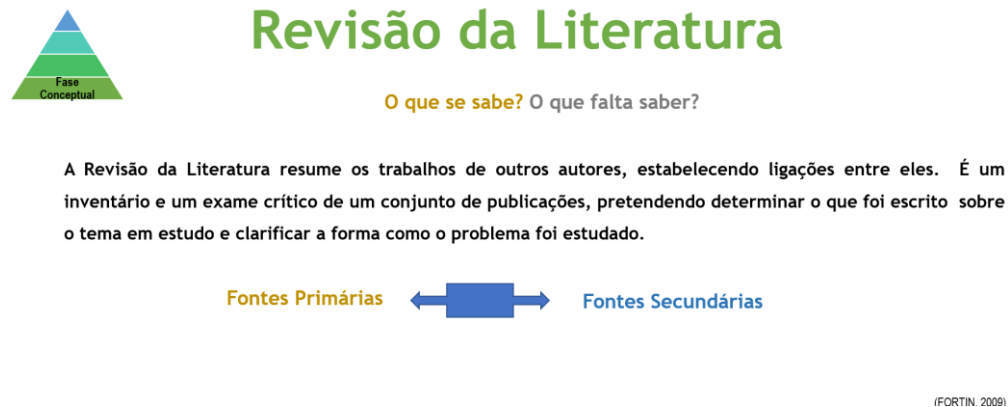


Figura 18 – Revisão da Literatura

Os objetivos da revisão da literatura consistem em determinar o que foi escrito sobre um tema e clarificar a forma como ele foi estudado. Ao elaborar a revisão da literatura, devemos preocupar-nos não só com o que já existe sobre a temática, mas também com o conhecimento que ainda não foi documentado. Isso é importante porque, muitas vezes, é nesse espaço que encontramos a justificativa para o nosso projeto de investigação — podemos documentar esse conhecimento que ainda não existe ou, mesmo que exista, seja insuficiente, dúbio, etc.

Na revisão da literatura, podemos incluir:

- **Fontes primárias**, que são documentos originais, provenientes do próprio autor. Por exemplo, um artigo científico com uma metodologia experimental.
- **Fontes secundárias**, que são interpretações e avaliações de fontes primárias. Esses textos são escritos por outras pessoas que não o autor dos documentos originais sobre os quais tratam. Um exemplo de fonte secundária é uma revisão sistemática da literatura.
- **Fontes terciárias**, é uma compilação de fontes primárias e secundárias. Por exemplo, as bibliografias, os dicionários e enciclopédias.

4.3. QUADRO DE REFERÊNCIA: ESTRUTURA E IMPORTÂNCIA PARA A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Após a documentação realizada através da revisão da literatura, deve-se definir uma estrutura teórica ou conceptual que permita ordenar os conceitos e determinar a orientação do estudo, ou seja, o caminho a seguir na investigação. É exatamente isso que o quadro de referência faz: estabelece a orientação teórica ou conceptual da investigação. O quadro é considerado teórico se estiver apoiado numa teoria já estabelecida. É considerado conceptual se for baseado num modelo conceptual ou em conceitos definidos de forma mais ou menos precisa.

Dessa forma, um quadro de referência pode ser definido como uma estrutura abstrata formada por uma ou várias teorias ou conceitos, que são reunidos devido às relações que possuem com o problema de investigação a ser definido. Este quadro fornece uma base sólida para a formulação das hipóteses, a escolha dos métodos e a interpretação dos resultados, garantindo a coerência e a validade do estudo (Figura 19).

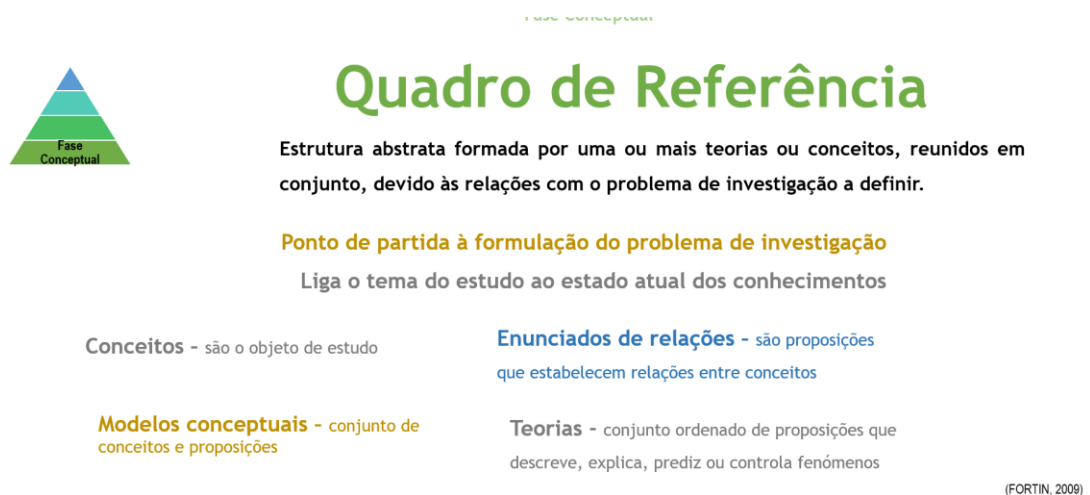


Figura 19 – Quadro de Referência

Lembrem-se de que os **conceitos** são o objeto do estudo e constituem a base da investigação. Uma **proposição** é um enunciado que estabelece uma relação entre conceitos. Quando os conceitos são conectados por laços lógicos, formam proposições. E essas proposições, por sua vez, decorrem das teorias.

É importante também recordar que o **modelo conceptual** é mais abstrato do que a teoria; ele representa uma entidade mais ampla, que tenta explicar globalmente fenómenos

complexos. Por outro lado, uma **teoria** descreve, explica ou prediz as relações mútuas entre os conceitos e pode ser verificada empiricamente. A teoria é mais específica e menos abstrata do que um modelo conceptual, pois é construída a partir de observações e experimentações empíricas e tem a capacidade de ser testada e validada por meio de métodos científicos.

Acresce que o quadro de referência desempenha um papel fundamental em várias etapas do processo de investigação. Ele ajuda a:

- Delimitar o Problema de Investigação: Oferecendo um contexto teórico claro e direcionando o foco do estudo.
- Formular Hipóteses: Fornecendo uma base sólida para a formulação de hipóteses a serem testadas.
- Escolher Métodos de Pesquisa: Orientando na seleção dos métodos e técnicas mais apropriados para investigar o problema.
- Interpretar Resultados: Ajudando na análise e interpretação dos dados, vinculando-os às teorias ou modelos conceptuais adotados.

Em resumo, um quadro de referência bem construído é essencial para garantir que a investigação seja coerente, válida e relevante, pois suporta todas as outras fase do processo de investigação.

4.4. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Documentada através da revisão da literatura e da construção do quadro de referência, chega o momento de formular o problema de investigação. É nesse ponto que o investigador consegue, de forma mais clara e exata, distinguir os elementos constituintes do problema, nomeadamente: o que vai ser realmente estudado; a quais grupos de indivíduos interessa, ou seja, em quem o estudo se foca; o porquê de estudar este problema e qual a sua relevância; o que já se sabe sobre a questão; e, por fim, os possíveis ganhos que a investigação trará.

4.5. DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS, QUESTÕES, VARIÁVEIS E HIPÓTESES

Praticamente a finalizar a fase conceptual, é agora o momento de explicar a última etapa. Começemos **pelos objetivos**. Os objetivos são declarações claras e precisas que definem o que a investigação pretende alcançar, sem juízos de valor. Eles devem especificar os conceitos, a população-alvo e o contexto do estudo.

Os objetivos devem ser mensuráveis e sempre começam com um verbo de ação no infinitivo, como "analisar", "identificar", "descrever", "comparar", "avaliar", entre outros. A formulação de objetivos claros é essencial, pois orienta todo o processo de investigação, garantindo que ele siga um caminho coerente e consistente com as perguntas de investigação estabelecidas.

Os objetivos do estudo surgem, habitualmente, na sequência da revisão da literatura e da exposição do problema de investigação. Eles servem para orientar a investigação para um método apropriado, de modo a obter a informação desejada. Assim, de acordo com o nível de conhecimento existente sobre o tema e o que a investigação visa, escolhe-se o verbo de ação mais adequado para o enunciado do objetivo.

Os objetivos podem ser classificados como objetivos gerais e objetivos específicos:

- **Objetivo Geral:** Expressa o propósito principal da investigação, de forma ampla e abrangente, indicando o que se espera alcançar com o estudo.
- **Objetivos Específicos:** São derivados do objetivo geral e dividem o propósito principal em etapas menores e mais detalhadas. Eles descrevem, de forma concreta, as ações que o investigador pretende realizar para alcançar o objetivo geral.

Por exemplo, num estudo sobre a taxa de utilização de contraceção entre adolescentes, o objetivo geral pode ser "analisar os fatores que influenciam a utilização de contraceção entre adolescentes na região de Lisboa e Vale do Tejo". Os objetivos específicos poderiam incluir:

- "Identificar as principais barreiras ao uso de contraceção entre adolescentes da região."

- "Descrever as preferências de métodos contraceptivos entre adolescentes com idades entre 15 e 19 anos."
- "Avaliar a relação entre o nível de escolaridade e o uso de métodos contraceptivos entre adolescentes."

A escolha dos objetivos também influencia diretamente o tipo de metodologia a ser utilizada, guiando o investigador na seleção dos métodos de coleta de dados e técnicas de análise que serão aplicadas no estudo. Portanto, os objetivos apontam as metodologias.

A cada objetivo formulado deve corresponder uma questão de investigação (não confundir com a questão preliminar). As questões de investigação decorrem diretamente dos objetivos e têm a função de definir claramente a informação que se pretende obter (Figura 20). Por exemplo: se o meu objetivo é "descrever a vivência dos estudantes nas aulas da UC - Investigação II", a minha questão de investigação será: "Qual é a vivência dos estudantes nas aulas da UC - Investigação II?". E, como pretendo explorar um fenómeno, aquilo que vocês experienciam e sentem durante as aulas de Investigação II, estou a conduzir uma investigação qualitativa, com um tipo de estudo de nível descritivo.

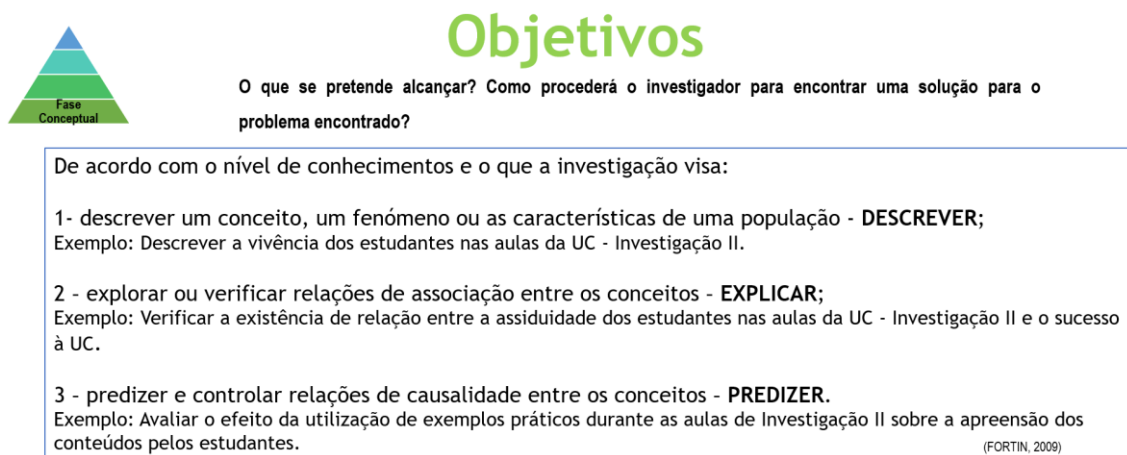


Figura 20 – Objetivos

As questões de investigação são geralmente aplicáveis a estudos de carácter descritivo ou descritivo-correlacional, ou seja, a um nível de investigação descritivo. Quando a investigação avança para um nível explicativo, preditivo ou de controlo, deixamos de utilizar questões de investigação e passamos a formular objetivos acompanhados de hipóteses.

- **Questões de Investigação em Estudos Descritivos:** Focam-se na descrição de fenómenos, características, comportamentos ou condições existentes. As respostas a estas questões ajudam a criar uma compreensão detalhada do que está a ser estudado.
- **Objetivos e Hipóteses em Estudos Explicativos e Preditivos:** Num nível de investigação explicativo ou preditivo, os objetivos são acompanhados de hipóteses. As hipóteses são proposições testáveis que estabelecem uma relação entre variáveis e podem ser verificadas empiricamente. Este tipo de investigação procura não só descrever um fenómeno, mas também explicar as razões subjacentes e prever resultados em novas situações.

Ou seja, a **hipótese** é um enunciado pelo qual se antecipam as relações que se estabelecerão entre duas ou mais variáveis. Deve ser formulada no presente, na forma afirmativa e incluir as variáveis-chaves e a população estudada. A hipótese deve ser clara, plausível, verificável e assentar numa base teórica. A verificação das hipóteses faz-se com a ajuda de testes estatísticos. Os resultados jamais são considerados como absolutos ou como definitivos. Exemplo: Há relação entre a assiduidade dos estudantes nas aulas da UC - Investigação II e o sucesso à UC.

Assim, ao formular questões de investigação ou hipóteses, é essencial compreender o tipo de investigação que se está a realizar e o nível de conhecimento que se pretende alcançar, garantindo que cada pergunta ou hipótese contribua para o propósito geral do estudo.

Como as hipóteses requerem variáveis será importante referir o que são **variáveis** (Figura 21). “As variáveis são as unidades de base da investigação” (p. 71)⁴⁸. As variáveis são qualidades, propriedades ou características e são suscetíveis de mudar ou variar no tempo. As variáveis tomam diferentes valores que podem ser medidos, manipulados ou até mesmo controlados²⁷.

⁴⁸ Fortin, M.F. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, 2009.



Variáveis

Qualidades, propriedades ou características de objetos, de pessoas ou situações suscetíveis de mudar ou variar no tempo.

Variável independente: dimensão ou característica que o investigador manipula deliberadamente para conhecer o seu impacto numa outra variável - a variável dependente.

Variável dependente: é a que sofre o efeito da variável independente; característica que aparece ou muda quando o investigador aplica, suprime ou modifica a variável independente.

Variável de atributo: características pré-existentes dos participantes num estudo

Variável estranha: presente no estudo, que pode exercer efeitos inesperados sobre a variação da medida das variáveis estudadas.

Figura 21 - Variáveis

Podem ser classificadas em independentes, dependentes, de atributo e estranhas.

Exemplo: Há relação entre a assiduidade dos estudantes nas aulas da UC - Investigação II e o sucesso à UC.

A variável independente é a assiduidade à Unidade Curricular pois é aquela que terá impacto no sucesso do estudante e como tal a sucesso à UC assume o papel de variável dependente. A variável independente é aquela que pode ser manipulada deliberadamente pelo investigador para perceber o impacto que tem na variável dependente. Hipoteticamente, “nós”, enquanto investigadores poderíamos colocar metade da turma sem frequentar as aulas e a outra metade a frequentar as aulas e, com essa intervenção, compreender se a assiduidade tem impacto ou não nos resultados da avaliação da UC. Um variável atributo é por exemplo o curso – estudantes do CLE. É uma característica comum a todos. Uma variável estranha – poderá ser por exemplo a metodologia de ensino utilizada, está presente no estudo e se não for controlada poderá ter um impacto na variável independente.

4.6. PRINCÍPIOS ÉTICOS NA CONDUÇÃO DA FASE CONCEPTUAL

Dirigimos o estudo para o e-book *Aspetos Éticos na Investigação de Enfermagem*⁴⁹, da autoria da Professora Lucília Nunes, onde são explicados os princípios éticos a serem considerados durante as várias fases do processo de investigação. Na fase conceptual, a definição do problema deve respeitar as finalidades a que a pesquisa se destina; deve haver honestidade intelectual e integridade académica durante toda a revisão da literatura e a construção do quadro de referência. O problema precisa ser suficientemente concreto e relevante, ficando claro o valor dos resultados, como e quem poderá utilizá-los. É essencial também que todas as citações e autores utilizados estejam devidamente referenciados, assim como o uso de fontes fiáveis e válidas.

⁴⁹ Nunes, L. (2020). *Aspetos éticos na investigação em Enfermagem*.
<http://hdl.handle.net/10400.26/32782>

5. FASE METODOLÓGICA

5.1. DESENHO DE INVESTIGAÇÃO:

- Discutir a relação entre o desenho de investigação e os objetivos do estudo, incluindo formas de desenho de investigação.

5.2. DESENHO DE INVESTIGAÇÃO NÃO EXPERIMENTAL:

- Explicar os diferentes tipos de desenhos não experimentais (descritivos, correlacionais, estudos segundo o tempo).

5.3. DESENHO DE INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL:

- Descrever os desenhos experimentais e quase-experimentais.

5.4. PRINCÍPIOS ÉTICOS ESPECÍFICOS DA FASE METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO:

- Abordar questões éticas relevantes durante a fase metodológica.

5.5. INVESTIGAÇÃO QUANTITATIVA:

- Descrever métodos quantitativos, incluindo a definição e tipos de instrumentos de medida.
- Incluir tópicos de crítica e outros tipos de estudos, como a investigação-ação.

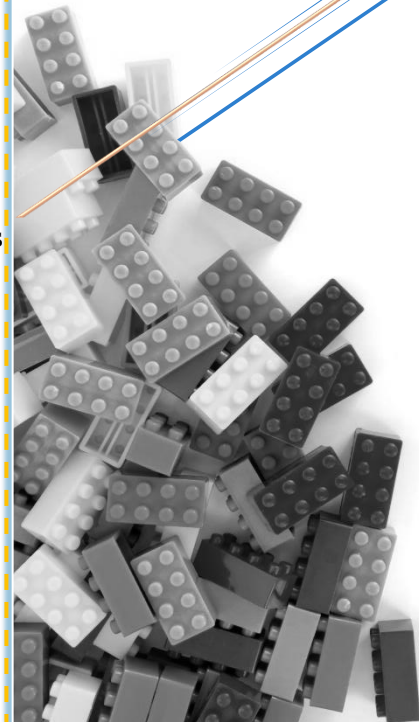
Ana Filipa Poeira

5.6. INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA:

- Tipos de investigação qualitativa: fenomenológica, etnográfica, teoria fundamentada.
- Tópicos de crítica da investigação qualitativa.

Lucília Nunes

PARTE II – O PROCESSO E AS FASES



5. FASE METODOLÓGICA

Este capítulo é suportado em Fortin (2019)⁵⁰, sendo esta a fonte principal de toda a informação que se segue, não excluindo a necessidade de consultar a mesma de forma mais aprofundada.

Como resultados esperados, pretende-se que os estudantes sejam capazes de:

- Compreender a importância do desenho de investigação e a sua adequação aos objetivos do estudo;
- Distinguir entre desenhos experimentais e não experimentais;
- Identificar os principais elementos da investigação quantitativa;
- Identificar os principais elementos da investigação qualitativa;
- Refletir sobre os princípios éticos específicos que orientam a fase metodológica da investigação.

A Fase Metodológica representa o momento em que o investigador define, de forma clara e sistematizada, como irá conduzir o seu estudo na prática. A partir do problema de investigação e dos objetivos delineados na fase conceptual, são agora tomadas decisões relativas ao desenho do estudo, população-alvo, amostragem, instrumentos de recolha de dados, procedimentos de análise e considerações éticas específicas desta etapa.

5.1. DESENHO DE INVESTIGAÇÃO

O desenho de investigação constitui o plano geral que orienta todas as etapas do estudo, permitindo ao investigador estruturar, de forma lógica e sistemática, as decisões metodológicas que dará resposta à(s) questão(ões) de investigação previamente formuladas. É uma etapa crucial, pois assegura a coerência entre os objetivos do estudo, o tipo de dados recolhidos, a forma como serão analisados e a validade dos resultados.

Segundo Fortin (2019)⁵¹, o desenho de investigação é definido como o conjunto de decisões que guia a recolha, a análise e a interpretação dos dados, refletindo o percurso

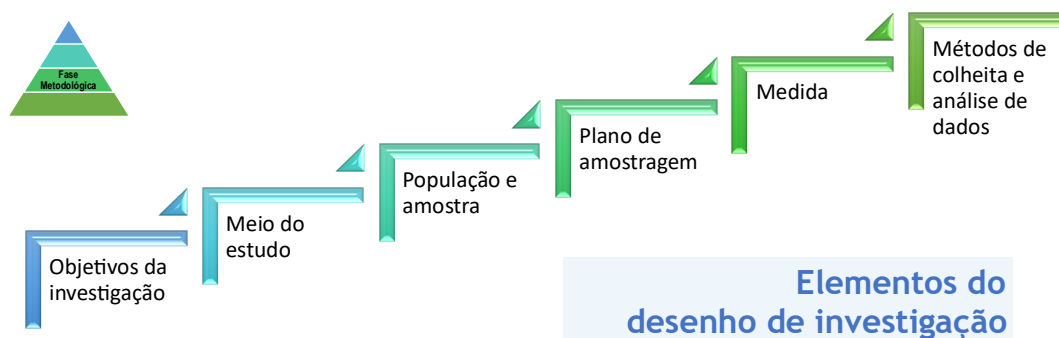
⁵⁰ Fortin, M.F. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, 2009.

⁵¹ Idem

que o investigador irá seguir. Um bom desenho é aquele que permite, de forma clara, responder à pergunta de investigação, garantindo a fiabilidade e a validade dos dados

Ao planear a fase metodológica de um estudo, o investigador deve tomar decisões rigorosas e coerentes em quatro pontos principais:

- **Escolha do desenho de investigação:** A seleção do desenho deve estar alinhada com os objetivos e a pergunta de investigação. A definição do tipo de estudo (exploratório, descritivo, correlacional, experimental, quase-experimental, entre outros) permitirá estruturar a lógica metodológica adequada à natureza do fenómeno em estudo.
- **Definição da população e da amostra:** Inclui a descrição clara da população-alvo, os critérios de inclusão e exclusão, e o método de amostragem a utilizar. Esta decisão é determinante para a validade externa do estudo, ou seja, para a possibilidade de generalização dos resultados.
- **Descrição dos princípios que suportam a medida:** Refere-se à seleção e caracterização dos instrumentos de recolha de dados, tendo em conta os princípios de validade (conteúdo, construto) e de fidelidade (consistência interna, estabilidade). A qualidade dos instrumentos é fundamental para garantir resultados fidedignos e cientificamente sólidos.
- **Descrição dos métodos de colheita e de análise dos dados:** Engloba a explicitação do procedimento de recolha de dados (quando, onde, por quem e como será realizada) e das técnicas de análise (quantitativa ou qualitativa), escolhidas em função dos objetivos, do instrumento de medida e do tipo de dados.



(FORTIN, 2009)

Figura 22 – Elementos do desenho de investigação

Para garantir a coerência do desenho de investigação e assegurar a robustez metodológica do estudo, é necessário considerar, de forma articulada, os seguintes elementos (Figura 22):

- **Objetivos da investigação e sua relação com o desenho:** A formulação dos objetivos é o ponto de partida para todas as decisões metodológicas. São os objetivos que determinam o tipo de estudo a adotar.

Se o objetivo for **descritivo**, pretende-se observar e descrever fenômenos tal como ocorrem naturalmente, sem manipulação. Exemplo: Descrever a vivência dos estudantes nas aulas da unidade curricular Investigação II – Processo de Investigação da ESS|IPS.

Quando o objetivo for **explicativo** ou correlacional, procura-se empreender a relação entre variáveis. Exemplo: Analisar a relação entre a assiduidade dos estudantes e o sucesso acadêmico da unidade curricular Investigação II – Processo de Investigação da ESS|IPS.

Para objetivos **preditivos** ou causais, que avaliam o efeito de uma variável sobre outra, será necessário optar por um desenho experimental ou quase-experimental. Exemplo: Avaliar o efeito da utilização de exemplos práticos, enquanto estratégia pedagógica, na apreensão dos conteúdos por estudantes da unidade curricular Investigação II – Processo de Investigação da ESS|IPS.

Os estudos podem também ser classificados em função da dimensão temporal, isto é, segundo **o tempo** de recolha dos dados:

Estudo de **Coorte**: “Trata-se de um estudo de observação em que um grupo de indivíduos expostos a determinados fatores de risco é acompanhado ao longo de um período definido e comparado a um grupo não exposto aos mesmos fatores.” (p. 251)⁵²

Estudo **Transversal**: A recolha de dados ocorre num único momento, permitindo observar a ocorrência de um fenómeno numa determinada população nesse ponto específico do tempo.

⁵² Idem

Estudo **Longitudinal**: Os dados são recolhidos em vários momentos junto dos mesmos participantes, possibilitando a análise da evolução de fenómenos ao longo do tempo.

Os desenhos de investigação podem ainda ser caracterizados em função do tipo de **abordagem** adotada. De acordo com Fortin (2009), distinguem-se três grandes abordagens metodológicas:

Qualitativa, que visa compreender em profundidade fenómenos complexos, privilegiando o significado das experiências vividas pelos participantes.

Quantitativa, que procura quantificar variáveis e testar hipóteses através da medição objetiva e da análise estatística.

Mista (qualitativa e quantitativa), que combina elementos das duas abordagens com o intuito de explorar e aprofundar diferentes dimensões de um fenómeno de forma mais abrangente e integrada.

- **Tipo de estudo e meio de realização**: O meio onde o estudo será conduzido (natural ou laboratório) influencia o nível de controlo sobre as variáveis. Em estudos naturalistas, o investigador observa os fenómenos no seu contexto real; em estudos laboratoriais, há maior controlo. É o investigador que decide o meio em que será conduzido o estudo e justifica essa escolha.
- **População, população-alvo, população acessível e amostra**: A população é o conjunto de sujeitos com características comuns. A população-alvo refere-se ao grupo ao qual se pretende generalizar os resultados. A população acessível é o segmento da população-alvo a que o investigador tem acesso direto, sendo dela retirada a amostra, que deverá ser representativa e responder aos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Fortin (2009) reforça a importância de garantir a representatividade da amostra para que os resultados sejam válidos e passíveis de generalização.
- **Plano de amostragem**: O plano de amostragem descreve o modo como os participantes serão selecionados e influencia diretamente a validade externa do

estudo e a possibilidade de generalização dos resultados. Existem dois grandes grupos:

Amostragem probabilística: todos os elementos têm a mesma probabilidade de ser incluídos. Este tipo de amostragem permite estimar o erro amostral e garante maior representatividade dos resultados. Ex.: aleatória simples, estratificada, em cachos.

Amostragem não probabilística: não assegura que todos os elementos da população tenham a mesma probabilidade de serem incluídos, o que limita a representatividade e impede a estimativa do erro amostral. Ainda assim, é frequentemente utilizada em estudos exploratórios ou quando há limitações de tempo e recursos. Ex.: por conveniência, por quotas, por redes (bola de neve).

- **Medida: variáveis, instrumentos e tipos de dados:** Os conceitos a estudar devem ser operacionalizados em variáveis, definidas de forma clara. É essencial garantir que os instrumentos utilizados para medir essas variáveis são válidos e fidedignos. Medidas objetivas: obtidas por instrumentos fisiológicos ou escalas padronizadas; não deixam lugar à interpretação; geram dados passíveis de análise estatística; associadas predominantemente à metodologia quantitativa. (ex.: escala de qualidade de vida; termómetro). Medidas subjetivas: resultam da percepção dos participantes; recolhem dados relativos a comportamentos, opiniões, qualidades; geram dados passíveis de análise estatística, ou não; associadas predominantemente a metodologia qualitativa. (ex.: entrevistas, escalas de autorrelato, observação).

A escolha do instrumento deve respeitar as definições conceptuais das variáveis e estar alinhada com o quadro de referência do estudo.

- **Métodos de colheita e de análise dos dados:** O investigador deve descrever como os dados serão recolhidos (procedimento, local, momento); com que instrumentos (e sua validação); por quem (formação dos envolvidos); como serão analisados os dados: como por exemplo análise estatística descritiva/inferencial (em estudos quantitativos) ou análise de conteúdo ou de discurso (em estudos qualitativos).

A clareza nesta descrição permite a replicação do estudo por outros investigadores e garante a transparência científica.

- **Controlo de variáveis estranhas:** As variáveis estranhas são fatores que não estão a ser estudados diretamente, mas que podem interferir na relação entre as variáveis principais. Devem ser identificadas e controladas para minimizar viés. Entre as estratégias de controlo incluem-se: Randomização; Homogeneidade; Emparelhamento; Procedimentos estatísticos.

EXERCÍCIO EM CONTEXTO DE SALA DE AULA

- Elabore um quadro resumo com a classificação dos estudos.
- Efetue a leitura das páginas 221 a 226 de Fortin (2009). Identifique e explique duas estratégias de controlo das variáveis estranhas.
- Consulte Fortin (2009) e registre as definições de: plano de amostragem, amostra representativa e erro amostral.

5.2. DESENHO DE INVESTIGAÇÃO NÃO EXPERIMENTAL

O desenho de investigação não experimental é utilizado quando o investigador não manipula ativamente as variáveis nem introduz qualquer tipo de intervenção. O seu foco reside na descrição de fenómenos tal como ocorrem no contexto natural e na identificação de possíveis relações entre variáveis, sem procurar estabelecer relações de causa e efeito. De acordo com Fortin (2009), trata-se de um tipo de investigação que se desenrola no meio natural e que visa, principalmente, descrever fenómenos e examinar associações entre variáveis.

Os desenhos não experimentais subdividem-se, essencialmente, em **estudos descritivos** e **estudos correlacionais**.

- **Estudos Descritivos:** Os estudos descritivos têm como principal objetivo observar, descrever e documentar aspetos de uma situação tal como ela se apresenta, sem exercer qualquer controlo sobre as variáveis. Constituem frequentemente o primeiro nível da investigação sobre um fenómeno ainda pouco explorado. Nestes estudos, procura-se conhecer as características de uma

população ou de um fenómeno, sendo comuns as questões do tipo “Qual?”, “Quais são as características de...?”, “Qual a distribuição de determinado fenómeno?”. Este tipo de estudos apresenta como vantagens o facto de permitem recolher dados sobre uma grande amostra em pouco tempo, são mais económicos e fáceis de executar e ainda se adequam a fenómenos pouco estudados. Como limitações, não permitem inferir relações de causalidade e são mais vulneráveis a vieses de resposta ou omissão de variáveis relevantes.

Estes podem ainda ser classificados da seguinte forma:

Estudos descritivos simples: Visam caracterizar um conceito ou fenómeno relativamente a uma população específica. São úteis para reconhecer o fenómeno e delimitar os conceitos em estudo.

Estudos de caso: Envolvem a análise pormenorizada de um caso singular (pessoa, grupo, organização) que se considera representativo ou especial. Apesar de fornecerem conhecimento aprofundado, os seus resultados não são generalizáveis.

Inquéritos ou sondagens: Recolhem dados junto de amostras representativas para examinar atitudes, opiniões, comportamentos ou características de uma população. Utilizam, frequentemente, entrevistas ou questionários como métodos de colheita.

- **Estudos Correlacionais:** Nos estudos correlacionais, o investigador procura explorar a existência e natureza de associações entre variáveis. Ao contrário dos estudos experimentais, não há manipulação das variáveis nem introdução de intervenção. Parte-se da observação prévia do fenómeno e das variáveis em estudo.

Estes estudos podem assumir diferentes níveis de profundidade:

Estudo descritivo-correlacional: Examina se existe associação entre duas ou mais variáveis e descreve essa associação. Analisar a associação entre o estilo de orientação do enfermeiro orientador e o nível de satisfação do estudante em ensino clínico.

Estudo correlacional preditivo: Para além de verificar a existência de relação entre variáveis, pretende prever a influência de uma sobre outra. Utiliza modelos estatísticos que permitem estimar a força da relação.

Estudo correlacional confirmativo (ou verificação de modelo teórico):

Visa testar a validade de um modelo teórico que explica um fenómeno com base nas relações entre múltiplas variáveis. Requer definição clara de todas as variáveis e um quadro teórico bem sustentado.

Nota: Os coeficientes de correlação (ex.: r de Pearson) quantificam a força e a direção da relação entre duas variáveis, variando entre -1 e $+1$. Contudo, uma correlação estatisticamente significativa não implica, por si só, uma relação de causa e efeito.

5.3. DESENHO DE INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL

O desenho de investigação experimental é utilizado quando o investigador pretende estudar a relação causal entre variáveis, ou seja, avaliar o efeito de uma intervenção (variável independente) sobre um resultado (variável dependente). É considerado o desenho mais robusto para estabelecer causalidade, uma vez que oferece controlo rigoroso sobre as variáveis estranhas e permite inferir relações de causa-efeito.

Este tipo de estudo assenta em três condições fundamentais:

- **Manipulação:** O investigador introduz uma intervenção ou tratamento intencionalmente (ex.: uma nova abordagem pedagógica, um protocolo de cuidados).
- **Controlo:** Há um grupo de controlo (ou comparação) que não recebe a intervenção, permitindo comparar os resultados entre grupos.
- **Randomização:** Os participantes são distribuídos aleatoriamente pelos grupos, o que assegura maior homogeneidade entre os mesmos e reduz o viés.

O desenho **experimental clássico** ou “ensaio clínico randomizado” (RCT - *Randomized Controlled Trial*) é o mais conhecido. Divide os participantes em dois grupos de forma aleatória:

- Grupo Experimental: recebe a intervenção.
- Grupo de Controlo: não recebe a intervenção ou recebe o tratamento padrão.

A recolha de dados ocorre antes (pré-teste) e depois (pós-teste) da intervenção, permitindo avaliar o seu efeito.

Em contextos reais, nem sempre é possível cumprir com todos os critérios de um verdadeiro desenho experimental, especialmente a randomização. Nesses casos, recorreremos aos **desenhos quase-experimentais** (*Quasi-experimental designs*), que mantêm a manipulação da variável independente, mas sem alocação aleatória dos participantes, designados frequentemente por estudos intervencionais sem alocação aleatória (*non-randomized controlled studies*). São frequentes em investigação em saúde ou educação, onde a randomização pode ser eticamente ou logisticamente inviável.

5.4. PRINCÍPIOS ÉTICOS ESPECÍFICOS DA FASE METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO

Dirigimos novamente o estudo para o e-book *Aspetos Éticos na Investigação de Enfermagem*⁵³, da autoria da Professora Lucília Nunes, onde se detalham os princípios éticos a considerar ao longo de todo o processo de investigação, com destaque para as particularidades da fase metodológica.

A fase metodológica deve assegurar a proteção e o respeito pelos participantes do estudo. A recolha de dados não pode, em circunstância alguma, colocar em causa os direitos, a integridade física e psicológica e a dignidade dos participantes do estudo, bem como o anonimato e confidencialidade dos dados colhidos.

5.5. INVESTIGAÇÃO QUANTITATIVA

“A investigação quantitativa assenta no paradigma positivista” (p.29)⁵⁴, implicando que “a verdade é absoluta e que os factos e os princípios existem independentemente dos contextos histórico e social” (p. 29)³². Tem como principal objetivo a descrição, explicação e previsão de fenómenos, através da medição objetiva de variáveis e da análise

⁵³ Nunes, L. (2020). *Aspetos éticos na investigação em Enfermagem*. <http://hdl.handle.net/10400.26/32782>

⁵⁴ Idem

estatística dos dados. Trata-se de uma abordagem estruturada e sistemática, orientada pela lógica hipotético-dedutiva (do geral para o particular, ou seja, orientado para a generalização) e pela necessidade de garantir a fiabilidade, validade e reprodutibilidade dos resultados obtidos.

Assim, neste tipo de investigação, as variáveis são definidas operacionalmente e medidas com instrumentos padronizados, com vista à recolha de dados passíveis de análise estatística. A escolha das variáveis, dos instrumentos e dos métodos de análise deve ser guiada pelos objetivos do estudo e pelas hipóteses formuladas. O controlo das variáveis estranhas é particularmente crucial em estudos quantitativos, sobretudo em estudos com desenho experimental pois influencia diretamente a validade dos resultados e a credibilidade das conclusões.

Variáveis e Níveis de Medida⁵⁵: Uma das primeiras decisões na investigação quantitativa diz respeito à definição e operacionalização das variáveis. Cada variável deve ser clara, específica e mensurável. As variáveis quantitativas podem ser:

- Nominais: categorias sem ordem (ex.: sexo, nacionalidade);
- Ordinais: categorias com ordem, mas sem intervalos definidos (ex.: níveis de satisfação);
- Intervalares: com intervalos definidos, mas sem zero absoluto (ex.: temperatura em °C);
- De razão/proporção: com zero absoluto e intervalos iguais; o zero corresponde a ausência de fenómeno (ex.: peso, idade).

A correta identificação do nível de medida das variáveis é essencial, pois influencia a escolha das técnicas estatísticas apropriadas.

Instrumentos de Medida: Os instrumentos de medida são ferramentas utilizadas para recolher dados sobre as variáveis em estudo. Devem ser selecionados com base na sua validade (capacidade de medir aquilo que se pretende) e fidelidade (consistência dos resultados ao longo do tempo junto dos mesmos sujeitos ou entre avaliadores). Os principais tipos de instrumentos incluem:

- Questionários padronizados;
- Entrevistas estruturadas;

⁵⁵ Marôco, J. (2011). Análise estatística com o SPSS Statistics (5.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

- Instrumentos fisiológicos ou laboratoriais (ex.: esfigmomanómetro, termómetro).

De acordo com Fortin (2019), é fundamental que os instrumentos estejam adaptados ao contexto do estudo e à população-alvo, respeitando os princípios éticos e científicos da investigação. Assim, aquando da seleção do instrumento de medida, é fundamental que o investigador se questione criticamente sobre a sua adequação, fidelidade e validade, pelo que devem ser ponderados aspetos como: a adequação da escala às variáveis em estudo, a utilização prévia ou construção do instrumento para o contexto específico, a existência de informação sobre a fidelidade e validade, o tipo de análise realizada, bem como os procedimentos de tradução e validação no caso de escalas adaptadas de outras línguas.

Medidas Objetivas vs. Subjetivas

- Medidas objetivas: recolhidas por instrumentos ou procedimentos que não dependem da perceção do participante; fornecem dados quantitativos diretos (ex.: peso, pressão arterial);
- Medidas subjetivas: dependem da perceção ou julgamento do participante; incluem escalas de satisfação, entrevistas estruturadas (entrevistas totalmente padronizadas, com perguntas fechadas, iguais para todos os participantes, aplicadas da mesma forma).

Ambas as formas de medida são válidas na investigação quantitativa, desde que sejam aplicadas com rigor e coerência metodológica.

APROFUNDAR CONHECIMENTO...

- Para aprofundamento dos conceitos e técnicas aqui abordados, recomenda-se a leitura das páginas 29, 34, 343-344 de Fortin (2019).
- A análise estatística dos dados será posteriormente desenvolvida na Unidade Curricular de Estatística, onde se explorará com maior detalhe a sua aplicação na investigação em Enfermagem.

5.6. INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA



O propósito da investigação qualitativa é uma abordagem poderosa e profundamente humana que busca compreender **experiências, significados e contextos**.

A investigação qualitativa:

- explora o “como” e o “porquê” dos fenômenos, em vez de apenas quantificar o “quanto”.
- valoriza a subjetividade: interpretações, emoções e percepções dos participantes são o foco.
- contextualiza os dados: considera o ambiente social, cultural e histórico onde os fenômenos ocorrem.
- flexível e adaptativa: permite ajustar o percurso da investigação conforme os dados emergem.
- aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo estas últimas encaradas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (Minayo, 2014)
- “a pesquisa qualitativa preocupa-se com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde ao universo mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”⁵⁶

⁵⁶ Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14 ed. São Paulo: Hucitec; 2014.

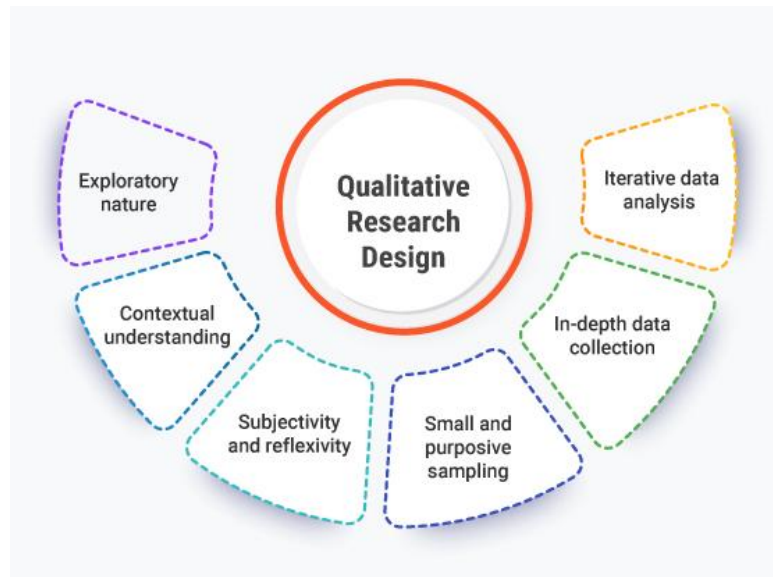


Figura 23 - Principais características do desenho de investigação qualitativa

Características da investigação qualitativa:

1. A fonte direta dos dados é o ambiente natural e o investigador é o principal agente da colheita
2. Os dados recolhidos são essencialmente de carácter descritivo
3. O investigador interessa-se, acima de tudo, por tentar compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências
4. A análise dos dados é feita de forma indutiva

As investigações qualitativas privilegiam, essencialmente, a compreensão dos problemas a partir da perspetiva dos sujeitos da investigação.

Bogdan e Biklen (1994) consideram que esta abordagem permite descrever um fenómeno em profundidade através da apreensão de significados e dos estados subjetivos dos sujeitos pois, nestes estudos, há sempre uma tentativa de capturar e **compreender**, com pormenor, as perspetivas e os pontos de vista dos indivíduos sobre determinado assunto. Pode-se dizer que o principal interesse destes estudos não é efetuar generalizações mas antes particularizar e compreender os sujeitos e os fenómenos na sua complexidade e singularidade.

⁵⁷ Fonte: [What is Qualitative Research Design? Definition, Types, Methods and Best Practices](#)

As pesquisas qualitativas interessam-se mais pelos processos do que pelos produtos (Bogdan e Biklen, 1994; Ludke e André, 1986) e preocupam-se mais com a compreensão e a interpretação sobre como os factos e os fenómenos se manifestam do que em determinar causas para os mesmos (Serrano, 2004).

Investigação qualitativa significa qualquer tipo de investigação cujos resultados, derivados de dados obtidos através de diversos meios como observação, entrevistas, registos vídeos, não sejam obtidos através de procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação. “Mesmo que alguns dos dados possam ser quantificados ... a análise deve ser qualitativa” (Strauss e Corbin, 1990, p. 17).

Segundo Strauss e Corbin “os métodos qualitativos devem ser utilizados para descobrir e compreender o que está por trás de cada fenómeno sobre o qual pouco ou nada se sabe ... e permite conhecer os pormenores complexos do fenómeno, difíceis de descobrir com os métodos quantitativos” (1990, p.19). Consideram que a investigação qualitativa tem três **componentes** fundamentais:

- os dados, que podem advir de várias fontes, sendo a entrevista e a observação as mais comuns;
- os processos de análise ou interpretação, chamados codificação, que incluem técnicas para conceptualizar os dados e conduzem a comentários interpretativos que podem ser ou não de natureza teórica; e
- os relatórios, escritos e orais, da investigação.

Characteristics of Qualitative Research



58

Figura 24 - Characteristics of Qualitative Research by [Bunmi Malau-Aduli and Faith Alele](#)

Métodos mais utilizados:

- Entrevistas em profundidade: revelam narrativas pessoais e significados únicos.
- Grupos focais: exploram dinâmicas sociais e opiniões coletivas.
- Observação participante: permite compreender comportamentos em contexto natural.
- Estudos de caso: mergulham em situações específicas para análise detalhada.
- Análise documental: interpreta textos, imagens ou vídeos como fontes de sentido.

Para além das suas características distintivas e dos métodos frequentemente utilizados, a investigação qualitativa exige também rigor na avaliação da qualidade dos estudos. A Figura 25 sintetiza os principais critérios que orientam essa avaliação, assegurando a confiança e a validade dos resultados obtidos.

⁵⁸ Fonte: [4.2 Definitions and Characteristics of Qualitative Research – An Introduction to Research Methods for Undergraduate Health Profession Students](#)

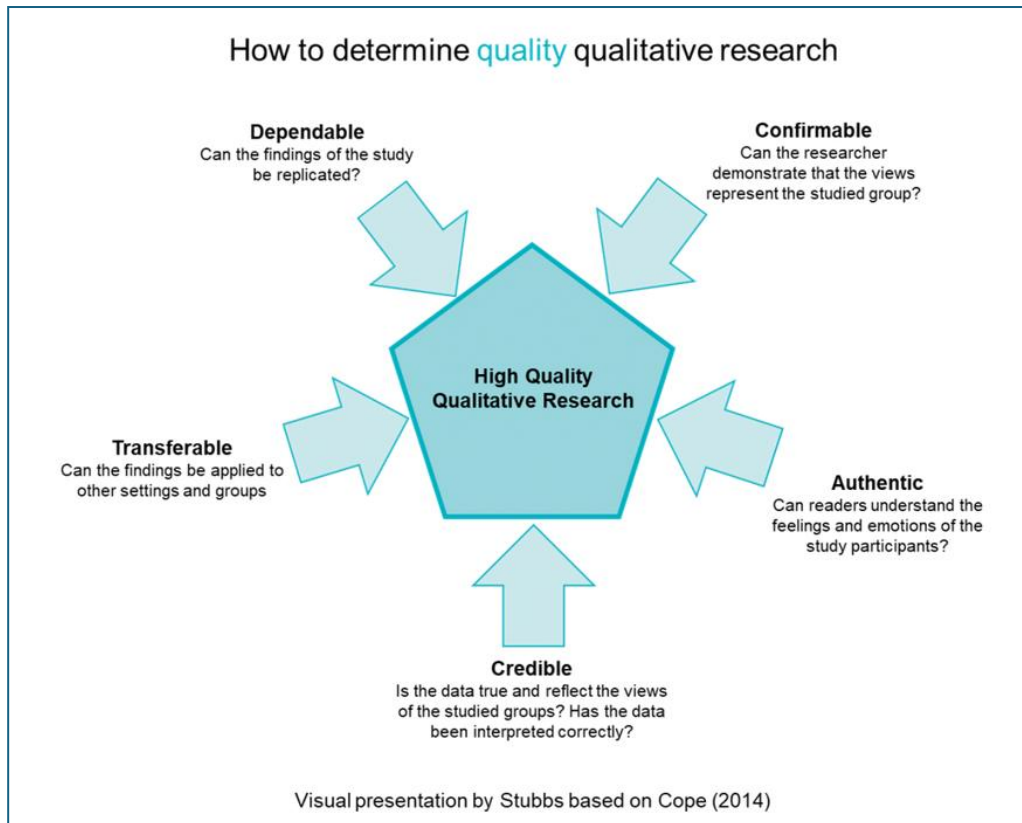


Figura 25 - Critérios para Avaliar a Qualidade da Investigação Qualitativa

APROFUNDAR CONHECIMENTO...

- Aires, Luísa. Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional. Universidade Aberta, 2011. <http://hdl.handle.net/10400.2/2028>

⁵⁹ Cope, D. (2014). Methods and Meanings: Credibility and Trustworthiness of Qualitative Research. *Oncology Nursing Forum* 41: 89-91.



Figura 26 - Tipos de estudos na investigação qualitativa

1. Estudo etnográfico

- Foco em estudar culturas e grupos sociais por meio da observação participante, onde o investigador se integra ao grupo para entender suas práticas e comportamentos em detalhes.
- O objetivo é compreender as práticas, crenças, valores e comportamentos desse grupo a partir da perspectiva dos seus próprios membros. Em essência, a etnografia é uma metodologia que busca descrever e interpretar um determinado grupo cultural. Enfatiza a imersão do investigador no contexto social estudado.
- Métodos de colheita de dados: Observação participante, entrevistas em profundidade, grupos focais para captar os significados culturais e sociais, análise interpretativa.

2. Estudo de Caso

- uma “investigação empírica que aborda um fenómeno contemporâneo no seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não estão claramente evidentes” (Yin, 1984, 13). Uma vantagem relevante dos

estudos de caso é a possibilidade de lidar com uma grande variedade de fontes de evidência – como documentos, artefactos, entrevistas e observações – e até com diferentes tipos de dados.

- Analisa uma situação específica em profundidade, seja um indivíduo, grupo, instituição ou fenómeno. O objetivo é entender o contexto e as variáveis que influenciam a situação.
- A complexidade do estudo de caso é determinada pelos suportes teóricos que servem de orientação ao trabalho do investigador
- Existem diversos tipos de estudo de caso:
 - 1) Estudos de Casos histórico-organizacionais;
 - 2) Estudos de Casos observacionais;
 - 3) Estudo de Caso em História de Vida;
 - 4) Investigação participada de base comunitária
- Métodos de colheita de dados: Pode incluir entrevistas, observações e análise de documentos, permitindo uma visão abrangente do objeto de estudo.

3. Investigação-Ação

- Envolve os participantes na identificação de problemas e na busca por soluções, promovendo uma mudança imediata no contexto estudado.
- A investigação-ação é colaborativa, permitindo que os participantes tenham um papel ativo no processo de pesquisa e resolução de problemas.
- Principais aspetos⁶⁰:
 - a) há uma ampla e explícita interação entre investigadores e pessoas implicadas na situação investigada;

⁶⁰ Thiollent, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988, p. 16 e segs.

- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) o objetivo consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o "nível de consciência" das pessoas e grupos considerados.

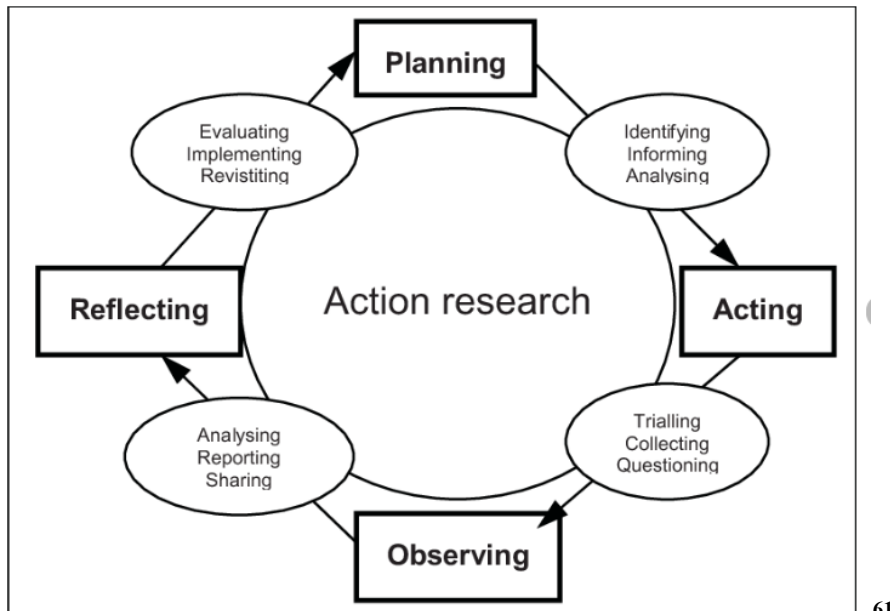


Figura 27 – Investigação-Ação

⁶¹ Defrijn, Sven; Mathijs, Erik; Gulinck, Hubert; Lauwers, Ludwig (2008). Facilitating and evaluating farmer innovations towards more sustainable energy and material flows: case-study in Flanders. 8th European IFSA Symposium.

4. Fenomenológico

- Procura compreender a essência de experiências humanas específicas a partir da perspectiva das pessoas que vivenciam essas experiências.
- O método fenomenológico trata de desvendar o fenômeno além da aparência.
- Foco em experiências vividas.
- Métodos de colheita de dados: Entrevistas e reflexão sobre vivências pessoais, focando em descrever o que os participantes sentem e experienciam

5. Estudo histórico

- Procura compreender os acontecimentos ou eventos do passado, interpretando à luz do contexto epocal.
- Métodos de colheita de dados: análise documental, acervos e arquivos históricos de instituições ou municípios.
- Estabelece factos e chega a conclusões sobre o passado. O historiador localiza, valoriza e interpreta de maneira sistemática e objetiva os factos;
- Como na investigação descritiva, não controla as variáveis e o historiador não pode escolher as amostras (estuda o que sobreviveu)

6. Teoria Fundamentada ou Grounded Theory

- Método utilizado para gerar teorias a partir dos dados qualitativos colhidos.
- O investigador analisa os dados e identifica padrões que levam à formulação de novas teorias.
- Métodos de colheita de dados: Entrevistas e análises sistemáticas de dados, codificando e categorizando informações relevantes

7. Pesquisa Narrativa

- Foca na coleta e análise de histórias pessoais contadas pelos participantes. O objetivo é entender como as narrativas individualizam experiências e identidades.

- Métodos de colheita de dados: Entrevistas narrativas e análise de textos ou relatos escritos

8. Grupos Focais

- Consiste em reunir um pequeno grupo de pessoas para discutir temas específicos, gerando insights através da interação entre os participantes.
- Objetivos: Explorar opiniões, percepções e atitudes em um ambiente de troca de ideias controlada, facilitada por um moderador. Pode ter outras utilizações, como discutir os resultados.

APROFUNDAR CONHECIMENTO...

- Minayo, M. C: & Costa, A. P. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439/3910>
- Faith Alele & Bunmi Malau-Aduli, An Introduction to Research Methods for Undergraduate Health Profession Students , 2023. Chapter Qualitative Research Methodologies

FUNDAMENTOS

[1] Interacionismo Simbólico

"vê o significado (...) surgindo no processo de interação entre pessoas. O significado de uma coisa cresce dos modos como outras pessoas atuam em relação à pessoa que vê a coisa. (...) O interacionismo simbólico vê os significados como produtos sociais"⁶² (p. 5).
Consiste em três premissas básicas:

- 1) os seres humanos agem para com as coisas na base dos significados que as coisas têm para eles;

⁶² Blumer, H. (1969). *Symbolic interactionism*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall

- 2) estes significados são o produto de interações sociais na sociedade humana;
- 3) estes significados são modificados e manipulados através de um processo interativo que é usado por cada indivíduo ao lidar com os signos que encontra (pp. 2-6).

[2] Fenomenologia

Uma perspectiva fenomenológica é diferente de abordar o comportamento humano com o objetivo de procurar factos e causas. Requer antes tomar em conta a existência de perspectivas divergentes sobre as situações e reforça a uma compreensão interpretativa da interação humana (p. 53).

Os fenomenologistas não assumem que sabem o que as coisas significam para as pessoas que estão a estudar. A fenomenologia começa com o silêncio. Os fenomenologistas realçam os aspetos subjetivos do comportamento das pessoas, tentam entrar no mundo conceptual dos seus sujeitos para compreender qual o significado que constroem em torno dos acontecimentos das suas vidas diárias. Acreditam que múltiplas formas de interpretar experiências estão disponíveis para os seres humanos e que a realidade é constituída pelo significado das nossas experiências. A realidade é pois socialmente construída (Bogdan e Biklen, 1999, pp. 53-4).

A Fenomenologia é considerada o estudo dos fenómenos, do que aparece à consciência, daquilo que é dado, que deve ser explorado tal como «coisa que se percebe, em que se pensa, de que se fala, evitando forjar hipóteses, tanto sobre o laço que une o fenómeno, com o ser de que é fenómeno, como sobre o laço que o une como o Eu para quem é fenómeno» (Lyotard, 2008, 9).

A Fenomenologia dedica-se a descrições de experiências e não explicações ou análises; é a procura pelo significado e pela compreensão dos fenómenos (McWilliam, 2012). Os dados da experiência, o nosso próprio pensamento, intuição, ou julgamento são evidências primárias da investigação científica (Moustakas, 1994).

Husserl delineou um percurso epistemológico que começa com a consciência subjetiva: não há cognição sem esta consciência. O ato de pensar não pode ser desligado das coisas que são reconhecidas e logo pensadas. O conceito de intencionalidade, central na Fenomenologia, implica que a consciência subjetiva é sempre uma consciência de algo.

- fenomenologia como movimento radicalmente oposto ao positivismo, porque se centra na **experiência intuitiva capaz de apreender o mundo exterior**, e porque abala a crença mantida pelo homem comum de que os objetos existiam, independentemente de nós mesmos, nesse suposto mundo que nos seria estranho.
- **Investigação fenomenológica**
 - Identificação de **uma experiência** partilhada
 - Tentativa de localizar a **natureza universal** da experiência
 - Tentativa de identificar **experiências partilhadas** entre pessoas que experienciam o mesmo fenómeno
 - Tentar localizar **a essência da experiência**
 - O que foi experienciado e como a pessoa o experiencia

Método fenomenológico

- Abstém-se de qualquer tipo de juízo sobre a realidade (suspensão de juízos – *e porquê*),
- O investigador identifica e coloca entre parêntesis as suas pressuposições
- Método descritivo / exploratório,
- Reflexivo,
- De exigente rigor científico,
- Não temos hipóteses a serem verificadas mas antes dúvidas ou suposições a serem respondidas através dos relatos dos vividos e experienciados pelas pessoas,
- *Redução fenomenológica* procura a aproximação à essência do fenómeno em estudo (dela resultam temáticas comuns aos participantes – entendidas como categorias de análise).

Em relação aos procedimentos sugeridos para a investigação, identificam-se **três correntes**:

- **Fenomenologia Descritiva**: derivada diretamente das ideias de Edmund Husserl; teve início com o estudo pioneiro de Van Kann (1959); Colaizzi e Giorgi.
- **Fenomenologia Hermenêutica**: principal fundamento nos trabalhos de Martin Heidegger; Dickelmann, Allen e Tanner; Escola de Utrecht.
- **Fenomenologia da prática**: descritiva e interpretativa (híbrida); tem como principal expoente Van Manen.

6. FASE EMPÍRICA

6.1. ANÁLISE DESCRITIVA E ANÁLISE INFERENCIAL:

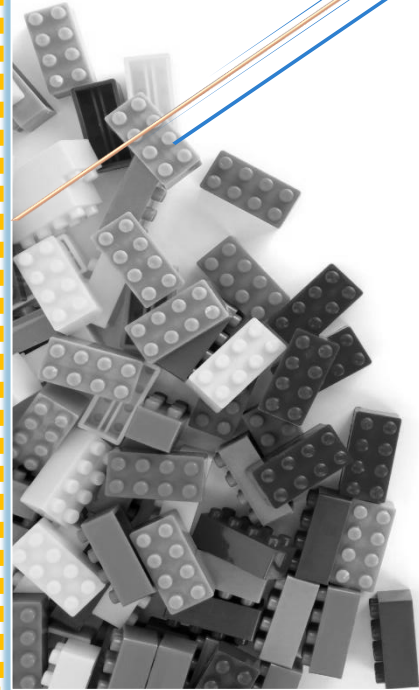
- Descrever métodos de análise de dados quantitativos e qualitativos.

6.2. ANÁLISE DOS DADOS: MÉTODOS DE ANÁLISE DE DISCURSO E DE CONTEÚDO:

- Explicar métodos qualitativos de análise, como análise de discurso e análise de conteúdo.

Edgar Canais

PARTE II – O PROCESSO E AS FASES



6. FASE EMPÍRICA

Neste capítulo, aborda-se os conteúdos relacionados com a fase empírica, fundamental na investigação, esta permite a recolha de dados reais que sustentam a análise e as conclusões do estudo. É nesta etapa que se valida o plano metodológico, com rigor científico. Através da observação ou aplicação de instrumentos, o investigador obtém evidências que tornam o estudo fiável. Além disso, assegura-se o cumprimento de princípios éticos essenciais.

Como resultados esperados, pretende-se que os estudantes sejam capazes de:

- Recolher dados de forma rigorosa e ética, conforme o plano metodológico definido.
- Organizar, codificar e validar os dados obtidos, assegurando a sua qualidade e fiabilidade.
- Reconhecer a importância do respeito pelos direitos dos participantes, garantindo o cumprimento dos princípios éticos
- Demonstrar preparação para iniciar a análise dos dados com responsabilidade e sentido crítico.

FASE EMPÍRICA:

O plano elaborado na fase precedente é **implementado**;

As **técnicas de análise variam segundo a natureza dos dados**;

A fase empírica é a da realização da investigação e comporta **2 etapas**:

colheita dos dados no terreno;

análise dos dados.

Figura 28 – Fase Empírica

A fase empírica é a fase da colheita dos dados (Figura 28). É a fase em que o investigador vai ao campo (exemplo: a um hospital, à escola, à comunidade, etc.) e aplica os instrumentos (como questionários, entrevistas, observações) para obter os dados reais que depois serão analisados.

Colheita dos dados

Os dados são **elementos de informação colhidos junto dos participantes**;
Existem **diversos métodos de colheitas de dados**;

A **escolha do método** depende:

- das questões de investigação ou das hipóteses;
- do desenho do estudo;
- dos conhecimentos sobre o tema estudado.

Figura 29 – Colheita Dados

Esta fase deve ter em conta as seguintes etapas²:

1. **Recolha de dados**

- ✓ Aplicação dos instrumentos definidos (ex: questionários, entrevistas, observações)
- ✓ Respeito pelos procedimentos éticos e administrativos (Consentimento informado, livre e esclarecido, anonimato dos participantes e confidencialidade dos dados e respeito pelos direitos dos sujeitos da investigação)
- ✓ Treino dos investigadores ou colaboradores, se necessário (por exemplo, se há entrevistadores)

2. **Organização dos dados**

- ✓ Verificação da qualidade e integridade dos dados
- ✓ Codificação dos dados e sujeitos
- ✓ Armazenamento seguro (confidencialidade e proteção de dados)

A escolha do método de colheita de dados depende de vários fatores fundamentais, entre os quais se destacam os descritos na tabela seguinte:

Tabela 3 – Fatores que influenciam a escolha do método de colheita de dados

Fator	Descrição
Objetivos do estudo	O método deve permitir responder de forma eficaz às questões de investigação.
Tipo de estudo/metodologia	Estudos quantitativos usam métodos estruturados; qualitativos usam métodos exploratórios.
Características dos participantes	Idade, literacia, acessibilidade e contexto influenciam a aplicabilidade do método.
Recursos disponíveis	Inclui tempo, orçamento, número de investigadores e materiais disponíveis.
Validade e fiabilidade	Preferência por instrumentos testados e adaptados ao tema e à população.
Princípios éticos	O método deve assegurar consentimento informado, anonimato e respeito pelos participantes.

Recomendações ao que o investigador deve fazer nesta fase:

1. **Selecionar os participantes** (de acordo com os critérios de inclusão e exclusão).
2. **Aplicar os instrumentos de colheita de dados** (ex: inquéritos, entrevistas, grelhas de observação).
3. **Recolher os dados** de forma organizada, ética e fiel ao plano de investigação.
4. **Garantir os princípios éticos**, como o consentimento informado, livre e esclarecido a confidencialidade e o anonimato.

6.1. ANÁLISE DESCRITIVA E ANÁLISE INFERENCIAL

A análise descritiva é o processo através do qual o investigador resume um conjunto de dados brutos utilizando testes estatísticos para caracterizar a amostra e responder a questões de investigação, emprega técnicas como distribuições de frequências, medidas de tendência central e de dispersão.

A análise inferencial vai além da descritiva, permite aplicar os resultados obtidos numa amostra à população total (extrapolar os resultados obtidos naquela amostra para a população geral com as mesmas características), tem como o objetivo de tomar decisões

(inferências) e verificar hipóteses sobre essa população. Enquanto a estatística descritiva foca em "o que é", a inferencial permite conclusões mais amplas e a validação de relações causais ou de associação (Figura 30).

Análise dos dados

Uma vez colhidos os dados, é necessário organizá-los tendo em vista a sua análise. Recurso a técnicas estatísticas para descrever a amostra, assim como as diferentes variáveis;

Estatísticas descritivas (medidas de tendência central e de dispersão) – ESTUDOS DESCRITIVOS E CORRELACIONAIS;

Estatísticas inferenciais (valor dos parâmetros de uma população e verificar hipóteses) – ESTUDOS CORRELACIONAIS E EXPERIMENTAIS.

Figura 30 – Análise dos Dados

Na fase empírica, a análise descritiva e a análise inferencial são componentes cruciais para o tratamento dos dados recolhidos e permite ao investigador:

Como se faz a análise descritiva⁶³:

1. **Organização e Tratamento dos Dados:** Os dados brutos, resultantes da operacionalização e medição das variáveis, são organizados de acordo com os seus níveis de medida (nominal, ordinal, de intervalos ou de proporções).
2. **Técnicas Estatísticas Descritivas:**
 - ✓ **Distribuição de Frequências:** Consiste na disposição sistemática dos valores numéricos por ordem crescente. Pode ser apresentada graficamente através de diagramas de barras (para dados discretos) ou de setores, e histogramas ou polígonos de frequências (para dados contínuos).
 - ✓ **Medidas de Tendência Central:** Resumem a distribuição dos dados num só número que se situa ao centro. As principais são a **moda** (o valor mais frequente), a **mediana** (divide a distribuição em duas partes iguais) e a **média** (a soma total dos valores dividida pelo número total de valores). A escolha da medida mais adequada depende do nível de medida dos dados e da forma da distribuição (simétrica ou assimétrica).

⁶³ Fortin, M.F. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, 2009.

- ✓ **Medidas de Dispersão:** Dão conta da variabilidade dos dados ou do desvio dos “*dados*” individuais em relação à média. Incluem o **intervalo de variação** (amplitude), a **variância** e o **desvio-padrão**.
- ✓ **Estatística Descritiva de Associação:** Permite caracterizar relações entre duas variáveis simultaneamente. Exemplos incluem o **quadro de contingência** (para variáveis nominais) e o **coeficiente de correlação**.

Como se faz a análise inferencial⁶⁴:

A análise inferencial (ou estatística inferencial) vai além da descritiva, permite aplicar os resultados obtidos numa amostra à população total. O seu propósito é fazer inferências e verificar hipóteses sobre a população, baseando-se nas leis da probabilidade. Visa determinar em que medida a informação proveniente de uma amostra reflete o que se passa na população, pelo que a análise inferencial deve cumprir as 3 etapas:

1. Estimação dos Parâmetros da População:

- ✓ **Estimação Pontual:** Atribui um valor numérico a um parâmetro da população (ex: média) a partir da estatística medida numa amostra.
- ✓ **Estimação por Intervalos de Confiança:** Permite estimar um intervalo de valores dentro do qual se espera que o verdadeiro valor do parâmetro da população se encontre, com um determinado nível de probabilidade.

2. Verificação das Hipóteses:

- ✓ **Formular Hipóteses:** Enuncia-se a **hipótese nula (H0)** e a **hipótese de investigação (H1)**, que pode ser direcional ou não direcional. A hipótese de investigação é um enunciado formal sobre as relações antecipadas entre variáveis que requer verificação empírica.
- ✓ **Escolher o Teste Estatístico:** A seleção do teste depende do objetivo (determinar diferenças entre grupos ou verificar relações de associação entre variáveis), do nível de medida das variáveis, do número de grupos comparados e dos princípios dos testes paramétricos ou não paramétricos.
- ✓ **Determinar o Nível de Significância (α):** Geralmente fixado em 0,05, representa o risco de erro tipo I.

⁶⁴ Fortin, M.F. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, 2009.

- ✓ **Escolher entre Teste Unilateral e Teste Bilateral:** Essa escolha é determinada pelo tipo de hipótese de investigação (direcional ou não direcional).
- ✓ **Realizar o Teste Estatístico:** Aplica-se o teste estatístico selecionado aos dados.
- ✓ **Determinar o Valor Crítico:** Utiliza-se para tomar a decisão de rejeitar ou não a hipótese nula.
- ✓ **Fixar a Regra de Decisão:** Estabelece os critérios para rejeitar ou não rejeitar a hipótese nula.
- ✓ **Rejeitar ou Não Rejeitar a Hipótese Nula:** Com base nos resultados do teste estatístico e na regra de decisão, o investigador decide se a hipótese nula deve ser rejeitada.

3. Tipos de Testes Estatísticos Inferenciais:

- ✓ **Testes Paramétricos:** Usados quando as variáveis são normalmente distribuídas e medidas em escalas de intervalo ou proporção. Exemplos incluem o **teste t** (para comparar médias entre dois grupos) e a **Análise de Variância (ANOVA)** (para comparar médias de três ou mais grupos).
- ✓ **Testes Não Paramétricos:** Aplicados quando os dados não satisfazem os pressupostos dos testes paramétricos, por exemplo, com variáveis nominais ou ordinais. Um exemplo comum é o **teste Qui-quadrado (χ^2)**, usado para comparar proporções.
- ✓ **Análises Multivariadas:** Utilizadas quando se deseja estudar mais de duas variáveis simultaneamente. Exemplos incluem a Análise da Covariância (ANCOVA), a Análise da Variância Múltipla (MANOVA), a Correlação Múltipla e Regressão, a Análise da Função Discriminante, a Regressão Logística e a Correlação Canónica.

Ambas as análises são fundamentais para a interpretação dos resultados de uma investigação, permitindo ao investigador tirar conclusões sobre o estudo e as suas implicações.

Nesta fase espera-se que o estudante seja capaz:

Compreender a diferença entre análise descritiva e inferencial, reconhecendo os objetivos e aplicações de cada uma.

Interpretar as técnicas descritivas, como cálculo de média, mediana, moda, desvio padrão e construção de gráficos e tabelas.

Entender os fundamentos da análise inferencial, incluindo a noção de amostra, população, hipótese e significância estatística.

Escolher e interpretar testes estatísticos básicos de acordo com o tipo de dados e o objetivo do estudo⁶⁵.

Refletir criticamente sobre os resultados obtidos, reconhecendo os limites da generalização e a importância da validade científica.

6.2. ANÁLISE DOS DADOS: MÉTODOS DE ANÁLISE DE DISCURSO E DE CONTEÚDO

Na análise de dados de um texto, as técnicas de **análise de discurso** e **análise de conteúdo** inserem-se primariamente nas metodologias qualitativas, onde os dados consistem em palavras, não em números.

Na **análise de discurso** o objetivo central é penetrar na “significação dos relatos e discursos” para compreender o sentido da realidade social e a significação dos fenômenos obtidos anteriormente [Conversa anterior]. A **análise de conteúdo** é uma ferramenta essencial que permite examinar, organizar e resumir dados textuais, medindo a frequência, ordem ou intensidade de certas palavras e expressões, e ordenando acontecimentos em categorias determinadas pelo investigador.

Na abordagem qualitativa, a colheita e a análise dos dados ocorrem frequentemente de forma simultânea e interativa, com a análise a iniciar-se desde a primeira recolha.

6.2.1. Métodos de Análise de Discurso

Na análise de dados de um texto, utilizar técnicas como a análise do discurso, o que se procura fazer é compreender o sentido da realidade social e a significação dos fenômenos tal como se apresentam e são relatados pelos participantes.

⁶⁵ Em complementaridade com a Unidade Curricular de Estatística.

O objetivo é ir além da simples descrição, focando-se em penetrar na significação dos relatos e discursos para obter uma compreensão alargada (Figura 31).



Figura 31 - Análise de Discurso

Como se faz a Análise de Discurso:

1. Natureza e preparação dos Dados:

- ✓ Os dados consistem em palavras, não em números [Conversa anterior].
- ✓ Na investigação qualitativa, a colheita e a análise dos dados ocorrem em simultâneo e de forma interativa, com a análise a iniciar-se desde a primeira recolha e a continuar ao longo do estudo.
- ✓ O investigador examina os dados, organiza-os e tenta penetrar na significação dos relatos que recolheu [Conversa anterior] (Figura 32).

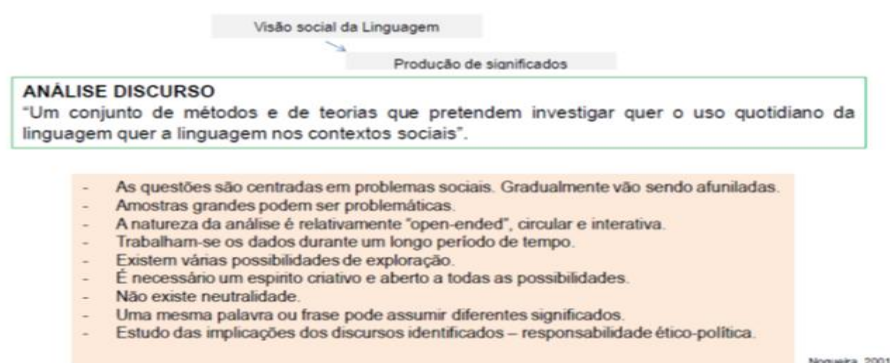


Figura 32 – Análise de discurso e a preparação dos dados

2. Processo de Análise:

- ✓ **Identificação de Unidades de Sentido e Temas:** A análise implica isolar frases que estejam diretamente ligadas ao fenómeno e extrair a significação de cada enunciado importante. Procura-se identificar domínios, categorias e subcategorias a partir dos dados recolhidos.
- ✓ **Estabelecimento de Relações:** Estabelecem-se relações de sentido entre os diferentes elementos do discurso dos participantes [Conversa anterior].
- ✓ **Interpretação:** A interpretação visa dar conta das preocupações quotidianas dos participantes e construir uma nova realidade com sentido [Conversa anterior]. É um processo dinâmico que evolui à medida que o estudo avança e a informação se acumula [Conversa anterior] (Figura 33).

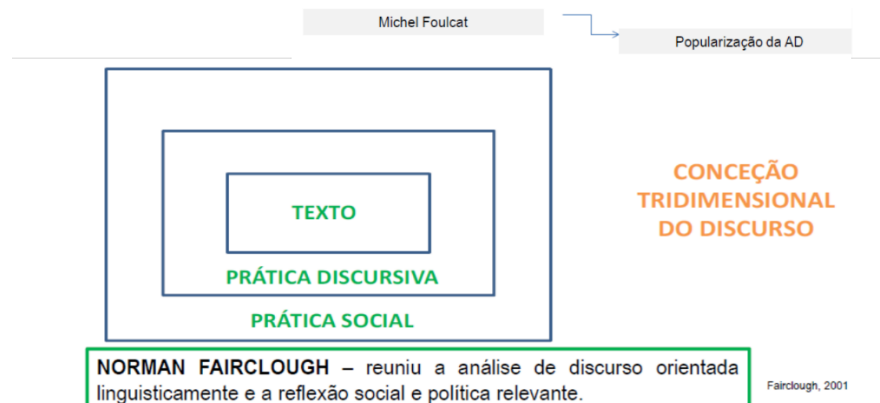


Figura 33 – *Processo de análise do discurso.*

- ### 3. Técnicas Específicas de Análise de Discurso (Abordagens Qualitativas):
- A análise de discurso é uma abordagem mais ampla que pode ser aplicada através de diferentes métodos qualitativos, cada um com as suas especificidades: Fenomenologia; Etnografia; Teoria Fundamentada (Grounded Theory); Linguagem e Rigor.

Sugere-se a leitura do seguinte artigo:

ARTIGO TEÓRICO

A prática discursiva sobre a formação de enfermeiros em Portugal

The Discursive Practice on the education of nurses in Portugal
La Práctica Discursiva sobre la formación de enfermeros en Portugal

Pedro José Silva*
António Magalhães**
Lucília Nunes***

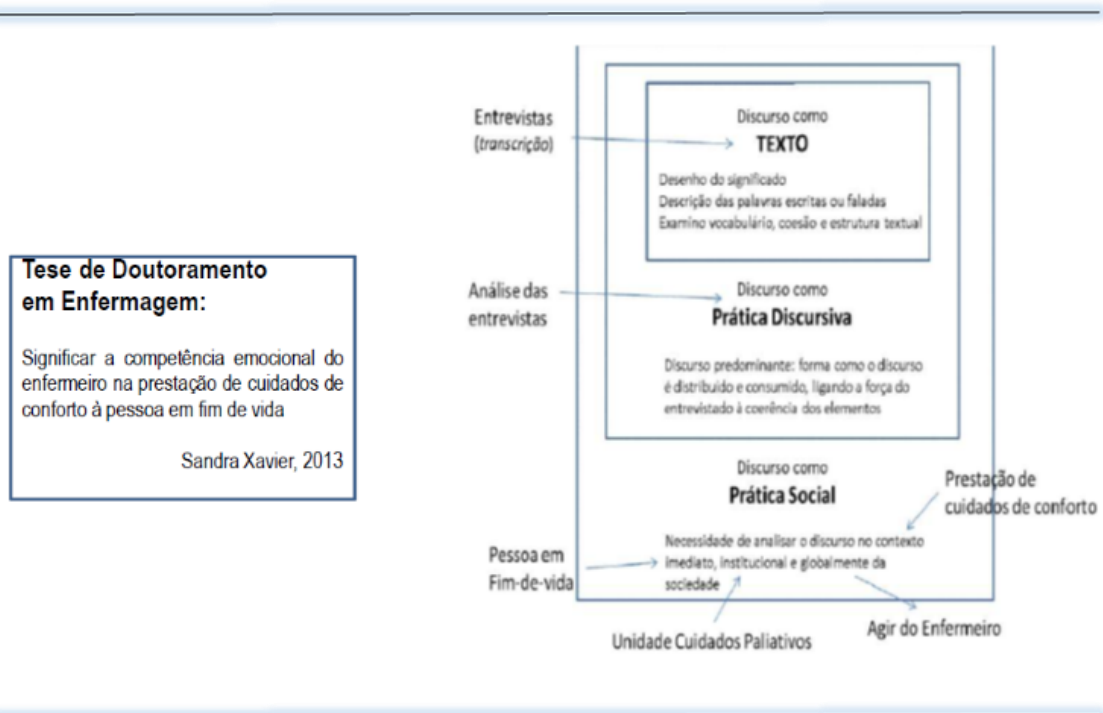
Resumo

Este artigo tem como objecto de estudo a formação de enfermeiros em Portugal. O seu objectivo é o de identificar as temáticas presentes nos discursos sobre a formação dos enfermeiros. Apresentamos a análise de conteúdos temáticos efectuada a partir de 41 artigos seleccionados de fontes diversas. É ainda feita uma teorização dos resultados a partir das conceptualizações da análise do discurso que foi mobilizada para revelar os elementos discursivos dentro da ordem do discurso sobre a formação dos enfermeiros.

Palavras-chave: formação de enfermeiros; prática discursiva; modelo tridimensional do discurso.

Fonte: <https://scielo.pt/pdf/ref/vserIIIIn3/serIIIIn3a14.pdf>

De seguida apresenta-se um exemplo de análise de discurso a partir de entrevistas:



Recomendações Essenciais para o Investigador na Análise de Discurso (AD)

A **Natureza da Análise do Discurso**⁶⁶, é simultaneamente Teoria e Método(s). Os seus princípios metodológicos são inseparáveis da perspectiva epistemológica subjacente.

Representa um campo de pesquisa multi e interdisciplinar, complexo e vasto, sem uma definição única e simples devido à abundância de trabalhos com diferentes perspectivas teóricas e orientações (linguísticas ou psicossociológicas).

Não é apenas uma alternativa às metodologias convencionais, mas sim às perspectivas epistemológicas tradicionais, como o positivismo e o pós-positivismo.

Nos **Fundamentos Teóricos e Epistemológicos**⁶⁷, é crucial compreender as influências teóricas que justificam a "viragem linguística" nas ciências sociais, pois são fundamentos essenciais para qualquer modalidade de AD:

- **Pós-modernismo:** Questiona as "grandes narrativas" e promove a pluralidade de discursos de legitimação, com uma abordagem (des)construtiva e cética face a crenças relativas à verdade, conhecimento, poder e linguagem. Vê a modernidade como fonte de subjugação.
- **Pós-estruturalismo:** Vê a linguagem como um fenómeno social fundamental onde as identidades são construídas, mantidas e mudadas. O significado não é fixo, mas contestável e um lugar de variabilidade, desacordo e conflito, onde as relações de poder se manifestam. A linguagem produz e constrói a experiência pessoal.
- **Teoria Crítica:** Critica o positivismo e a ideia de objetividade científica, procurando expor os enviesamentos valorativos subjacentes às reivindicações de verdade. Sugere uma ciência social ligada à transformação da realidade, não livre de "valor". Muitos estudiosos do discurso que se denominam "críticos" interessam-se por como o poder, a dominação e a desigualdade social são estabelecidos, reproduzidos e combatidos através do discurso.
- **Crítica Social de Foucault:** Conceptualiza o poder não como posse, mas como um efeito do discurso, "produzindo saber" que traz poder. Destaca como as

⁶⁶ Nogueira, C. (2008). Análise(s) do discurso: Diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 235–242. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000200011>

⁶⁷ Idem

práticas discursivas são práticas sociais que regulam e controlam a ordem social, mesmo que haja sempre espaço para a resistência e os contradiscursos.

- **A linguagem é reconceptualizada** como produtiva, construtora de versões da realidade social e alcançando objetivos sociais. O foco da investigação desloca-se do indivíduo para a linguagem e o seu potencial produtivo.

A **Escolha e Definição da Conceção de AD**⁶⁸, dada a diversidade, é fundamental escolher e definir claramente qual conceção de AD será utilizada na investigação [conversa anterior].

Algumas conceções comuns incluem a Análise do Discurso Sociolinguística, a Análise Conversacional, a Psicologia Discursiva e a Análise Crítica do Discurso.

Psicologia Discursiva (PD):

Procura padrões na linguagem associados a um tópico ou atividade específica, focando no "uso" da linguagem por indivíduos ("utilizadores de Discurso").

Entende que os indivíduos manipulam a linguagem para os seus próprios fins, usando repertórios interpretativos como recursos discursivos gerais para construir versões de acontecimentos, ações, etc..

Geralmente implica uma microanálise, com escrutínio detalhado de pequenos excertos de texto e preocupação com as funções discursivas da linguagem em diferentes situações.

Análise Crítica do Discurso (ACD):

Procura padrões em contextos mais amplos, associados a questões societais ou culturais (macro discurso).

Preocupa-se com o papel da linguagem na constituição da vida social e psicológica, focando em questões de identidade, individualidade, mudança social/pessoal e, essencialmente, nas relações de poder.

Explora a perspetiva histórica e a relação entre discursos e instituições.

Vai além dos contextos imediatos de uso da linguagem, questionando a relação entre discurso e subjetividade, práticas e condições materiais.

⁶⁸ Idem

Dá ênfase às ações que se manifestam através do discurso, como o abuso de poder, o controlo social, a dominação, as desigualdades sociais ou a marginalização e exclusão.

Vê a tarefa dos analistas como uma forma de oposição e ação social, sugerindo um potencial emancipador.

Como fazer a abordagem analítica e Passos Práticos:

A análise é um processo contínuo e iterativo, ocorrendo simultaneamente à colheita dos dados. O investigador examina e organiza os dados à medida que os obtém, podendo reformular o problema de investigação.

O investigador tem um papel ativo e reflexivo, partilhando e compreendendo a experiência dos participantes.

A AD não se aplica apenas à linguagem escrita (documentos, entrevistas), mas a qualquer padrão de significado, seja ele visual (televisão, cinema) ou espacial (cidades, corpos).

Para dados transcritos, a análise de conteúdo (medir frequência, ordem ou intensidade de palavras/expressões) é essencial. Ferramentas de software como Nudist, N-Vivo, ATLAS e MAXQDA podem ser úteis.

Considerar o contexto específico e funcional no qual o discurso é mobilizado.

O Investigador deve ter sempre presente o **Rigor e Reflexividade**:

É fundamental assegurar o rigor constante ao longo de todo o processo de análise para garantir o valor dos resultados. Conceitos como credibilidade, fiabilidade, transferibilidade e confirmação são importantes.

A abordagem crítica na AD implica reflexividade e constante autoquestionamento, assumindo questões normativas, isto é, de valores.

Nesta fase espera-se que o estudante seja capaz:

Compreender o papel da linguagem na construção da realidade social, isto é, perceber como o discurso constrói sentidos, identidades e relações de poder.

Identificar padrões discursivos, temas, posicionamentos e estruturas que revelam significados implícitos nos textos.

Relacionar o discurso com o contexto social, histórico e político, reconhecendo como diferentes discursos sustentam ou desafiam estruturas sociais.

Analisar criticamente o uso da linguagem, considerando ideologias, exclusões, contradições e efeitos de poder nos enunciados.

Refletir sobre o lugar do investigador, reconhecendo que a análise é também uma construção situada.

6.2.2. Métodos de Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo enquanto conceito tem evoluído ao longo do tempo e tem sido amplamente reconhecido, explorado e aprofundado, sobretudo no âmbito da investigação qualitativa, especialmente na área de Ciências Sociais e da Educação, através da qual se pretende compreender, interpretar e problematizar as intenções e significações dos sujeitos⁶⁹.

A análise de conteúdo, segundo Laurence Bardin⁷⁰, é uma metodologia de investigação utilizado para interpretar e extrair significados a partir de textos ou outras formas de comunicação. Esta metodologia dispõe de um conjunto de técnicas de análise da comunicação, para a qual utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, com o objetivo de interpretar enquanto dados quantitativos ou qualitativos⁷¹.

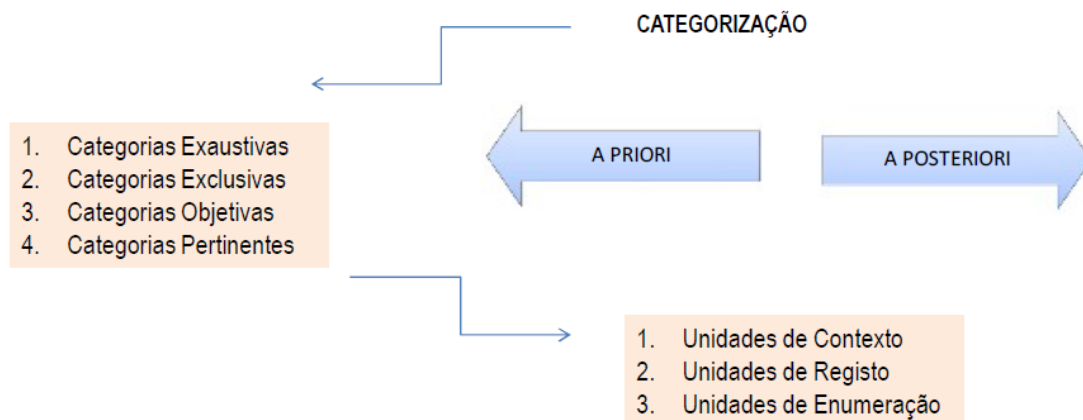


Figura 34 – Quantificação e categorização do conteúdo.

⁶⁹ Crusoé, N. C., & Santos, E. M. (2020). Fenomenologia Sociológica de Alfred Schutz: contribuições para a investigação qualitativa em prática educativa. *Revista Tempos e Espaços Em Educação*, 13(32), 1–16. Disponível em: <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.13274>

⁷⁰ Bardin, Laurence. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda. ISBN: 978-972-44-1154-5.

⁷¹ Idem

Bardin⁷² destaca três fases principais na análise de conteúdo, pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação (Figura 34):

- 1) Na fase da pré-análise prepara-se e organiza-se o material a ser analisado (verbatim, documentos ou textos), pode incluir a formulação de hipóteses e a definição de objetivos, nesta fase é feita a escolha das unidades de análise (palavras, frases ou parágrafos).
- 2) Na fase da exploração do material envolve a codificação do texto, onde o conteúdo do texto é dividido em unidades de significação, a partir das quais se definem as categorias, (este processo pode incluir a contagem de certas palavras ou temas, o que permite a quantificação e categorização do conteúdo).
- 3) Na terceira fase do tratamento dos resultados e interpretação, os dados organizados em categorias são tratados com o objetivo de encontrar significados e padrões. A interpretação dos dados deve procurar responder às perguntas de pesquisa ou hipóteses iniciais, e não apenas descrever os resultados.

A análise de conteúdo “é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos” (p. 6)⁷³. Os mesmos autores reforçam que “é vital que qualquer análise de conteúdo seja vista como uma técnica de pesquisa científica; portanto, ancorada pelos princípios de replicabilidade, confiabilidade e validade” (p. 17)⁷².

Para que a análise de conteúdo seja vista como ciência segundo Bardin⁷² os métodos de análise de conteúdo devem atender aos seguintes objetivos:

- “a superação da incerteza: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efetivamente contido, podendo esta «visão» muito pessoal, ser partilhada por outros? Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?
- e o enriquecimento da leitura: se um olhar imediato, e espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se

⁷² Bardin, Laurence. (2011). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, Lda. ISBN: 978-972-44-1154-5.

⁷³ Sampaio, R. C., & Lycarião, D. (2021). Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>

procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento dos elementos de significações suscetíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que a priori não detínhamos a compreensão” (p. 25)⁷⁴.

Segundo a mesma autora a análise de conteúdo de mensagens em todas as formas de comunicação “possui duas funções, na prática podem ou não dissociar-se:

- uma função heurística: análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a proporção à descoberta. É a análise de conteúdo «para ver o que dá».
- uma função de «administração da prova». Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação. É a análise de conteúdo «para servir de prova» (p. 25)⁷⁴.

Na descrição analítica as categorias de fragmentação da comunicação segundo Bardin⁷⁴ devem obedecer às seguintes regras:

- “homogéneas: poder-se-ia dizer que «não se misturam alhos com bugalhos»;
- exaustivas: esgotar a totalidade do «texto»;
- exclusivas: um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes;
- objetivas: codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais;
- adequadas ou pertinentes: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objetivo” (p. 31)⁷⁴.

As categorias são uma espécie de gavetas ou rubricas que facilitam a classificação dos elementos de significação contidos nas mensagens⁵⁵.

A análise de conteúdo sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 37)⁷⁴. Este método pode ser aplicado a uma variedade de contextos, incluindo entrevistas, documentos, mídia sociais, discursos e outros, estes permitem “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. (...) Esta abordagem tem como finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos destas mensagens)” (p. 37)⁷⁴.

⁷⁴ Bardin, Laurence. (2011). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, Lda. ISBN: 978-972-44-1154-5.

De seguida apresenta-se alguns exemplos de análise de conteúdo de manuscritos:

Análise Psicossocial da Violência contra Idosos

Psychosocial Analysis of Violence Against Elders

Ludgleydson Fernandes de Araújo*,a & Jorgeano Gregório Lobo Filho

Representações Sociais

AC temática

Resumo

O objetivo deste estudo foi apreender as representações sociais de idosos de Fernando de Noronha-PE acerca da violência na velhice. A amostra foi não-probabilística, intencional e acidental, constituída por 50 idosos, de ambos os sexos (60% feminino e 40% masculino), com média de idade de 64 anos, que responderam à Entrevista Semi-Estruturada e ao Teste de Associação Livre de Palavras (TALP). Os dados apreendidos pelo TALP foram analisados pelo *software* Tri-Deux-Mots, através da análise fatorial de correspondência, enquanto os dados da entrevista foram submetidos à Análise de Conteúdo Temática de Bardin (2002). Observou-se que a violência contra idosos foi objetivada em expressões como abandono, negligência, agressão física e desrespeito. As medidas preventivas contra a violência na velhice foram representadas pelas expressões denúncia, punição, políticas públicas e cuidados.

Palavras-chave: Representações sociais; violência; velhice.

Categorização

Fonte: <https://www.scielo.br/j/prc/a/qMgq4ycm3crMdqrzp4mQTqc/>

Análise Psicossocial da Violência contra Idosos

Psychosocial Analysis of Violence Against Elders

Ludgleydson Fernandes de Araújo*,a & Jorgeano Gregório Lobo Filho

CATEGORIA: Conceções da Violência na Velhice

SUB CATEGORIAS:

Abandono
Desrespeito
Negligência
Agressão Física

Pode-se notar que os idosos dos GC's majoritariamente demonstraram atitudes *Abandono*, com 35% das unidades de análise. Os atores sociais ainda destacaram com formas de violência contra o idoso o *Desrespeito* com 29%, a *Negligência* e a *Agressão Física* ambos com 18%.

A gente na velhice é abandonado. Muitas vezes eles nem escutam nossa opinião. Antigamente as pessoas mais velhas eram respeitadas . . . Muitos idosos amigos meus já tiveram até agressão física, a ponto de serem internados no hospital devido a ferimentos . . . tem gente que cuida do idoso nem lembra dos remédios que tem que dar a ele, esquece sei lá, a gente se pergunta até que realidade nós chegamos com toda a violência contra as pessoas velhas . . . o abandono é o principal motivo, porque não existe coisa pior do que você ter uma família e não puder contar com ela na velhice . . . por isso minha posição é totalmente contrária a violência contra pessoa idosa seja de qualquer forma.

Análise Psicossocial da Violência contra Idosos

Psychosocial Analysis of Violence Against Elders

Ludgleydson Fernandes de Araújo*,a & Jorgeano Gregório Lobo Filho

CATEGORIA: Medidas Preventivas à Violência na Velhice

SUB CATEGORIAS:

Punição
Denúncias
Políticas Públicas
Cuidados

A maioria dos idosos dos GC's enfatizou a necessidade de *Punição* para os agressores de idosos, com 45% das unidades de análise, *Denúncias* com 27% das respostas, *Políticas Públicas* com 18% e *Cuidados* com 0,8%.

Uma forma que acredito deveria ser feita é denunciar estes casos . . . A gente sabe que tem muitos casos na própria família, tem filhos que batem nos seus pais, o que para mim é um desrespeito a uma pessoa idosa que é frágil de saúde . . . também acho que deveria ter delegacias para proteger . . . a família deveria cuidar dos idosos, que são pessoas que têm toda uma história, que trabalharam muito para criar os filhos e dar sustento da vida . . .

A análise de conteúdo deve seguir as três fases da metodologia de Bardin⁷⁵.

- 1) Na primeira fase (pré-análise), a primeira etapa da escolha dos documentos, terá como objetivo a organização e sistematização de ideias a partir da leitura flutuante dos documentos disponíveis, esta leitura permitirá efetuar a escolha de documentos a serem submetidos a análise, em conjunto com os verbatins das entrevistas e que constituirão o corpus de investigação. Na segunda etapa pretende-se vir a formular hipóteses e objetivos de investigação e definição dos indicadores que fundamentem a interpretação final da mensagem.
- 2) Na segunda fase (exploração do material) onde irá ocorrer a análise de conteúdo, onde ocorre a ação central do estudo na qual se pretende classificar e reduzir os dados, numa primeira etapa pretende-se vir a desenvolver as operações de codificação (identificação e categorização das unidades de significado ou unidades de análise nos textos selecionados na fase anterior), descodificação ou enumeração, em função das regras definidas anteriormente (homogeneidade, exaustividade, exclusividade, objetividade, e adequabilidade ou pertinência).

As unidades de análise podem ser palavras, frases, parágrafos, ideias ou conceitos. Cada unidade será associada a um código que representa um tema ou categoria, de forma a facilitar a análise e conseqüente codificação pode criar uma tabela tendo por base a tabela 1 sugerida por Bardin, na perspectiva de vir a encontrar relações entre as unidades de análise.

Tabela 4 - Exemplo de grelha de análise, utilizável para estudar a relação simbólica e afetiva indivíduo/automóvel.

<i>Objeto de comparação</i>		<i>Tipo de Relação</i>							
		Puramente funcional	Relação amorosa	De dominação	De dependência	De cumplicidade	De rivalidade	Ausência de relação	Percentagens absolutas e relativas
<i>Seres Humanos</i>	Homem								
	Mulher								
	Criança								
	Amigo								
<i>Animais</i>	Dinâmicos ex: tigre								
	Astênicos ex: veado								
<i>Outros meios de locomoção</i>	Transporte coletivo								
	Veículos individuais								
	Automóveis								
<i>Objetos diversos</i>									
<i>Ausência de objeto de comparação</i>									
<i>Percentagens absoluta e relativas*</i>									

*Indica-se para cada caso o número ou a percentagem de temas pertencentes às duas categorias cruzadas.

76

⁷⁵ Bardin, Laurence. (2011). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, Lda. ISBN: 978-972-44-1154-5.

⁷⁶ Fonte: Bardin, Laurence. (1977). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, Lda. ISBN: 972-44-0898-1

Esta segunda etapa surge em simultâneo logo que se inicia a codificação, surge a necessidade de agrupar os códigos em categorias e subcategorias, que reflitam temas ou padrões de temas emergentes. Estas categorias e subcategorias serão definidas a partir da codificação, e serão ajustadas à medida que a análise de conteúdo avança. Pode eventualmente no decorrer da análise de conteúdo surgir uma terceira etapa, embora não obrigatória, poderá se optar por quantificar a frequência dos códigos e categorias, para demonstrar quais os temas mais prevalentes do resultado da análise.

Para que esta fase seja mais profícua deve-se ter em conta na altura da construção do guião de entrevista que este tenha vá ao encontro dos objetivos gerais preconizados, estes não devem ser olhados separadamente, mas sim de forma integrada, se esta premissa for tida em conta, pode vir a ajudar no delinear das categorias com maior facilidade, pois, “a construção de um sistema de categorias pode ser feita a priori ou a posteriori, ou ainda através da combinação destes dois processos” (p. 111)⁷⁷.

- 3) Na terceira fase (tratamento dos resultados e interpretação) onde os dados recolhidos assumem um carácter significativo. Ultrapassada a fase anterior de classificação e redução dos dados, definidas as categorias e subcategorias.

Na primeira etapa do tratamento dos resultados pretende-se vir produzir através da enumeração e da sistematização das características dos dados, um texto síntese para cada uma das categorias que descreva os significados nas diversas unidades de análise, para facilitar esse trabalho pretendemos vir a desenvolver uma tabela com base na tabela seguinte:

Tabela 5 - *Significado das Categorias.*

Categorias	Definição e Características do Significado
Unidades de análise 1	Inclui/caracteriza/diz respeito...
Unidades de análise 2	
Unidades de análise 3	
Unidades de análise 4	

*Adaptado de Bardin*⁷⁸

⁷⁷ Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto. Metodologia das ciências sociais (pp. 101-128). Porto: Afrontamento.

⁷⁸ Fonte: Bardin, Laurence. (1977). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, Lda. ISBN: 972-44-0898-1

Esta definição de significados das unidades de análise vai permitir que se passe à segunda etapa, da interpretação dos dados, espera-se interpretar o que definimos anteriormente, procurar com base nas regras definidas anteriormente, e descobrir o que está por detrás do discurso aparente encontrado e sistematizado na etapa anterior, de forma a poder conceber novos significados às características.

Esta análise e interpretação dos temas e padrões identificados permitirá a explicação dos significados dos temas e a sua relevância para as perguntas de pesquisa. Os resultados encontrados serão contextualizados dentro da literatura existente e disponível, permitindo comparações e discussões sobre as relações dos resultados com o conhecimento já estabelecido, com os objetivos, hipóteses definidas para o estudo.

Espera-se que o investigador nesta etapa venha a fazer inferências e redigir sínteses interpretativas. Nesta poder-se-á recorrer a operações estatísticas que permitam estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras ou modelos, possibilitando assim uma melhor visualização do material fornecido pela análise a efetuar.

Nesta fase espera-se que o estudante seja capaz:

Compreender a importância de organizar e sistematizar os dados textuais, codificando-os em categorias ou temas com base em critérios definidos.

Realizar uma leitura objetiva e sistemática do material, garantindo rigor metodológico.

Identificar a frequência e a presença de certos conteúdos, conceitos ou ideias relevantes.

Procurar interpretar o sentido de categorias encontradas, relacionando com os objetivos da pesquisa.

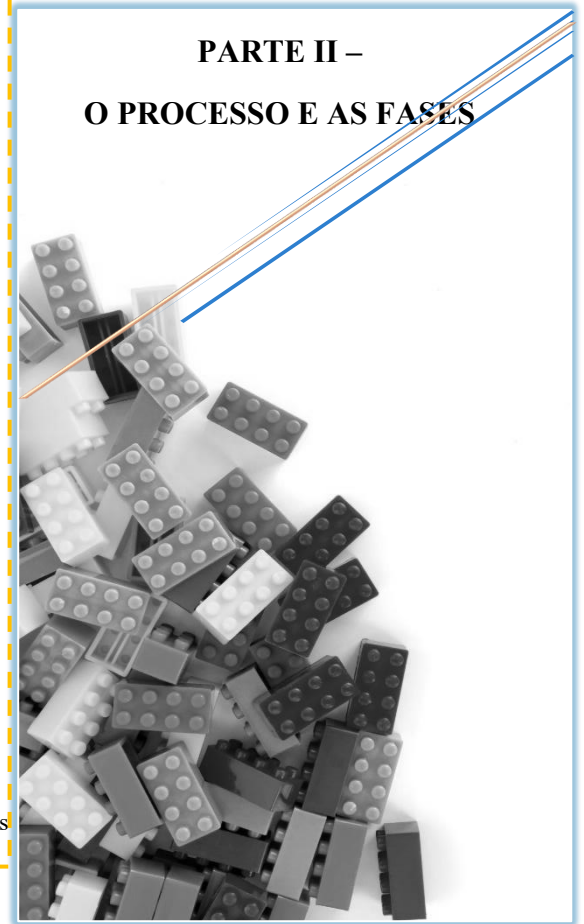
Reconhecer a importância de apresentar os resultados de forma clara e estruturada, com apoio de gráficos ou tabelas, especialmente em análises quantitativas.

7. FASE DE INTERPRETAÇÃO E DIFUSÃO

7.1. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS:

- Discutir como apresentar e interpretar os resultados de uma investigação.

Edgar Canais



7. FASE DE INTERPRETAÇÃO E DIFUSÃO

A Fase de Interpretação e Difusão representa o culminar do processo de investigação, onde o investigador confere significado aos dados obtidos e partilha o conhecimento gerado com a comunidade científica e a sociedade. Na **fase de interpretação**, que se segue à análise dos dados, o investigador explica os resultados, confrontando-os com o quadro teórico ou conceptual e com os trabalhos anteriores já publicados. Esta etapa crucial envolve uma reflexão profunda, visando determinar a exatidão e a significância dos resultados, tanto estatística quanto clinicamente. São retiradas conclusões, avaliadas as implicações para a teoria e para a prática profissional, e formuladas recomendações para futuras investigações, reconhecendo sempre os limites do estudo. Os resultados são tipicamente apresentados de forma clara e concisa, utilizando texto, quadros e figuras para ilustrar as descobertas.

A **difusão dos resultados** é a etapa final e indispensável, pois o conhecimento gerado tem pouca utilidade se não for comunicado. Os investigadores dispõem de diversos meios para disseminar as suas descobertas, adaptando o formato ao público-alvo. Estes incluem o relatório de investigação, que oferece uma descrição detalhada de todos os aspetos do estudo, como a dissertação de mestrado ou tese de doutoramento. Além disso, os resultados são frequentemente publicados como artigos científicos em revistas especializadas, que são textos mais concisos e passam por avaliação por pares. A comunicação também se estende a apresentações orais em congressos e conferências científicas, e a comunicações em cartaz (posters), que permitem partilhar informações de forma visual e interativa.

Para além da difusão, existe o conceito de **transferência dos conhecimentos**, que se distingue da simples comunicação por visar a aplicação prática dos achados.

7.1. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta fase, que marca o culminar do processo de investigação, o investigador tem a responsabilidade de dar significado aos dados obtidos e de partilhar o conhecimento

gerado. Esta fase inicia-se com a **apresentação** dos resultados, que são as informações numéricas provenientes da análise estatística, e devem ser claramente dispostos em quadros e figuras, acompanhados de um texto narrativo sintético, reportando-se diretamente às questões de investigação ou hipóteses formuladas.

A **análise dos resultados** envolve uma decomposição detalhada dos dados obtidos, quer por meio de análises descritivas (para caracterizar a amostra e as variáveis, usando medidas de tendência central e dispersão), quer por análises inferenciais (para testar hipóteses e verificar relações entre variáveis). O investigador deve examinar todos os resultados, sejam eles positivos, negativos, mistos ou inesperados, com objetividade e sentido crítico, prestando atenção tanto aos dados que apoiam como aos que não apoiam as hipóteses.

A **interpretação dos resultados** é a etapa mais complexa, exigindo uma reflexão intensa sobre todo o processo de investigação. Aqui, o investigador deve confrontar os resultados com o quadro teórico ou conceptual adotado e com os trabalhos anteriores já publicados. Assegurar a exatidão e significância dos resultados, considerando tanto a significação estatística (rejeição ou não da hipótese nula) quanto a significação clínica (relevância prática). Discutir as implicações para o conhecimento, a teoria e a prática profissional. Formular conclusões que sintetizem as descobertas e reexaminem o problema de investigação à luz dos resultados, que são mais abstratas e gerais do que os resultados em si. Apresentar recomendações para futuras investigações (sugerindo novas vias ou repetições do estudo em outros contextos/populações) ou para a aplicação prática dos resultados. Abordar a generalização dos resultados, identificando os limites metodológicos e determinando a que populações ou contextos os resultados podem ser seguramente estendidos.

Em suma, esta fase é vital para que o esforço da investigação resulte em conhecimento aplicável e validado pela comunidade científica e pela sociedade.

A **Apresentação dos Resultados de Investigação**⁷⁹, que constitui uma etapa distinta e crucial do processo de investigação, fundamental para comunicar de forma clara e objetiva o que foi descoberto.

⁷⁹ Fortin, M.F. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, 2009.

Para tal, deve seguir os seguintes passos:

Definição e Natureza dos Resultados, os resultados são as informações numéricas que provêm da análise estatística dos dados recolhidos junto dos participantes, utilizando instrumentos de medida. Devem reportar-se diretamente às questões de investigação ou às hipóteses formuladas no estudo. Serão descritivos se o estudo for de natureza descritiva, e inferenciais no caso de um estudo correlacional ou experimental.

Apresentação em Relatórios e Publicações, os resultados são uma parte integrante dos relatórios de investigação, das dissertações de mestrado e teses de doutoramento, e das publicações científicas. Em artigos de investigação, são geralmente apresentados na secção denominada "resultados".

O investigador deve expor sucintamente os resultados obtidos para cada questão de investigação num texto contínuo e fazer a ilustração dos mesmos através de **tabelas, quadros, gráficos e figuras**, que facilita a leitura e interpretação dos mesmos, fornecendo ao leitor as informações numéricas e descritivas essenciais que serão a base para a posterior análise e interpretação

A fase de **Análise dos Resultados**⁸⁰ é uma etapa crucial da fase empírica, onde o investigador organiza e processa os dados recolhidos para os tornar significativos. Embora faça parte da fase empírica, a sua apresentação é frequentemente discutida juntamente com a interpretação na fase de interpretação e difusão.

O principal objetivo da análise dos resultados é considerar em detalhe os dados obtidos, para realçar o essencial. Consiste em decompor os diversos dados numéricos (ou qualitativos) e pôr em evidência as variáveis que caracterizaram a amostra, as que foram ligadas entre si, e verificar se as hipóteses foram confirmadas ou infirmadas através de testes estatísticos.

A análise dos resultados divide-se em duas etapas principais: análise descritiva e análise inferencial. Em estudos qualitativos, recorre-se a métodos específicos de análise de conteúdo.

⁸⁰ Fortin, M.F. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, 2009.

Premissas a ter em conta na análise de resultados:

- O Plano de Análise, deve ser elaborado previamente, independentemente do tipo de tratamento de dados.
- Objetividade e Concisão: A apresentação deve ser objetiva e sintética, com a menor interpretação possível, que será aprofundada na secção de interpretação/discussão.
- Qualidade dos Dados: A credibilidade dos resultados depende da qualidade das operações de medida e dos instrumentos utilizados. A análise deve considerar problemas como enviesamentos de amostragem, falta de consistência ou dados em falta.

A fase de análise dos resultados é o momento de processar os dados recolhidos, sejam eles quantitativos ou qualitativos, aplicando as técnicas apropriadas para descrever as características da amostra, identificar padrões, e testar as hipóteses de investigação, preparando o terreno para a interpretação e discussão aprofundada.

A **Fase de Interpretação dos Resultados de Investigação**⁸¹, que faz parte da fase de interpretação e de difusão, o seu objetivo principal é explicar os resultados, apoiando-se em trabalhos anteriores e na teoria, para realçar a sua significação. Esta fase é considerada uma das mais difíceis do relatório de investigação, exige uma reflexão intensa e um exame aprofundado de todo o processo de investigação.

Ações a empreender nesta fase⁸¹:

1. **Apreciar a Exatidão dos Resultados**, inicie a interpretação por validar a exatidão do conjunto dos resultados, o que requer uma análise aprofundada dos limites conceptuais e metodológicos da investigação. Identifique as forças e as fraquezas da investigação, uma vez que estas influenciam a significação dos resultados. Verifique se os resultados obtidos constituem uma resposta válida às questões de investigação ou à verificação das hipóteses. Compare os seus resultados com os de outros estudos que abordaram o mesmo fenómeno. Se houver diferenças, esforce-se por explicá-las. Avalie a qualidade dos dados recolhidos, nomeadamente a fidelidade e a validade dos instrumentos de medida. Reconheça

⁸¹ Fortin, M.F. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, 2009.

que problemas como enviesamentos de amostragem, falta de consistência nas medições ou dados em falta podem ter influenciado os resultados. Seja honesto sobre as fraquezas do estudo e o seu impacto potencial.

2. **Discutir o Significado dos Resultados (por tipo de estudo)**, nos estudos descritivos: O objetivo não é verificar teorias, mas sim caracterizar uma população ou medir a frequência de uma característica. Interprete os resultados referindo-se ao quadro conceptual e às informações obtidas pelas questões de investigação. Descreva características, estabeleça comparações e procure associações possíveis entre variáveis.

Nos estudos descritivos-correlacionais, o foco é explorar relações entre variáveis. Relate as relações exploradas entre as variáveis e como estas se ligam ao quadro conceptual ou teórico. Não formule previsões ou estabeleça relações de causalidade nesta fase. Nos **estudos correlacionais e experimentais** o objetivo é verificar hipóteses de associação ou causalidade. Nos estudos **correlacionais**, o objetivo é estabelecer a natureza das relações entre variáveis e considere outras variáveis que possam explicá-las. O significado estatístico implica a rejeição da hipótese nula e que as correlações não são devidas ao acaso e explique os resultados dentro do quadro teórico. Nos estudos **experimentais** o objetivo é saber se a interpretação está ligada à confirmação ou infirmação das hipóteses com base na significância estatística, e pressupõe o exame das validades interna e externa do desenho.

3. **Analisar os Tipos de Resultados Obtidos**

- **Resultados preditos são significativos:** Significa que as suas previsões foram confirmadas pelas análises estatísticas e que a hipótese nula foi rejeitada. Embora sejam mais fáceis de interpretar, seja cauteloso, pois podem ser devidos ao acaso ou a erros metodológicos (erro de Tipo I). Examine se outros fatores não controlados podem explicar os resultados.
- **Resultados preditos não são significativos:** São os mais difíceis de explicar. Podem indicar que as proposições teóricas ou o raciocínio estavam incorretos, ou que as variáveis-chave não foram cuidadosamente definidas. Podem, no entanto, enriquecer o conhecimento se forem justificados. Resultados não significativos

não significam necessariamente ausência de relações, mas sim que o estudo não as detetou.

- **Resultados mistos ou contraditórios:** Algumas hipóteses são confirmadas, outras infirmadas. Podem ser causados por acaso, erros de medida, ou falta de fidelidade/validade dos instrumentos. Reexamine os dados e aspectos metodológicos para explicação.
- **Resultados diferentes dos que foram preditos (inesperados):** São significativos, mas não esperados. Se forem exatos, podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento. Procure outros fatores que possam explicá-los. Alguns investigadores consideram um dever examinar todos os dados, mesmo os não previstos.

4. Distinguir Significação Estatística e Clínica:

- **Significação estatística** implica que as relações ou diferenças observadas não são provavelmente devidas ao acaso.
- **Significação clínica** refere-se à utilidade dos resultados na prática profissional. Um resultado estatisticamente significativo pode não ter importância clínica. Avalie se os resultados são suficientemente importantes para serem aplicáveis.

5. Considerar a Generalização dos Resultados:

- Avalie a possibilidade de **generalizar os seus resultados** a outras populações e contextos. A generalização depende da **validade externa** do estudo, da seleção aleatória dos participantes e da sua representatividade.
- Especificar claramente a quem os resultados podem ser seguramente alargados. Estudos com amostras não probabilísticas geralmente prestam-se menos à generalização.
- **Elaborar as Conclusões:**
- Sintetize o conjunto dos resultados discutidos, destacando os elementos novos que o estudo permitiu descobrir.
- Reexamine o problema de investigação à luz dos resultados, determine se o objetivo foi atingido e explique como os resultados confirmam ou infirmam as hipóteses e apoiam o quadro teórico.

- Vá além do simples relato dos dados, transformando-os em declarações mais abstratas e gerais.
- Destaque os pontos fortes e fracos do estudo e reflita sobre as ligações entre os resultados e os aspetos conceptuais e metodológicos.
- **Formular as Implicações e Recomendações:**
- As implicações decorrem das conclusões e relacionam-se com os **conhecimentos adquiridos, a teoria e a prática profissional.**
- Avalie as **consequências dos resultados da sua investigação.**
- Recomende a realização de **outros estudos sobre o tema** ou sugira vias a seguir para futuras descobertas. Pode aconselhar a repetição do estudo noutros contextos.
- Determine em que medida os resultados apoiam ou contradizem as bases teóricas do estudo.
- Considere as **possibilidades de aplicar os resultados na prática**, prevendo os efeitos da implementação dos resultados no indivíduo, na família, na comunidade e nos contextos da prática.

A fase de interpretação é o momento de **dar sentido aos achados**, ligando-os ao conhecimento existente, avaliar a sua importância e traçar o caminho para o futuro da investigação e da prática.

Nesta fase espera-se que o estudante seja capaz:

Identificar os resultados da investigação, reconhecendo as principais informações numéricas obtidas na análise estatística, em articulação com as questões de investigação ou hipóteses formuladas. Deve ser capaz de compreender a função dos quadros, gráficos e figuras na organização e interpretação dos dados.

Analisar os resultados com sentido crítico, identificando as variáveis que caracterizam a amostra, as relações observadas entre variáveis e a eventual confirmação ou rejeição das hipóteses formuladas. Deve ser capaz de refletir sobre diferentes padrões de resultados, reconhecendo tanto os dados que apoiam como os que não apoiam as hipóteses ou expectativas iniciais.

Interpretar os resultados, atribuindo-lhes significado no contexto do estudo, nomeadamente:

- ✓ **Relacionar os resultados** com as **questões de investigação ou às hipóteses**, os resultados devem ser interpretados em função do problema, das questões de investigação ou das hipóteses formuladas, e em relação ao quadro teórico ou conceptual.
- ✓ **Apreciar a exatidão dos resultados**, é necessário fazer uma análise aprofundada dos limites conceptuais e metodológicos da investigação, identificando as forças e fraquezas do estudo que podem influenciar o significado dos resultados.
- ✓ **Distinguir significação estatística e clínica**, deve compreender que o significado estatístico indica que as relações ou diferenças não são devidas ao acaso, enquanto o significado clínico se refere à utilidade prática dos resultados. Um resultado estatisticamente significativo pode não ter importância clínica.

Considerar a generalização dos resultados, deve avaliar a possibilidade de estender os resultados a outras populações e contextos, o que depende da validade externa do estudo e da representatividade da amostra.

Destacar uma conclusão, deve **synetizar o conjunto dos resultados** discutidos, realçando os elementos novos que o estudo permitiu descobrir. As conclusões devem ir além do simples relato dos dados, transformando-os em declarações mais abstratas e gerais, e reexaminar o problema à luz dos resultados, determinando se o objetivo foi atingido e como os resultados confirmam ou infirmam as hipóteses e apoiam o quadro teórico.

Estabelecer as implicações dos resultados, avaliar as consequências dos resultados da investigação para os conhecimentos adquiridos, para a teoria e para a prática profissional.

Discutir recomendações, sugerir a realização de outros estudos sobre o tema ou indicar novas vias para futuras descobertas. Pode aconselhar repetições do estudo noutros contextos ou populações, e considerar a aplicação dos resultados na prática clínica.

Nesta fase, espera-se que o estudante acompanhe a transformação dos dados em conhecimento significativo, avaliando criticamente a sua precisão, relevância e potencial impacto, sempre em diálogo com o quadro teórico e os estudos existentes.

SINOPSE FINAL: Junte as Peças do Processo de Investigação

Nesta aula fazemos um esquema diagramático de todo o processo - por isso designamos «sinopse final». Tal como em qualquer processo construtivo, é agora o momento de juntar peças, encaixar os conceitos e formar a estrutura completa do seu conhecimento. Sugerimos que volte ao princípio desta Apostilha e utilize a página seguinte para fazer um esquema com esse propósito.

Ana Filipa Poeira, Edgar Canais & Lucília Nunes

